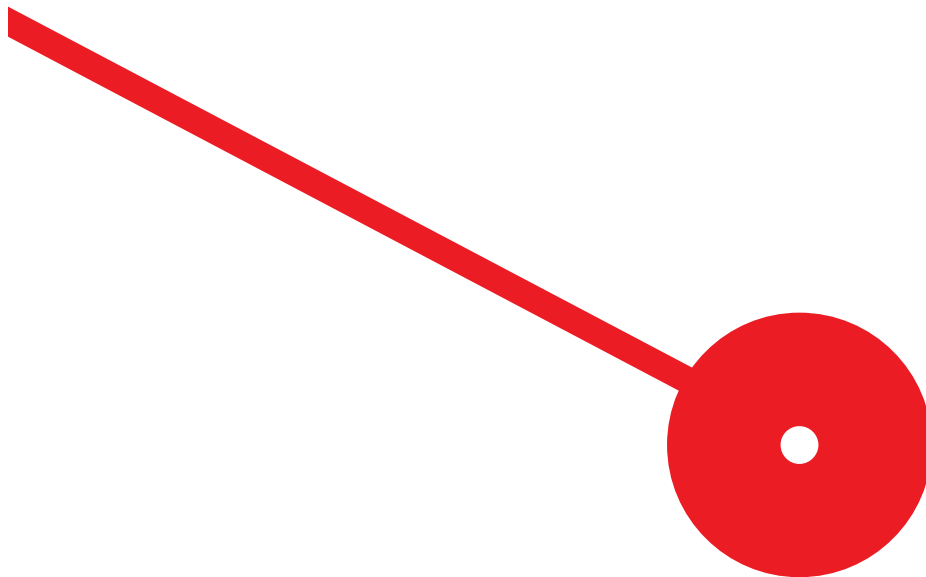


# O Programa EJA-EPT (PROEJA): permanência e casos de sucesso

Eliton da Silva

Versão final (Esta versão contém as críticas e  
sugestões dos elementos do júri).

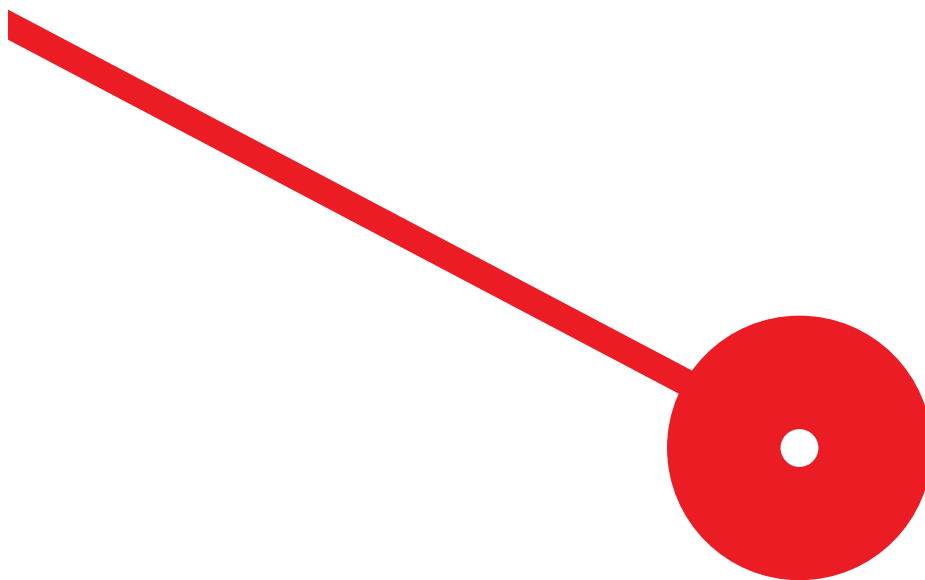
11/2021



# O Programa EJA-EPT (PROEJA): permanência e casos de sucesso

Eliton da Silva

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Assessoria de Administração, sob orientação da Profa. Doutora Luciana Oliveira e Prof. Doutor José Wilton Fonseca da Silva.**



## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos participantes desta pesquisa, os quais, mesmo envolvidos no cotidiano do trabalho e da família, retomam a trajetória escolar em busca de um novo sentido de vida e de uma sociedade melhor. A vocês, o meu carinho e a minha admiração. Dedico também a todas as pessoas que se empenham no exercício e defesa da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, e que acreditam que um mundo melhor é possível.*

## AGRADECIMENTOS

- Agradeço primeiramente a DEUS, pelo Dom da Vida, pela luz e sabedoria, dando discernimento, energia e benefícios para concluir esse magnífico trabalho. Sou grato por ter dado saúde a minha Família e aos meus Familiares e tranquilizado o meu espírito nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica, principalmente nestes momentos e tempos de pandemia do Covid-19.
- Aos meus familiares e amigos pelo apoio e compreensão com meus objetivos.
- À minha família, esposa Maria do Socorro e as minhas filhas, Maria Cecilia e Maria Julia, pela compreensão, incentivo e carinho. Fontes de minhas inspirações e razões de viver.
- Ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), que me proporcionou essa oportunidade única de realização profissional e pessoal, com todo o apoio necessário, principalmente com a liberação para cursar o mestrado.
- Em especial ao IFMS - Campus Dourados, por ter sido o campo de minha pesquisa e aos colegas servidores pelo incentivo de persistir no caminho dos estudos acadêmicos.
- Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) pela parceria com o IFMS, dando oportunidade pela troca de experiências e estudar em uma Instituição renomada com professores acolhedores, competentes e generosos em partilhar seus conhecimentos.
- Agradeço a todos os professores que contribuíram e atuaram no Mestrado de Assessoria em Administração do ISCAP.
- À minha professora Orientadora Doutora Luciana Oliveira, pelas valiosas contribuições e direcionamentos, pela disponibilidade, carinho e atenção, as quais deram segurança na condução do trabalho.
- Ao Professor coorientador Doutor José Wilton Fonseca da Silva, pelo apoio e que esteve sempre sensível e disposto a ajudar. Obrigado pelos conselhos, pela amizade e por ter aceitado participar deste trabalho.
- Aos alunos matriculados no curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA-EPT (PROEJA) do IFMS – Campus Dourados, que contribuíram diretamente com a minha pesquisa.

- Aos Egressos do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA-EPT (PROEJA) do IFMT – Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo, antiga EAFC, que também contribuíram diretamente para a minha pesquisa.
- Aos colegas do mestrado do IFMS e do IFRO, pelas alegrias e dificuldades enfrentadas e superadas ao longo do curso, com contribuições valiosas.
- Agradecimento especial aos membros do Grupo de Trabalhos ao qual fiz parte durante a trajetória do mestrado: Diogo Pereira de Oliveira, João Paulo González Gonçalves e Yan Silva Paixão, minha eterna gratidão.
- À professora Mary Fernanda de Sousa de Melo, pelo exemplo de profissional, detentora de um autoconhecimento e inspiração como coordenadora do curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos do IFMS-Campus Dourados, quão cuidado, carinho e atenção dispensa aos estudantes do curso, não é por acaso que se tornou “a Super Mãe” das turmas, obrigado pelos ensinamentos e virtudes de Ser Humana, sempre com alto astral e a energia positiva.
- Enfim, agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado e que de alguma forma não me permitiram desistir dos meus objetivos e ideais, e me ajudaram nessa trajetória de crescimento acadêmico, pessoal e profissional e que registra um tratamento de conhecimento com e sobre a EJA.

***Muita Gratidão !***

**“A persistência é o menor caminho do êxito.”**

Charles Chaplin

**Resumo:**

A presente pesquisa permeia o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA-EPT (PROEJA), que se vê em atual risco de depreciação. Diante desse contexto, investigaram-se estudantes matriculados e ex-alunos da EJA-EPT (PROEJA), tendo como objetivo identificar os fatores da Permanência dos estudantes matriculados e como os ex-alunos avaliam os impactos da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional. Os sujeitos da pesquisa eram cinco estudantes matriculados no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA no IFMS, Campus Dourados e cinco egressos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na modalidade EJA, da antiga Escola Agrotecnica Federal de Cáceres – EAFC, hoje IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo, totalizando dez participantes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, caracterizada como um estudo de caso, em que se utilizaram para a recolha dos dados a entrevista estruturada via formulário eletrônico, baseada em perguntas abertas, e para o tratamento dos resultados utilizou-se a análise textual discursiva. Em resultado deste estudo foi possível compreender a importância que a Instituição, IFMS, tem sobre esta modalidade educacional, despertando novas perspectivas em relação ao futuro, tornando-os cidadãos mais preparados para a vida e o mundo do trabalho. Os resultados revelam impacto do programa na vida dos dez participantes, com repercussões a diversos níveis seja, profissionais, de desenvolvimento profissional, de oportunidades de formação superior, mas também com impactos mais pessoal, da sua satisfação e orgulho próprios, do seu reposicionamento nos estratos sociais da sociedade. Acreditamos que os resultados apresentados são relevantes para o fortalecimento, manutenção e melhoria das políticas públicas da EJA-EPT no âmbito do IFMS. Estudos acadêmicos com essa temática é escassa, logo é oportuno, reconhecer a potencialidade do programa que gera impactos significativos para a educação de jovens, adultos e idosos, proporcionando educação integral, integrada e humanista.

**Palavras chave:** Estudantes, Egressos, EJA-EPT(PROEJA), impacto, sucesso

**Abstract:**

This research permeates the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality-EJA-EPT (PROEJA), which is currently at risk of depreciation. In this context, enrolled students and alumni of EJA-EPT (PROEJA) were investigated, with the main objective of identifying the factors of Permanence of enrolled students and how the alumni assess the impacts of training, as a success case, on their personal and professional life. The research subjects were five students enrolled in the technical course in Administration integrated to high school in the EJA modality at IFMS, Campus Dourados and five graduates of the technical course in information technology integrated to high school in the EJA modality, from the former Federal Agrotechnical School of Cáceres - EAFC , today IFMT Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo, totaling ten participants. This is a qualitative and descriptive research, characterized as a case study, in which a questionnaire was used for data collection, with a structured interview outline (typically qualitative), based on open questions , and discursive textual analysis. As a result of this study, it was possible to understand the importance that the Institution, IFMS, has on this educational modality, awakening new perspectives for the future, making them more prepared citizens for life and the world of work. The results reveal the program's impact on the lives of the ten participants, with repercussions at different levels, whether professionals, professional development, higher education opportunities, but also with more personal impacts, from their own satisfaction and pride, from their repositioning in the strata social aspects of society. We believe that the results presented are relevant for the strengthening, maintenance and improvement of EJA-EPT public policies within the scope of the IFMS. Academic studies on this theme are scarce, so it is opportune to recognize the potential of the program that generates significant impacts for the education of young people, adults and the elderly, providing comprehensive, integrated and humanistic education.

**Key words:** Students, Alumni, EJA-EPT(PROEJA), impact, success

## Índice geral

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
1 Enquadramento .....	1
2 Motivação e Objetivos: .....	5
3 Estrutura da Dissertação:.....	6
<b>Capítulo I - Enquadramento Teórico .....</b>	<b>1</b>
1 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: Breve Histórico .....	2
1.1 EJA no século XX.....	2
1.1.1 EJA: avanços e desafios do século XX para o século XXI.....	9
1.2 Ensino Médio Integrado: desdobramentos da Educação Profissional e Tecnológica.....	20
1.2.1 Escolas de Aprendizes Artífices (1909).....	20
1.2.2 Das Escolas Liceus Profissionais (1937) para Escolas Industrial e Técnicas (1942).....	23
1.2.3 Escolas Técnicas Federais (1959) .....	25
1.2.4 Expansão da Educação Profissional: Criação dos CEFETS (1978).....	26
1.2.5 A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2008) .....	28
1.3 Ensino Médio Integrado na modalidade da EJA/EPT (PROEJA) .....	31
1.4 Trabalhos relacionados a permanência dos estudantes na EJA-EPT.....	36
<b>Capítulo II - Enquadramento Metodológico .....</b>	<b>41</b>
2 Metodologia .....	41
2.1 Questão e objetivos de investigação .....	41
2.2 Estratégia da investigação .....	42
2.3 Desenho da investigação: Estudo de Caso .....	43
2.3.1 Universo da pesquisa: IFMS .....	44
2.4 Métodos, dados e procedimentos .....	45
2.4.1 Participantes e procedimentos éticos.....	45
2.4.2 Inquérito por entrevista estrutura.....	49

2.4.3	Modelo de Análise Qualitativa de Conteúdo.....	55
<b>Capítulo III</b>	<b>- Apresentação e discussão de resultados.....</b>	<b>58</b>
3	Resultados .....	58
3.1	Caracterização dos participantes matriculados.....	59
3.2	Caracterização dos participantes egressos .....	60
3.3	Categoria: Fatores Motivacionais.....	61
3.3.1	Participantes Matriculados (PM).....	61
3.3.2	Participantes Egressos (PE) .....	65
3.4	Categoria: Expectativas e Desafios Durante o Curso .....	68
3.4.1	Participantes Matriculados.....	68
3.4.2	Participantes Egressos .....	71
3.5	Categoria: Impactos da Formação na Vida Profissional Atual .....	74
3.5.1	Participantes Matriculados.....	74
3.5.2	Participantes Egressos .....	76
3.6	Categoria: Impactos da Formação na Vida Pessoal .....	79
3.6.1	Participantes Matriculados.....	79
3.6.2	Participantes Egressos .....	82
3.7	Narrativas das vivências dos participantes .....	85
4	Discussão de Resultados .....	88
	<b>Considerações finais.....</b>	<b>94</b>
5	Conclusão .....	94
6	Contribuições e impactos esperados.....	98
7	Limitações (ou fragilidades) .....	98
8	Recomendações para trabalhos futuros .....	99
	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>101</b>
	<b>Apêndices .....</b>	<b>107</b>
	Apêndice I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE .....	108
	Apêndice II – Entrevista aplicada os estudantes matriculados no curso EJA-EPT ..	110

Apêndice III – Entrevista aplicada aos estudantes egressos EJA-EPT .....	118
<b>Anexos .....</b>	<b>126</b>
Anexo I – Autorização do ISCAP para realizar a pesquisa .....	127
Anexo II – Autorização do IFMS para realizar a pesquisa.....	128
Anexo III – Autorização do Cômite de Ética e Pesquisa - CEP.....	129

## **Índice de Figuras**

<b>Figura 1</b> Funções da EJA - Parecer 11/2000 .....	10
<b>Figura 2</b> Edições CONFINTEA'S .....	12
<b>Figura 3</b> Linha do Tempo: Educação Profissional.....	28
<b>Figura 4</b> Constituição da Rede Federal de Educação Profissional.....	29
<b>Figura 5</b> Modalidades de ensino ofertadas na Rede Federal .....	30
<b>Figura 6</b> Fachada do Campus Dourados.....	45
<b>Figura 7</b> Modelo de Análise de conteúdo.....	56

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1</b> Resumo dos Percursos da EJA no século XX.....	15
<b>Tabela 2</b> Desafios da EJA no século XXI.....	19
<b>Tabela 3</b> Decretos da EJA/EPT (PROEJA) e suas Alterações .....	32
<b>Tabela 4</b> Marcos legais da EJA na Rede Federal .....	34
<b>Tabela 5</b> Trabalhos realizados sobre permanência na EJA-EPT .....	38
<b>Tabela 6</b> Instrumentos de recolha de dados por perfil de participante.....	50
<b>Tabela 7</b> Organização e operacionalização da recolha de dado – Entrevista dos estudantes matriculados .....	53
<b>Tabela 8</b> Organização e operacionalização da recolha de dado – Entrevista dos estudantes egressos.....	54
<b>Tabela 9</b> Caracterização demográfica dos participantes matriculados .....	59
<b>Tabela 10</b> Caracterização demográfica dos participantes egressos.....	60
<b>Tabela 11</b> Respostas para “tempo que esteve fora da sala de aula” .....	62
<b>Tabela 12</b> Respostas para “Motivos para parar de estudar” .....	62
<b>Tabela 13</b> Respostas para “Motivos para o retorno aos estudos”.....	62
<b>Tabela 14</b> Resposta para “Motivos para cursar o curso Técnico Integrado em Administração EJA-EPT” .....	63
<b>Tabela 15</b> Principais fatores motivacionais dos participantes matriculados .....	64
<b>Tabela 16</b> Respostas para “tempo que esteve fora da sala de aula” .....	65
<b>Tabela 17</b> Respostas para “motivos para parar de estudar”.....	65
<b>Tabela 18</b> Respostas para “Motivos para o retorno aos estudos”.....	65
<b>Tabela 19</b> Resposta para “Motivos para cursar o curso Técnico Integrado em informática EJA-EPT” .....	66
<b>Tabela 20</b> Principais fatores motivacionais dos participantes egressos.....	67
<b>Tabela 21</b> Fatores Motivacionais: Diferença e Semelhança dos participantes (PM e PE) .....	67
<b>Tabela 22</b> Resposta para “dificuldades/desafios enfrentadas durante curso” .....	68
<b>Tabela 23</b> Resposta para “pensou em desistir do curso” .....	69
<b>Tabela 24</b> Resposta para “O curso tem correspondido às suas expectativas” .....	70
<b>Tabela 25</b> Principais Expectativas e Desafios durante o Curso – Participante Matriculados .....	70
<b>Tabela 26</b> Resposta para “dificuldades/desafios enfrentadas durante curso” .....	71

<b>Tabela 27</b> Resposta para “pensou em desistir do curso” .....	71
<b>Tabela 28</b> Resposta para “O curso tem correspondido às suas expectativas” .....	72
<b>Tabela 29</b> Principais Expectativas e Desafios durante o Curso – Participante egressos	72
<b>Tabela 30</b> Expectativas e Desafios durante o Curso: Diferença e Semelhança dos participantes (PM e PE) .....	73
<b>Tabela 31</b> Resposta para “Qual é sua profissão atualmente? Está relacionada com o curso?” .....	74
<b>Tabela 32</b> Resposta para “Espera que o curso mude/melhore a sua vida profissional ou que surjam outras oportunidades profissionais?” .....	75
<b>Tabela 33</b> Resposta para “Quais são as suas expectativas profissionais após o término do curso Técnico Integrado em Administração?” .....	75
<b>Tabela 34</b> Principais Impactos da Formação na Vida Profissional Atual – Participante matriculados.....	76
<b>Tabela 35</b> Resposta para “Qual é sua profissão atualmente? Está relacionada com o curso concluído?” .....	76
<b>Tabela 36</b> Resposta para “Por favor, fale-nos um pouco acerca do impacto do curso na sua vida profissional”.....	77
<b>Tabela 37</b> Resposta para “O curso contribuiu com seu progresso profissional ou possibilitou outras oportunidades profissionais?” .....	77
<b>Tabela 38</b> Principais Impactos da Formação na Vida Profissional – Participante egressos	78
<b>Tabela 39</b> Impactos da Formação Profissional: Diferença e Semelhança dos participantes (PM e PE) .....	78
<b>Tabela 40</b> Resposta para “Ingresso e frequência no curso provocou Mudanças ou impactos na vida pessoal?” .....	79
<b>Tabela 41</b> Resposta para “A permanência no curso tem sido um caminho de oportunidades e sucesso para você?” .....	80
<b>Tabela 42</b> Resposta para “Ao finalizar o curso pretende continuar os estudos?” .....	81
<b>Tabela 43</b> Principais Impactos da Formação na Vida Pessoal – Participante matriculados	81
<b>Tabela 44</b> Resposta para “O ingresso, permanência e conclusão do curso, provocou algum tipo de mudanças ou impactos na sua vida pessoal?” .....	82
<b>Tabela 45</b> Resposta para “Ao finalizar o curso continuou os estudos?” .....	83

<b>Tabela 46</b> Resposta para “A conclusão do curso contribuiu para seu desenvolvimento e sucesso pessoal?” .....	83
<b>Tabela 47</b> Principais Impactos da Formação na Vida Pessoal – Participantes egressos	84
<b>Tabela 48</b> Impactos na Formação Pessoal: Diferença e Semelhança dos participantes (PM e PE) .....	84
<b>Tabela 49</b> Aspectos essenciais das histórias dos participantes matriculados.....	86
<b>Tabela 50</b> Aspectos essenciais das histórias dos participantes egressos .....	86

## **Lista de abreviaturas**

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEB – Câmara de Educação Básica

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

EAFs - Escolas Agrotécnicas Federais

E AFC - Escola Agrotécnica Federal de Cáceres

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IF - Institutos Federais

IFAL - Instituto Federal de Alagoas

IFG - Instituto Federal de Goiás

IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso

IFPR - Instituto Federal do Paraná

ISCAP - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

LDB - Lei de Diretrizes e Base

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego

OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNA - Plano Nacional de Alfabetização

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEJA - Programa Nacional de Educação Básica Integrada à Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional do Comércio

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

*É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;  
porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.  
E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.  
Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás,  
esperançar é construir, esperançar é não desistir!  
Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se  
com outros para fazer de outro modo...  
(Paulo Freire)*

### 1 Enquadramento

Iniciar com uma frase de Paulo Freire, é acreditar e esperar em uma educação emancipadora, libertadora, laica, pública, gratuita e de qualidade. E diante dessas concepções e perspectivas, é entender que elas podem contribuir como orientadoras no desenvolvimento deste trabalho. Importante registrar e destacar que o ano de 2021 é comemorativo, por completar o centenário do reconhecido educador e filósofo Paulo Freire.

Logo, ao refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos–EJA e como também sobre a Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica EJA-EPT (PROEJA)<sup>1</sup>, este último foco deste trabalho, não penso como um trabalho final, único, conclusivo, suficiente para emancipar e libertar através da formação escolar, profissional, social, política e cultural, mas sim como o início de uma proposta de construção de conhecimento, para sujeitos e instituições escolares que devem e têm o direito de querer mais, de ser mais inclusivo e acessível com políticas públicas eficazes.

Uma perspectiva presente no desenvolvimento deste trabalho foi tentar inverter um ponto de vista mais tradicional nas pesquisas sobre a EJA, nas quais, via de regra, procura-se explicações sobre os motivos das desistências (ou evasão) ou seja abundam os estudos

---

<sup>1</sup> Sempre que necessário utilizaremos a sigla EJA/EPT(PROEJA), para referir o fortalecimento do marco Político e de Luta em defesa de políticas públicas de Estado para Educação de Jovens, Adultos e Idosos, ação esta deliberada em assembleia no I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) da Rede Federal em 2018.

sobre os motivos de evasão, mas escasseiam ou não existem estudos que relatem o alcance e potencialidade do programa.

Nesse contexto, a presente pesquisa possibilitou a construção de interpretações e a busca por possíveis respostas para outras questões igualmente relevante: quais os impactos positivos do programa EJA-EPT do curso em Administração do Campus Dourados e os fatores que levam os alunos a permanecerem no respectivo curso?

Diante desta investigação, de alguma forma, visa contribuir para a comunidade científica/acadêmica e para a sociedade em sua amplitude, como relevância social. Com destaque na sua importância, de compreender a trajetória e percurso escolar (permanência e conclusão), a partir das vozes daqueles que resistiram às dificuldades em função do prosseguimento dos estudos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) como uma modalidade educacional integrante da Educação Básica. Ela visa a atender alunos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio e gozando do direito e garantia a educação retornam para o ambiente escolar. A modalidade EJA vem para substituir a modalidade de ensino conhecida como Ensino Supletivo, estipulado pela LDB de 1971.

Assim, admitindo a complexidade e a heterogeneidade dos jovens, adultos e idosos brasileiros, no ano de 2005, o Governo Federal instituiu, no âmbito das escolas da Rede Federal, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Foi promulgado pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, mais tarde foi substituído, em 13 de julho de 2006, pelo Decreto nº 5.840, passando a ser denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O programa que atende homens e mulheres que não tiveram oportunidade de cursar o ensino fundamental ou médio e que buscam também uma profissionalização ou seja: ensino fundamental (EJA) com qualificação profissional, ensino médio (EJA) com qualificação profissional e o ensino médio (PROEJA) com educação Profissional Técnica. Conforme o Documento Base, o PROEJA foi instituído na rede federal de educação, caracterizado como um:

[...] projeto educacional que tem como fundamento a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o

enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania (Documento Base - PROEJA, 2007, p. 5).

Fato relevante é destacar o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado para o decênio 2014-2024, que define como sua meta 10 “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Percebe-se que a presença da EJA na estrutura administrativa educacional, como também os documentos oficiais permitem minimamente a garantia do espaço para a sociedade civil e organizada participarem das discussões relativas à educação, possibilitando repercutir essas discussões no campo das políticas públicas educacionais, refletindo sobre a EJA.

É nessa perspectiva de luta que aconteceram três grandes encontros nacionais da EJA-EPT (PROEJA). O primeiro<sup>2</sup> Encontro Nacional ocorreu entre os dias 21, 22 e 23 de maio de 2018, promovido pelo Instituto Federal de Goiás - Campus Goiânia. A ideia do evento compreendeu discutir principalmente, os três pilares e desafios: ingresso, permanência e êxitos dos alunos no curso. Cabe registrar que nesse encontro nacional foi deliberado em assembleia, como coletivo em defesa do direito e manutenção da EJA na educação profissional e tecnológica, a utilização da sigla EJA-EPT(PROEJA) como marco político e de luta para a transformação de Programa para uma Política Pública educacional, ou seja, deixar de ser uma ação governamental e passar a ser uma Política de Estado. Assim, utilizarei a referida sigla no presente trabalho como manifesto de luta ao direito à esta modalidade de educação.

O segundo<sup>3</sup> Encontro Nacional sediou em Londrina no estado do Paraná (PR) no período de 03 a 05 de dezembro de 2019, coordenado pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) em parceria com o curso de Especialização em EJA, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Com a temática “Resistir é preciso! O direito à educação de jovens e adultos trabalhadores em tempos de perdas de direitos”. Em que é reafirmada a necessidade de seguir em diálogos institucionais para que essa política e seus desdobramentos

---

<sup>2</sup> Disponível em:  
<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/8433/Plano%20de%20a%20C3%A7%C3%A3o%20EJA-EPT-PROEJA.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

<sup>3</sup> Disponível em:  
<https://drive.google.com/file/d/1e43AuhYvgbAgc8cZr7W5JsaQ48Lh6twG/view?usp=sharing>. Acesso em 14 de agosto de 2021.

curriculares e didáticos possam ser defendidos, assegurados, ampliados e fortalecidos nacionalmente.

Logo o terceiro<sup>4</sup> Encontro Nacional da EJA-EPT(PROEJA), promovido e coordenado pelo Instituto Federal de Alagoas – IFAL, entre os dias 01 e 04 de outubro de 2020 e devido a pandemia do Covid-19, o evento foi realizado virtualmente. O tema trabalhado foi “Tempos de Aprendizagens na pandemia Covid-19: uma reflexão sobre acesso, permanência e êxito dos estudantes da EJA/EPT”. E dentro da programação estava o Lançamento do livro<sup>5</sup> “Histórias que merecem ser contadas: experiências de educadores e educadoras na EJA-EPT”. E nesta oportunidade, este pesquisador fez participação relatando a experiência profissional com a EJA-EPT no IFMS-Campus Dourados, e diga-se, foi uma experiência singular, maravilhosa e que gerou muita riqueza em conhecimentos, alimentando ainda mais o desejo de continuar no caminho certo e correto da história, que é contribuir na luta pela manutenção desta modalidade de educação e afirmar que é preciso resistir. A partir desse contato, este pesquisador mergulhou em águas ainda mais profundas sobre discussões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos.

Os Encontros Nacionais da EJA-EPT têm como propósito visibilizar, fortalecer e garantir a consolidação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos na Rede Federal, através de relatos de experiências e mesas temáticas de discussões. Ao final de cada encontro nacional foi elaborado uma carta, um documento com as principais reflexões apontadas e discutidas durante os encontros, além de possibilitar um levantamento dos principais obstáculos que essa modalidade de ensino tem enfrentado nas instituições que compõem a Rede Federal.

Diante do exposto, nada mais justo e coerente, como servidor<sup>6</sup> e pertencente a uma instituição da rede federal que oferta EJA-EPT(PROEJA), trazer para uma ação-reflexão e ou um ato de esperar e manifestar através do presente trabalho, a DEFESA, a (RE)EXISTÊNCIA como perspectiva de LUTA para o (re)conhecimento de Direito da Educação na modalidade de Jovens, Adultos e Idosos, que por muitos anos houve

---

<sup>4</sup> Disponível em:

[http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/editaisedocumentos/2020/item/download/2477\\_a24d2226a9f9a64f4041d8b6ea9cfb09](http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/editaisedocumentos/2020/item/download/2477_a24d2226a9f9a64f4041d8b6ea9cfb09). Acesso em 14 de agosto de 2021.

<sup>5</sup> Disponível em:

[http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/editaisedocumentos/2020/item/download/2475\\_57b0a3cb353c7e70641ab360fffd2e03](http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/editaisedocumentos/2020/item/download/2475_57b0a3cb353c7e70641ab360fffd2e03). Acesso em 10 de maio de 2021.

<sup>6</sup> Sinônimo de funcionário ou colaborador

silenciamentos, exclusões e violências. Não podemos fechar os olhos, como coletivo de servidores e servidoras, pesquisadores e pesquisadoras, articulados em torno da EJA-EPT da Rede Federal, e permitir que os tempos de muitos assombros ocorrido fortemente no passado possa retornar. É clara e evidente a busca constante do silenciamento e exclusão, por parte do governo nesses últimos anos, de políticas públicas que garante a manutenção da educação de Jovens, Adultos e Idosos no País.

## **2 Motivação e Objetivos:**

Estudo de caso realizado no IFMS Campus Dourados, que incidiu sobre a modalidade de educação na modalidade de jovem, adulto ou idoso integrado ao curso técnico em Administração.

É nesse pensar sobre a EJA que proporcionou o desenvolvimento relevante desta pesquisa. Um fator que motiva este estudo está inspirado da mesma emoção, desejo e sentimento de pertencimento de Mendes (2020, p. 75) na seguinte expressão *“Fui semente, me tornei fruto, hoje sou árvore dessa luta”*.

É imprescindível este pesquisador não se envolver com essa narrativa. Haja vista que o mesmo foi protagonista como estudante pioneiro do programa EJA-EPT(PROEJA), na rede federal no período de 2006 a 2008, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres-EAFC, hoje IFMT – Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo. Quinze anos depois, já pertencente a rede federal como servidor público, técnico administrativo em educação no IFMS Campus Dourados, unidade que oferta vagas para o curso Técnico em Administração Integrado ao ensino médio na modalidade EJA e somada a relação e atuação do pesquisador com os estudantes diretamente ao setor de ensino, que impulsionou a motivação em desenvolver a presente pesquisa no campo desta importante modalidade educacional, que possibilita a inclusão em sua amplitude aos Jovens, Adultos e Idosos que retornam ao ambiente escolar, em busca de uma educação que é de DIREITO.

Outro fator importante é que, até o presente momento, não há nenhuma pesquisa em nível de dissertação que aborde os impactos positivos, a potencialidade e principalmente os fatores que motivam a permanência dos estudantes no programa, no âmbito do IFMS. Logo, este trabalho busca suprir essa lacuna, sob uma ótica diferenciada e inédita.

Para concretizar a presente dissertação, prioriza como objetivo geral: identificar os fatores da Permanência dos estudantes no curso Técnico em Administração Integrado ao ensino médio na modalidade EJA, focando no IFMS - campus Dourados e como egressos do curso Técnico em Informática Integrado ao ensino médio na modalidade EJA, antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC, avaliam os impactos da formação como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional. Para fins de execução da pesquisa delimitou-se como objetivos específicos: Analisar os fatores motivacionais que levaram os estudantes a escolherem o curso; analisar as expectativas e desafios sentidos durante a frequência do curso; verificar os impactos esperados da formação técnica e integrada na vida pessoal e profissional dos estudantes matriculados no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na EJA; Perceber os impactos efetivos da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional dos estudantes egressos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na EJA, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC; e Propor sugestões/recomendações de melhorias para o IFMS a partir dos resultados obtidos, visando a permanência e êxito dos estudantes desta modalidade educacional.

A pesquisa compreende uma abordagem metodológica considerando os princípios da pesquisa Estudo de caso, de natureza qualitativa e descritiva. Quanto ao método de coleta de dados, é empregue o inquérito por entrevista estruturada, com questões essencialmente abertas, que permitam o relato de vivências (tipicamente qualitativo), dirigido a uma amostra de dez participantes, sendo cinco estudantes em fase de conclusão do curso e cinco egressos do programa EJA-EPT.

### **3 Estrutura da Dissertação:**

A dissertação está estruturada em três principais capítulos, além da introdução e conclusão: Capítulo I – enquadramento teórico, Capítulo II – enquadramento metodológico e Capítulo III – Apresentação e discussão de resultados.

O Capítulo I implica o enquadramento teórico que visa contextualizar sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como também no âmbito da educação profissional no contexto da Rede Federal, em atenção ao programa EJA-EPT (PROEJA). Seguindo para o Capítulo II tratará do enquadramento metodológico, dos métodos e procedimentos adotados para a realização do trabalho empírico. O Capítulo III destinará Apresentação e discussão de resultados, bem como a sua discussão, com objetivo de evidenciar os fatores

que levam à permanência dos estudantes em curso, como também os casos de sucesso dos estudantes egressos da EJA-EPT. Ao fim compreenderá as considerações finais, sumariando os contributos, evidenciando as descobertas e desafios da pesquisa, assim como o direcionamento para futuras pesquisa na EJA-EPT (PROEJA), pois a temática precisa ser compreendida e ser evidenciada no contexto educacional.

## CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

---

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto histórico-social da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como a trajetória e concepção política da Educação Profissional na Rede Federal e chegando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica, a EJA-EPT (PROEJA).

Dividimos o presente capítulo em três seções. Na primeira, contextualizamos as políticas públicas educacionais para EJA, gestadas no século XX até a segunda década do século XXI, situando as contradições, a compensação e a conquista de direitos no cerne dessas políticas.

Na segunda seção, a proposta do ensino médio integrado, centralizamos a análise das concepções, princípios e fundamentos que norteiam as percepções de integração que contribuem para a indissociabilidade entre a educação básica e a educação profissional.

Na terceira seção abordamos a especificidade do Ensino médio integrado à modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos EJA-EPT (PROEJA).

Assim, a fundamentação teórica deste capítulo foi construída por meio de revisão bibliográfica, entre autores referenciais que defendem as conquistas democráticas e a manutenção dos direitos constitucionais no que tange à modalidade de educação de Jovens, Adultos e Idosos. Assim destacamos Brasil (2007 e 2008), Bonfim (2004), Carvalho (2010), Cunha (2005), Cintra (2004), Di Pierro (2001), Romão (2000), Gomes (2006), Haddad e Di Pierro (2000), Lombardi, Saviani, Nascimento (2005), Manfredi (2002), Moura (2007), Paiva (2006), Soares (2001), Santos (2007), Soek (2010), Ventura (2008), entre outros, bem como documentos oficiais aportados por fundamentação legal como, LDB nº 9.394/1996<sup>7</sup>, o parecer CNE/CEB nº 11/2000<sup>8</sup>. Este último dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

---

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 15 abril de 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf). Acesso em 15 de abril de 2021

# **1 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: Breve Histórico**

## **1.1 EJA no século XX**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre compreendeu uma diversidade muito grande de processos e práticas formais e informais em relação à obtenção ou aumento de conhecimentos. Em uma retrospectiva desses processos, podemos perceber que, de acordo com Haddad e Di Pierro (2000), desde o período colonial que a escolarização de grande parte dos adultos era exercida pelos religiosos que além de difundir o evangelho, ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial e normas de comportamento tanto para os indígenas quanto, posteriormente, para os escravos. A des(importância) da educação de jovens, adultos e idosos no Brasil compreendeu no momento em que surgiu a necessidade da formação de trabalhadores que pudessem atender e favorecer a aristocracia portuguesa e toda a nobreza da família real no país. Durante alguns séculos, a educação caracterizava-se como excludente e seletiva, estando ao alcance apenas da burguesia masculina branca e dos religiosos, enquanto, as mulheres, os negros e os índios não eram contemplados. Para o cumprimento de tais tarefas exigidas pelo Estado e ou pelo sistema capitalista, iniciou-se o processo de escolarização de adultos.

De acordo com Carvalho (2010, p.17), a preocupação do Brasil em alfabetizar os adultos só teve seu ponto de partida na década de 1920, ocasião em que mais da metade da população era analfabeta. A mesma autora destaca que foi em 1928 que surgiram os chamados “cursos populares noturnos” onde se ministravam noções de higiene e elementos da cultura geral.

Entretanto, foi a partir de 1930 que a EJA começou a delimitar seu lugar na história da educação brasileira. Não havia preocupação até então com políticas educacionais específicas com a educação de jovens e adultos (Haddad e Di Pierro, 2000).

Foi somente a partir de 1940 que a educação de adultos configurou-se como um problema de política Nacional. A EJA sendo instituída a partir da década de 40, tendo como objetivo alfabetizar as pessoas para votarem, pois nesse período a pessoa analfabeta não tinha direito ao voto. Mais adiante, a sociedade capitalista precisou de trabalhadores com qualificação específica, surgindo a necessidade de qualificação de mão de obra para atender as demandas do mercado. Nota-se que a EJA em sua criação estava voltada para

atender a demandas da sociedade relacionadas a certos grupos sociais e não para a melhoria de vida dos sujeitos pertencentes à classe economicamente desfavorecida, pois se tratava de um ensino subsidiário e limitado, não voltado a promover mudanças profundas nos indivíduos que o vivenciavam.

Neste contexto, a sociedade civil não ficou silenciada e, diante dessa realidade, muitos movimentos sociais compostos por pessoas de vários segmentos (igreja, associações de moradores, tanto rural como urbana, dentre outros), movidos pelo sentimento de justiça e igualdade, almejando a democracia, passaram a desenvolver atividades educativas voltadas a atender as necessidades dos jovens e adultos, o que mais tarde passou a ser denominada educação popular. Essa ação trouxe benefícios à sociedade porque instigou o nascimento da democracia, a conquista dos direitos políticos e sociais (Brasil, 2008a).

O embrião da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil foi a Educação Popular, utilizada como instrumento político de formação de adultos, visando a construção de formação crítica e emancipatória. A Educação Popular vai além do ato de alfabetizar para as letras, é a alfabetização para o mundo, para a vida consciente e transformadora. “Um programa de Educação Popular tem como fundamento a necessidade e a possibilidade de que o sistema seja transformado pelo povo, para que ele possa plenamente transformar-se em agente de sua própria história” (Barreiro, 1980, p. 23).

Após a Segunda Guerra Mundial em 1945, começaram os enfoques de que uma nação só progrediria se houvesse acesso à educação, e a educação de adultos era vista como uma forma de contribuir com o desenvolvimento das nações “atrasadas” (Scortegagna e Oliveira, 2006). Segundo os mesmos autores:

A educação ganhava novos impulsos sob a crença de que seria necessário educar o povo para que o país se desenvolvesse, assim como para participar politicamente através do voto, que se daria por meio da incorporação da enorme massa de analfabetos (Scortegagna e Oliveira, 2006, p. 6).

Concepções posteriores, são expressas também na Constituição Federal de 1988:

A Constituição Federal de 1988 estendeu o direito ao ensino fundamental aos cidadãos de todas as faixas etárias, o que nos estabelece o imperativo de ampliar as oportunidades educacionais para aqueles que já ultrapassaram a idade de escolarização regular. Além da extensão, a qualificação pedagógica de programas de educação de jovens e adultos é uma exigência de justiça social, para que a ampliação das oportunidades educacionais não se reduza a uma ilusão e a escolarização tardia de milhares de cidadãos não se configure como mais uma experiência de fracasso e exclusão (Ribeiro, et al., 2001, p. 16).

Neste contexto houve a necessidade de oferecer os benefícios da escolarização às camadas excluídas da população tornou-se iniciativa concreta expressando-se em várias ações e programas governamentais. Foi a partir de então que tais iniciativas resultaram nacionalmente na criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de adultos e da Campanha de Educação de Adultos em 1947 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958 (Di Pierro et al, 2001).

Na busca permanente por novos direitos sociais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em Paris pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, grava a ideia de ser a educação necessidade premente, forma e conteúdo do mundo. O que até então se traduzia como direito social passa a ser proclamado como direito humano, estendido a toda pessoa.

Já em 1950 consolidou-se uma nova visão pedagógica sob a influência de Paulo Freire, que valorizava o conhecimento de mundo, de modo que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Soek, 2010, P. 21).

Desse modo, surgem, no final dos anos 50, duas tendências na educação de adultos: a educação de adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pensada por Paulo Freire e a educação de adultos entendida como uma educação funcional (profissional). Em especial e destaque a proposta de alfabetização de adultos conscientizadora tinha, como princípio básico, respeitar os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos (jovens, adultos e idosos).

As políticas da EJA nesse período centravam-se em aprender a ler em meio às desigualdades do capitalismo e dos caminhos que pudessem levar à libertação dos/as oprimidos/as, resgatando a cultura popular esmagada pela ideologia dominante, tendo como estratégias programas de alfabetização de adultos.

Conforme Haddad e Di Pierro (2000) sinalizam, houve diversas passagens de programas no âmbito da EJA no território nacional nos anos 60, pontuando que estes funcionavam e eram mantidos pelo Estado, ressaltando a contribuição de Paulo Freire no Programa Nacional de Alfabetização (PNA). Este criado em 1964, e foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização (Decreto 53.465, 21 de janeiro de 1964), que deveria atingir todo o país, reafirmado pela proposta pedagógica de Paulo Freire.

O governo, então regime militar, em 1967, assume o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Suprimindo o Plano Nacional de Alfabetização, e difundindo o Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL. Esse movimento foi tido como exemplo de programa de aceleração escolar criado em 15 de dezembro de 1967 pela lei 5.379, no qual a educação era destinada ao público jovem e adulto. Este tinha por objetivo uma formação básica, que compreendia ler e escrever.

A atuação do governo federal na educação de jovens e adultos, em 1967, restringiu-se a criação da Fundação MOBRAL. Esse pode ser considerado o programa de maior extensão apoiado pelo Estado naquela época, pois além de presença em grande parte do território nacional e produção de material didático próprio, houve mobilização de recursos. Dois anos depois, devido à pressão do regime militar, o MOBRAL começa a se afastar da proposta inicial e “passou a se configurar como um programa que, por um lado, atendesse aos objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar e, por outro, atendesse aos objetivos políticos dos governos militares” (Haddad E Di Pierro, 2000, p. 114).

Em 1985, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR que abriu mão de executar diretamente o programa, passando a apoiar, financeira e tecnicamente, as iniciativas governamentais, civis e empresariais a ela conveniadas. Cinco anos mais tarde o MOBRAL também foi extinta. Após sua extinção, a ação pela educação de jovens e adultos limitou-se a iniciativas locais de Estados e Municípios, bem como em ações de entidades não-governamentais, muitas delas vinculadas à igreja católica. Cada uma dessas iniciativas adotava sua própria metodologia e produzia seu próprio material. A promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/71, em pleno regime militar, regulamentou o Ensino Supletivo que reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo graus, que consta em seu art. 24 alínea **a** que o ensino se destinava a suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tinham seguido ou concluído na idade própria.

Foram agregados cursos fundados na concepção de educação permanente, buscando responder aos objetivos de uma escolarização menos formal e mais aberta. O Ensino Supletivo tinha que cumprir os objetivos de reposição da escolarização regular, formar mão-de-obra para atender às necessidades do sistema capitalista e atualizar o

conhecimento, organizado em quatro funções: Suplência, Suprimento, Aprendizagem e Qualificação, como sinalizam Haddad e Di Pierro (2000):

A Suplência tinha como objetivo: “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria” através de cursos e exames (Lei 5.692, artigo 22, a). O Suprimento tinha por finalidade “proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte” (Lei 5.692, artigo 24, b). A Aprendizagem correspondia à formação metódica no trabalho, e ficou a cargo basicamente do SENAI e do SENAC. A Qualificação foi a função encarregada da profissionalização que, sem ocupar-se com a educação geral, atenderia ao objetivo prioritário de formação de recursos humanos para o trabalho. (p. 117).

Para os autores, o Ensino Supletivo foi exposto à sociedade como um projeto renovador que atenderia a todos, sem distinção de classe. A legislação e outros documentos relativos ao supletivo, no entanto, recomendaram que os docentes recebessem formação adequada para essa modalidade de ensino e enquanto isso não fosse realizado, mediante cursos de aperfeiçoamento, poder-se-ia utilizar os professores do ensino regular.

Haddad e Di Pierro (2000) ainda destacam que o desenvolvimento do Ensino Supletivo como ações e programas de âmbito federal desenvolvidos nesse período, todos eles relativos à modalidade de Suplência, referiam-se ao aperfeiçoamento dos exames supletivos e à difusão da metodologia de ensino personalizado com apoio de módulos didáticos realizados por meio da criação de Centros de Ensino Supletivo, ao lado de programas de ensino à distância via rádio e televisão. No âmbito estadual, o ensino supletivo firmou-se. A Lei Federal propôs que o Ensino Supletivo fosse regulamentado pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação.

Isso criou uma grande variedade, tanto de formas de organização como de nomenclaturas nos diversos programas ofertados pelos estados brasileiros. Em praticamente todas as unidades da Federação foram criados órgãos específicos para o Ensino Supletivo dentro das Secretarias Estaduais de Educação, cuja intervenção privilegiada era no ensino de 1º e 2º graus. Na esfera municipal, ao contrário, raramente foram criados órgãos específicos responsáveis pela suplência, exceção feita às capitais dos estados mais populosos. Regra geral, a ação dos municípios no campo da suplência se resumiu aos convênios mantidos pelas prefeituras com o anterior programa MOBRAL para o desenvolvimento de programas de alfabetização.

Nota-se que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, até então, em sua trajetória histórica não foi tranquila a busca e resistência para ter acesso ao direito a educação gratuita e de

qualidade, enfrentou muitos problemas desde as primeiras experiências no Brasil. Sendo caracterizada, muitas vezes, como uma educação fragilizada e voltada para interesses econômicos, políticos e também religiosos. Desde a sua criação, de maneira informal ou formal, a EJA não conta com uma atenção especial por parte dos órgãos competentes, situação esta enfrentada até os dias atuais.

Dessa percepção implica que há no imaginário social concepções que consideram, principalmente, os sujeitos alunos da EJA, como pessoas incompletas. Pessoas incompletas porque perderam etapas de escolaridades em suas vidas e, por isso, esperam caridade e benevolência da esfera pública para corrigirem esse erro, ou para redimirem essa culpa.

Essa visão sobre os sujeitos-educandos da EJA advém do paradigma compensatório de suplência (ou supletivo) que orientou por décadas as políticas públicas da educação de Jovens, Adultos e Idosos no país, cuja consolidação se deu com a segunda LDB nº. 5692/71. Porém, a partir da experiência pioneira de Paulo Freire, em 1963, e dos diversos movimentos de educação popular que suscitaram inúmeras lutas e pesquisas avessas aos fundamentos do supletivo, sobretudo um outro paradigma se fortaleceu, o do direito à educação por toda a vida, adquirindo forma jurídica em 1996, quando a EJA tornou-se modalidade própria de educação, através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9394/1996).

Soek sintetiza que “a Educação de Jovens e Adultos emerge de um movimento de luta, desafios e conquistas da educação escolar.” (2010, p. 21). De todo o processo de alfabetização surgiram dúvidas e conceitos que foram firmando ao longo dos anos, e dentre esses conceitos, aquele que reza o que é a alfabetização e o letramento, em especial, na EJA.

Nas décadas de 80 e 90, surge novo contexto de (re)fundamentação da EJA, podemos apontar como avanço a conquista do direito universal ao ensino fundamental público da educação de jovens e adultos, conforme Artigo 208 da Constituição Federal (CF) de 1988 que diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...)”.

Com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, passavam a constar no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados especificamente à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - **No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;** (grifo do autor)

II - **No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.** (grifo do autor)

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Conforme Paiva (2006), apesar de ser um ganho tão importante para EJA, não existiram políticas públicas que concretizassem a afirmação supracitada do texto legal da nova LDB/1996. Ainda a autora aponta que:

[...] uma construção social conhecida como direito à educação — forma pela qual o conhecimento é alcançado, por meio de um sistema codificado, tomado bem cultural simbólico das civilizações — ter acesso, ou não, a esse bem constitui o direito e, por oposição, não ter acesso, o não direito, freqüentemente traduzido como exclusão/apartação, por não ser ele direito natural, mas construção social. A existência da formulação legal do direito, no entanto, não significa sua prática, assim como a luta pelo direito nem sempre chega a constituí-lo. (Paiva, 2006, p.29).

Os artigos mencionados, tanto da CF 1988, quanto da LDB 9394/96 ressaltam que a EJA é reservada para aqueles que não tiveram acesso na “idade própria”. Neste sentido, questiona-se o que poderíamos considerar como idade própria? Uma vez que a educação acontece durante toda a vida, não somente na idade dita própria e que estes sujeitos não foram e não permaneceram na escola por diversos motivos e fatores.

Afastar do ambiente escolar seja na infância ou na adolescência e, anos depois, desejar ou precisar retornar a ela! Melhorar a condição de vida através da educação! Nunca ter

estudado e ou querer estudar na vida adulta! Prioridade familiar e o trabalho! Repetir seguidos anos de escolaridade! Essas são algumas situações que, em princípio, delimitam os sujeitos demandantes por Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Igualmente, essa é a realidade de milhões de pessoas nos países emergentes ou de economia em desenvolvimento, características essas do Brasil.

Os motivos ressaltados revelam a necessidade de um repensar sobre as especificidades dos/as sujeitos/as que fazem parte da EJA. Possibilitando o direito de acesso e permanência ao sistema de ensino por meio de um trabalho coletivo, visando, assim, contribuir para a estabilidade deste sujeito trabalhador na escola. Nessa perspectiva de assegurar a permanência desses jovens, adultos e idosos nos espaços escolares, é pertinente sempre, recordar e (re) lembrar das inúmeras dificuldades que têm inviabilizado e/ou dificultado tanto o ingresso quanto a continuação desses sujeitos da EJA no sistema educacional.

No Brasil, a EJA enfrentou e continua a enfrentar sérios problemas devido ao desinteresse dos governos, falta de compromisso com a população jovem, adulta e idosa conseqüentemente, levando a omissão no financiamento dessa modalidade de educação.

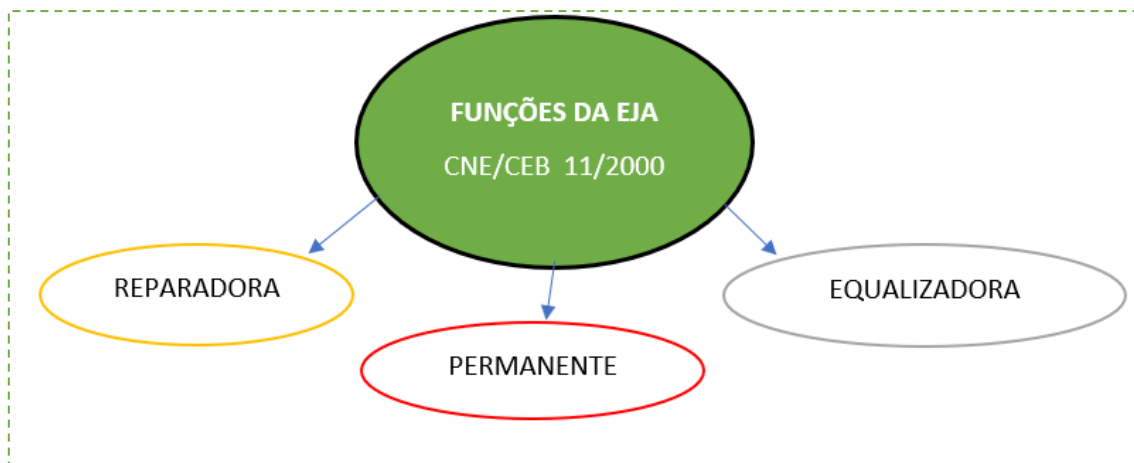
### **1.1.1 EJA: avanços e desafios do século XX para o século XXI**

A partir da década de 90 do final século passado a educação de Jovens, Adultos e Idosos foi marcada por uma sequência de ações do governo no campo da política educacional. Desde que passou a fazer parte da Lei de Diretrizes e Bases, a EJA se tornou modalidade da educação básica e é reconhecida como direito público subjetivo do ensino fundamental e médio. Contudo, a EJA na LDB/96 possui peculiaridades e deveria receber um tratamento coerente. A Câmara de Educação Básica (CEB) é quem decide sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC, portanto, passaria a conduzir também as diretrizes da EJA. Mas as dúvidas sobre os direcionamentos para essa modalidade afligiam as pessoas interessadas em resolver as questões e que não encontravam respostas nas leis que regiam o ensino supletivo. Dessa forma, o Conselho Nacional de Educação (CNE), mediante tantos pareceres lançados para esclarecimentos específicos da EJA, viu-se obrigado a emitir um documento que norteasse a educação de jovens e adultos. Surgiu, assim, o Parecer CNE/CEB 11/2000, que apresenta as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Esse documento, que de acordo o próprio parecer foi construído no diálogo com a comunidade educacional brasileira, apresenta três

funções para a educação de jovens e adultos. A figura 1, apresenta tal estrutura dessas funções conforme constituída pelo Conselho Nacional de Educação e a Câmara da Educação Básica, CNE/CEB.

**Figura 1**

Funções da EJA - Parecer 11/2000



*Notas.* Elaboração própria.

A função Reparadora é aquela na qual a EJA não é apenas inserida no ciclo dos direitos civis mediante a reparação de um direito que lhe foi negado, porém, consiste na conquista do direito de uma educação de qualidade, que possa atender as necessidades humanas, garantindo igualdade de condições a todos os sujeitos. De acordo com Brasil (2000):

[...] a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais (BRASIL, 2000, p. 9).

Considera-se fundamental essa função, visto que pode proporcionar as condições necessárias para que os jovens e os adultos retornem aos seus estudos que não foram concluídos no tempo regular. O direito a educação passa a ser uma forma de se garantir o princípio da igualdade entre os seres humanos.

No que diz respeito à função Equalizadora da EJA, refere-se aquela função responsável por promover oportunidades a todas àquelas pessoas que vivem a margem da sociedade e das políticas públicas, seja elas, aposentados, donas de casa, trabalhadores(as) e outros que por algum motivo e situação, seja de natureza cognitiva, social, econômica, dentre outros, tiveram a sua vida estudantil interrompida. Reitera-se que essa função promove meio para que as pessoas retornem à escola e nela aperfeiçoem os seus conhecimentos e experiências de vida (Brasil, 2000). Nesse sentido, através da função equalizadora da EJA

possibilita-se equidade de acesso à educação escolar a todos àqueles(as) que assim o deseja.

Por fim, a função Permanente é aquela que considera que o conhecimento é contínuo e acontece durante toda a vida. Na realidade, está ligada diretamente a essência da EJA que é a formação continuada dos estudantes. Essa função coaduna com os princípios, nos quais o conhecimento de mundo e o conhecimento científico devem estar atrelados à formação do estudante. Desta maneira, “Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares” (Brasil, 2000, p. 11).

O Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2001) que é uma determinação prevista na Constituição Federal de 1988, Art. 214 e na LDB, Art. 87 (Brasil, 1996) e que serve para balizar a educação para todos, tem, também, como uma das diretrizes para o ensino médio preparar jovens e adultos para:

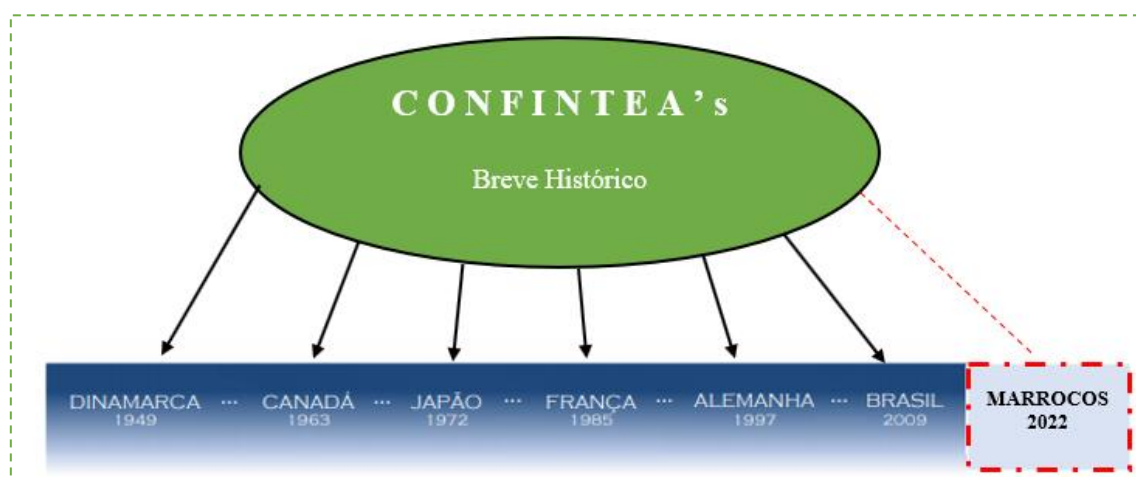
Permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: auto aprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades. (Brasil, 2001, p. 31).

A partir de mobilizações promovidas pela sociedade civil, como também outros organismos coletivos, algumas mudanças começaram a acontecer, instigando a atenção do Estado. Diversas conferências (internacional e nacional) foram realizadas, objetivando melhorias para a EJA. A exemplo podemos citar a criação em 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, essa modalidade passou a receber investimentos financeiros. Mas, ainda assim continua sendo estigmatizada e pouco apreciada pelas políticas públicas educacionais. Diferentemente da instituição em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, na qual as matrículas desse segmento de ensino não eram computadas e, por isso, essa modalidade não recebia investimento financeiro, mesmo estando assegurado por lei o direito a educação para todos, independente da faixa etária.

Outro marco importante no campo da EJA foi a Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEAS, promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Como objetivo o debate, avaliação e

encontrar meios para atingir metas referentes as políticas públicas praticadas na EJA. Essas conferências são realizadas aproximadamente a cada 12 anos. Para melhor compreender o percurso das conferências, na figura 2 é possível observar o histórico das edições, contendo o País anfitrião e o ano do evento.

**Figura 2**  
Edições CONFINTEA'S



*Notas:* Elaboração própria

No seu primeiro encontro, em 1949, em Elsinore (Dinamarca), a I CONFINTEA, a educação de adultos foi concebida como educação moral. Na II CONFINTEA, que ocorreu em Montreal (Canadá) em 1963, a educação de adultos foi pensada por dois enfoques, como educação permanente e como educação de base ou comunitária. A III CONFINTEA, ocorrida em 1972, na cidade de Tóquio (Japão) a educação de adultos foi tratada como suplência da educação fundamental, com o objetivo da inserção do adulto no sistema formal de educação. Na IV CONFINTEA, que ocorreu em Paris (França), em 1985, a educação de adultos foi caracterizada de forma plural, como alfabetização de adultos, educação rural, educação familiar, educação cooperativa, entre outros. Em 1997, em Hamburgo (Alemanha) aconteceu a V CONFINTEA, considerando a educação de adultos como exercício de cidadania e condição fundamental para a plena participação do indivíduo na sociedade. Por último, em 2009, aconteceu a VI CONFINTEA, em Belém do Pará, no Brasil, destacando a importância da educação como aprendizagem ao longo da vida. E diante das ações e direcionamentos feitos pelos Países-Membros

juntamente com a UNESCO, a VII CONFINTEA<sup>9</sup> será realizada em Marrocos, em 2022.

As conferências internacionais têm como objetivos promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação; enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento e renovar o compromisso político e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação.

Desde a extinção da Fundação Educar em 1990, um vácuo se estabelecera na área, deixando o espaço livre para a transferência de encargos e recursos públicos para empresas e organizações não governamentais, cobrindo de modo a falta de iniciativas do Estado para responder à crescente demanda de EJA. A expectativa positiva gerada com as reuniões preparatórias à V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA), de 1997, acenava para a retomada de políticas governamentais na área.

Para Soares (2001), os anos de 1996 e 1997 levaram a um intenso movimento de Educação de Jovens e Adultos no Brasil em função da realização da V CONFINTEA, com a participação de representantes de governos, da sociedade civil e organizações não-governamentais.

A complementar o caminhar da EJA em busca de melhorias e implementações de ações governamentais, pode ser constatado no período posterior à V Conferência Internacional de Educação de Adultos, vários movimentos da sociedade brasileira, em defesa das conquistas democráticas e dos direitos constitucionais, assim como acordos firmados internacionalmente, contribuíram para que a Educação de Jovens e Adultos fosse instituída e fortalecida como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) como uma modalidade educacional integrante da Educação Básica, tendo o Parecer CNE/CEB nº. 11/2008 disposto nas suas Diretrizes Curriculares Nacionais. Essa Conferência de Hamburgo se tornou um marco de referência para constituir as políticas públicas de educação de adultos em vários países do mundo.

---

<sup>9</sup> Cátedra Unesco de EJA - Rumo à CONFINTEA VII, disponível em: <https://www.catedraunescoeja.com.br/noticia-139-convite-para-o-painel-brasil-rumo-a-confintea-vii.html> e <https://www.youtube.com/watch?v=pgAc8WSoWWg&t=307s>. Acesso em julho de 2021.

Ventura (2008) entende que a V CONFINTEA propôs uma forma educacional para além da escolarização que atende aos imperativos do capital negando a luta de classes e propondo estratégias de apaziguamento social. Tal fato se articularia à chamada sociedade do conhecimento, na qual se disseminaria o pressuposto de alterações no mundo do trabalho. Assim se coloca Ventura (2008, p. 86-87):

A V CONFITEA [sic] reafirmou a necessidade de alargar o conceito de educação de adultos para além da questão da escolarização, destacou que a alfabetização deve ser tratada como a primeira etapa da educação básica, ressaltando que esta não pode ser separada da pós-alfabetização; enfim, discutiu o conceito de educação de adultos como um direito, que é associado à possibilidade de processos formais e informais de aprendizagem e à educação contínua. Todavia, associando a globalização à Sociedade da Informação ou do Conhecimento, numa perspectiva de negação da luta de classes e de adoção das teses do fim do trabalho, a Conferência relaciona a educação de adultos com a complexidade da tal Sociedade da Informação e com a necessidade da construção de uma espontânea harmonia social em prol de uma abstrata solidariedade universal [...]. Em suma, as formulações que estão postas desde a Conferência de 1997, em Hamburgo, colocam a educação de adultos no centro de uma série de recomendações internacionais a serem seguidas pelos países com elevado nível de analfabetismo.

A promoção dessas conferências e as diretrizes gerais delas derivadas denotam a preocupação com a temática educação de jovens, adultos e idosos na contemporaneidade, mas que nem sempre vem seguida de políticas públicas eficazes para a execução dos acordos assinados, isso decorrente da morosidade da ação do Estado e governo.

A V CONFINTEA marcou diferenças com relação a outras reuniões semelhantes, pelo protagonismo dado à sociedade civil representada por organizações não governamentais, que, junto a delegados governamentais, definiram seus principais acordos. A Declaração de Hamburgo reafirmou que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. E continua: A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. (Brasil, 1998, p. 89).

Na Tabela 1, é possível visualizar, de forma objetiva a trajetória e marcos legais da EJA no século XX.

**Tabela 1**

Resumo dos Percursos da EJA no século XX

<b>PERÍODO</b>	<b>DES(AVANÇOS) DA EJA NO BRASIL - SÉCULO XX</b>
<b>1940</b>	Objetivos: Alfabetizar as pessoas para votarem;
<b>1945</b>	Visão para a EJA: educação de adultos para contribuir com o desenvolvimento das nações “atrasadas”
<b>1947</b>	Criação das primeiras políticas públicas voltadas para a EJA: Campanha de Adolescentes e Adultos;
<b>1948</b>	Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>1952</b>	Campanha Nacional de Educação Rural;
<b>1958</b>	Campanha Nacional de Erradicação ao Analfabetismo;
	Realização do segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos que contou com a presença de Paulo Freire,
	Plano Nacional de Alfabetização de Adultos;
<b>1961</b>	Criação do Movimento de Educação de Base, Movimento de Cultura Popular;
	Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 4.024/1961);
<b>1964</b>	Criação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA);
	Regime Militar (o golpe militar);
<b>1967</b>	Criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL;
	Fim do Programa Nacional de Alfabetização (PNA);
<b>1970</b>	Ensino Supletivo;
<b>1971</b>	Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 5.692/1971);
<b>1985</b>	Fim do Governo Militar;
	Substituição do MOBRAL pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR;
<b>1988</b>	Promulgação da Constituição Federal do Brasil;
<b>1996</b>	Terceira e atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394/1996);
	Institui a EJA como uma modalidade educacional integrante da Educação Básica;
	Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF;
<b>1997</b>	V CONFINTEA, realizada em Hamburgo (Alemanha);
<b>2000</b>	Parecer CNE/CEB 11/2000 - Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.

Notas: Elaboração própria

A história da educação de jovens, adultos e idosos no Brasil, chega ao século XXI, pedindo, conseqüentemente, reformulações pedagógicas. Essa situação ressalva o grande desafio pedagógico, em termos de seriedade e criatividade, que a educação de jovens e adultos estabelece. Não se esquecendo de que a construção de práticas pedagógicas com adultos deve-se levar em consideração que:

(...) estes homens e mulheres não são tábulas rasas, mas portam um sem-número de experiências sociais, culturais, afetivas que lhes permitiram acúmulo de saberes em diferentes campos epistemológicos. (Moll, 2004, p.14).

No ano de 2003, foi elaborado pelo Ministério da Educação – MEC por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC, o documento intitulado Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2003) que estabeleceu os princípios, os pressupostos e as estratégias para a Educação Profissional e Tecnológica – EPT.

O documento apresentou os princípios gerais das propostas de governo: comprometer-se com a redução das desigualdades sociais; assumir que o desenvolvimento econômico é fundamental; incorporar a educação básica como direito garantido e comprometer-se com uma escola pública de qualidade (Brasil, 2003).

Nesse sentido, a partir dos pressupostos específicos apresentados e em meio a um cenário de pressões sociais, reações legitimou-se a possibilidade de integração da Educação Profissional com a Educação Básica, por meio do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que no seu artigo 4º, § 1º, determinou que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (Brasil, 2004).

Diante do contexto em 2004, no MEC, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que tinha como objetivo assegurar o direito a educação de qualidade e com equidade a todas as pessoas, a mesma desenvolvia ações no campo da Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Ambiental como também em Direitos Humanos, visando uma melhor qualidade de ensino para o público pertencentes a estas modalidades. Passado aproximadamente uma década e meia do século XXI, na contramão, em ação negacionista do governo federal em desfavor do fortalecimento da EJA no País, SECADI foi extinta. A extinção desse órgão apenas mostra mais uma vez um retrocesso no campo dos direitos educacionais voltados as minorias.

Em meio aos retrocessos das ações governamentais para com essa modalidade educacional, os coletivos e movimentos dos fóruns da EJA tornam-se imprescindível nesta luta de resistência contra essa recessão. Desde 2005 os fóruns estão presentes em todos os estados, resistem prepositivamente a políticas e suas enunciações, por ações e práticas de compreensão ampliada em relação ao lugar oficial que a EJA deve ocupar – uma reinvenção da emancipação social, no dizer de Santos (2002, p. 22-23).

Dantas (2005; 2009), estudando o fórum EJA/RJ, observa que esse coletivo tem-se configurado como um espaço em que diversos atores sociais, de diferentes concepções, identificados em torno da problemática das políticas de EJA no país, unem forças e criam estratégias, encaixando-se na caracterização proposta. Resistindo aos desabamentos políticos constantes que obstruem os caminhos em construção na EJA, os fóruns sedimentam, com a própria matéria que desaba, novas fundações. Propondo ações afirmativas, reafirmam alguns direitos sociais diluídos e valores antes esgarçados, como a solidariedade; definem e supõem novas formas de participação cidadã, especialmente no espaço das políticas públicas municipais, no qual a constituição do direito ao ensino fundamental para jovens e adultos vem-se fazendo lentamente, como parte da proteção que um poder público deve oferecer à cidadania.

O esforço coletivo dos fóruns da EJA enreda parceiros de nível nacional e internacional, como: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI, Ministério da Educação -

MEC, Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE, Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, e outros ministérios e instituições, pela intersectorialidade com que todos se envolvem com a EJA.

Neste arranjo de esforços, foi possível a realização da VI CONFINTEA sediada no Brasil em Belém (PA) em 2009. Com objetivo de fortalecer o reconhecimento de aprendizagem e educação de adultos numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. A meta primordial foi de harmonizar a aprendizagem e educação de adultos com outras agendas internacionais de educação e desenvolvimento e sua integração de adultos com outras agendas internacionais de educação e desenvolvimento e sua integração nas estratégias setoriais nacionais. Ela representaria uma oportunidade para avaliar como os compromissos assumidos em 1997 haviam sido implementados e produziria os meios para assegurar que os compromissos anteriores e atuais relativos à educação de adultos e à educação não formal fossem concretizados.

Conforme consta no Documento Nacional Preparatório à VI CONFINTEA (2009), o Governo Brasileiro entendeu a VI CONFINTEA como uma oportunidade estratégica para desencadear processos articulados de fortalecimento nacional da EJA. Para tanto, planejou um processo preparatório com início no ano de 2007 que incluiu: a) oficinas regionais de formação em organização e análise de dados para o diagnóstico da EJA nos estados, nas quais participaram representantes das secretarias estaduais e municipais (capital) da educação, comitês estaduais ou gestores da educação do campo, fóruns de EJA, UNDIMES, universidades; b) encontros estaduais; c) cinco encontros regionais; d) um encontro nacional.

A VI CONFINTEA herdou da edição anterior a responsabilidade de avançar na renovação da Educação de Jovens e da educação não formal, na perspectiva de uma educação ao longo da vida. Entretanto, o maior desafio foi articular a educação formal e não-formal com as agendas internacionais de educação e desenvolvimento, dentre estas a iniciativa de uma Alfabetização para o empoderamento (Lyteracy Initiative for Empowerment LIFE), como também, com outras estratégias nacionais mais abrangentes.

No último dia da Conferência, foi assinado e aprovado o Marco de Ação de Belém, documento que constitui peça fundamental no longo processo de mobilização e preparação nacional e internacional. As recomendações do Marco de Ação de Belém

oferecem uma diretriz que permite ampliar o nosso referencial na busca de uma educação de jovens e adultos mais inclusiva e equitativa.

Mesmo a EJA sendo discutida em diversos países, em um cenário do movimento social em favor da EJA, esta modalidade de educação se apresenta, ainda, desconhecida como um dever do Estado para cumprir o direito ao acesso a educação pública, gratuita e de qualidade, sobretudo reconhecer o direito à especificidade que esta modalidade de educação requer e necessita. Dentre as contradições, conforme menciona Haddad (2000), remontam a concepção de “recuperação do tempo perdido”. Percebe-se que essa modalidade de ensino precisa superar os muitos desafios que a cercam e alguns de muita complexidade.

Conforme Brasil (2008b) evidencia alguns desses desafios, a exemplo: garantir a oferta da EJA como direito; reconhecer o trabalho com as diversidades: étnica, de gênero e de condição intelectual, sensorial ou física; oferecer uma educação inclusiva; produzir política de Estado para a EJA.

Essa concepção equivocada sobre a EJA, onde pretende dar garantias do cumprimento do direito a escolarização básica, antes negado aos educandos da EJA, mas não corresponder aos anseios dos mesmos, principalmente mudanças desejadas em seu cotidiano e como também na transformação da sua realidade profissional, é o negacionismo que não corresponde a uma educação emancipadora digna de oferta. Nesse sentido a Tabela 2 aponta os desafios, conforme Brasil (2008):

**Tabela 2**  
Desafios da EJA no século XXI

DESAFIOS	DEFINIÇÃO
Garantir a oferta da EJA	Significa fazer justiça àqueles que durante muito tempo viveram excluídos do meio letrado. A concepção de uma educação compensatória já não cabe mais, hoje, para a EJA, visto ser um direito garantido por lei mesmo que tardiamente, e não mero favor social, em troca do voto, ou simplesmente, uma preparação do indivíduo para atuar no mundo do trabalho. “Porém, esse direito não se constrói no vazio; ele faz parte de lutas históricas de sujeitos coletivos que apresentam identidades, subjetividades e singularidades” (SILVA, 2009, p. 66).
	As relações estabelecidas pelos sujeitos aprendizes, dentro e fora do espaço educacional, tornam-se essenciais para o desenvolvimento humano, mas para tanto é indispensável levar-se em consideração, as particularidades, as diferenças de cada indivíduo e a sua maneira de conceber o mundo em seu entorno,

Reconhecer o trabalho com as diversidades	permitindo que as diferenças se tornem elementos enriquecedores no processo de humanização. Portanto, criar um espaço democrático no qual o respeito às diferenças seja o marco regulatório, torna os diálogos fluentes e construtivos, podendo gerar uma nova mentalidade de educação para todos. Os sujeitos da EJA são sujeitos plurais (idade, sexo, religião, etnia, ideologia política etc) e levam para o ambiente escolar, saberes e culturas diferentes que enriquecem os debates e engrandecem o desenvolvimento grupal. Negar essa diversidade ou reprimi-la é alimentar preconceitos.
Oferecer uma educação inclusiva	A educação inclusiva exerce um papel relevante na sociedade, pois busca combater toda ação discriminatória que exclui os indivíduos com alguma necessidade educacional especial. Essa educação não se limita, exclusivamente, às séries iniciais, passa a contemplar, também, os estudantes jovens e adultos, assegurando-lhes o direito de ingressarem na escola e nela compartilharem e aperfeiçoarem suas habilidades e competências
Produzir política de Estado para a EJA	Uma política pública de Estado para a EJA poderá ser mais efetiva se envolver os atores sociais que dela farão parte – jovens, adultos e idosos. Chama-se a atenção à responsabilidade do Poder Público competente, para essa modalidade de ensino, carente de políticas públicas capazes de subsidiar meios favoráveis para quem dela necessite. É preciso, portanto, a criação de políticas que abarquem todos os indivíduos sem distinção, jovem, adulto ou idoso em quaisquer condições.

*Notas:* Elaboração própria

Considerando os desafios da EJA supracitados, entende-se que os mesmos, para serem superados requer um esforço conjunto de todos que fazem parte do processo educacional, seja a comunidade escolar, sociedade e Poder Público, de modo a desenvolver estudos que possibilitem compreender o que motiva esse público-alvo permanecer na escola ou o que o faz abandonar o percurso escolar.

## **1.2 Ensino Médio Integrado: desdobramentos da Educação Profissional e Tecnológica**

### **1.2.1 Escolas de Aprendizes Artífices (1909)**

O ensino profissional tem sua normatização a partir das Escolas de Aprendizes Artífices por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 e correspondeu ao período de 1909 a 1936. As Escolas de Aprendizes Artífices localizavam-se nas capitais dos estados brasileiros.

Em âmbito nacional, pautadas no pensamento industrialista no início do século XX e inseridas nos contextos econômico, político e ideológico, a educação e a preparação para o trabalho, influenciaram a implementação de ações na educação profissional que, do ponto de vista de sua sistematização e organização, em nível nacional, foram oficializadas quando Nilo Peçanha assumiu a Presidência da República e, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. “Esse novo sistema de educação profissional passou a ser mantido pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e tinha como finalidade ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito” (Santos, 2007, p. 212).

O papel das Escolas Aprendizes Artífices, criadas em 1909:

Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer das dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime, que é dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (Brasil, 1909).

Estas escolas eram instituições destinadas principalmente aos provenientes da classe trabalhadora e tinham como objetivo a formação de mão-de-obra especializada para atender ao desenvolvimento industrial do país, “mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores para que pretendessem aprender um ofício, em oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes” (Cunha, 2005, p. 63).

Segundo Gomes (2006), na fase inicial da implantação das Escolas de Aprendizes Artífices, havia excessiva liberdade conferida pelo programa educativo aos diretores, bem como o despreparo dos mestres. Desta forma, as escolas constituíam-se em “espaços de qualificação de uma mão-de-obra que previam cursos de duração e intensidades variadas, o que acarretou um mau funcionamento das escolas, tornando-as simples escolas primárias, onde os alunos aprendiam alguns trabalhos manuais” (p.31).

Os primeiros cursos profissionalizantes oferecidos traziam na sua concepção a distinção entre formação para o trabalho intelectual – para as classes mais favorecidas – e formação para o trabalho manual – para as classes menos favorecidas – relevando o caráter dual da educação profissional brasileira, ao reservar para uma minoria elitizada um ensino regular que proporcionava o acesso ao ensino superior e, em contrapartida, às classes populares restava o ensino profissionalizante.

Assim, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices deu início à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, representando para seus gestores:

[...] um novo sol que iria despontar iluminando, nova trilha às nossas indústrias futuras e pondo a descoberto mais essa abençoada senda a ser seguida pela infância pobre das nossas classes proletárias, que se viam como que desamparadas até então, nessa humanitária tarefa de educação prática, fornecendo-lhes os meios de se poderem preparar para as lutas da vida com inteligência e honestidade; os pães pobres, cujos ganhos não podiam sobrar para dar a seus filhos essa educação sólida e mais completa, como que hoje se dá nas nossas escolas de aprendizes artífices (Muricy, 1922, p.3, citado por Cintra, 2004, p.39).

No decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices e nos relatórios de gestores, reafirmou-se o objetivo de qualificar a mão de obra para a indústria brasileira em implantação numa sociedade que vivia um momento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Em 1926, diante das dificuldades iniciais de implantação e funcionamento destas escolas, foi promulgada a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices que previu sua industrialização e tinha por objetivo “aumentar a produção e a renda das escolas [...] de dois modos distintos: objetos e peças confeccionadas por alunos para serem vendidos ou o aproveitamento das máquinas e do espaço físico das oficinas para produção, em horas vagas” (Gomes, 2006, p.43) O Regulamento previu também a “criação de cursos noturnos para o público em geral com idade acima dos 16 anos, sobretudo operários” (idem, p.38).

Assim, a ideia de educação profissional para o trabalho assalariado e para o emprego, foi tornando-se cada vez mais hegemônica e os métodos de ensino, por sua vez, cada vez mais imbuídos de uma racionalidade técnica, em razão da predominância da organização capitalista de trabalho (Manfredi, 2002).

Segundo Cintra (2004) a presença de analfabetos e a preocupação com a alfabetização das massas faziam parte do contexto das escolas de educação profissional do século XX.

Até a década de 1930, em que dominavam as forças da República Velha centradas nas oligarquias agrárias, a educação era privilégio de poucos. “As classes populares são relegadas ao analfabetismo ou, para alguns poucos, o ensino primário” (Lombardi, Saviani, Nascimento 2005, p.227).

No Brasil, a partir do contexto da Revolução Industrial e diante do cenário econômico, caracterizado pelas mudanças nas relações de produção e pelo crescimento e concentração

da população em centros urbanos, segundo Romanelli (2003) o capitalismo industrial suscita a necessidade de ampliação do acesso ao conhecimento de um número cada vez maior de pessoas, pois “onde se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho” (p.59).

Portanto, este período inicial da institucionalização da educação profissional brasileira, caracterizou-se pelo enfrentamento das condições de implantação das Escolas de Aprendizes Artífices, no que diz respeito a organização estrutural das escolas, de seu currículo e de formação de um quadro de profissionais que pudessem responder às necessidades de formação da sociedade brasileira naquele período.

### **1.2.2 Das Escolas Liceus Profissionais (1937) para Escolas Industrial e Técnicas (1942)**

A educação para o trabalho e para a qualificação de mão de obra para a economia brasileira, estava demarcada na Constituição Federal de 1937 como um dever das indústrias e dos sindicatos econômicos pela criação, na sua especialidade, de “escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (Brasil, 1937). O ensino pré-vocacional profissional prescrito “às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado.

Nesse contexto, pela Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (Brasil, 2008g).

A partir do ano de 1942, o Ministro Gustavo Capanema Filho, à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, reformulou os ramos da educação brasileira, organizando-os em: Ensino Industrial, por meio do Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942; o Ensino Secundário, por meio do Decreto-lei 4.244, de 09 de abril de 1942 e o Ensino Comercial pelo Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, marcando com este conjunto de instrumentos legais a nova estrutura educacional do ensino profissional.

Para Ciavatta (2005), a Reforma Capanema delineou-se como uma vertente produtiva calcada nos moldes capitalista de divisão do trabalho combinados ao dualismo educacional. Neste sentido, a educação nacional foi organizada por “leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando

os que deveriam ter acesso secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deviam ter formação profissional para a produção” (p.87).

A educação estava marcada pela dualidade educacional, segundo demonstra Bonfim (2004):

Educar não é somente instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres. Ao lado das Universidades de ensino superior, destinadas à formação das elites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas (BONFIM, 2004, p. 202).

O Decreto-Lei 4.073/1942, ampliou a oferta de formação técnico profissional para atender às demandas da incipiente industrialização do país, ocorrida a partir dos anos de 1930. Segundo Machado (1982) esta lei unificou a organização do ensino industrial em todo o território nacional e ainda, por meio do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, estabeleceu-se as bases para a organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial (Brasil, 1942). Os Liceus passaram a chamar-se Escolas Industriais e Técnicas e os cursos agregaram ao ensino técnico um nível de formação científica e propedêutica. A partir dessa transição as transformações legais das antigas oficinas passaram a denominar-se de cursos industriais.

Neste período as instituições passam a ser subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde, com objetivos de criação de leis orgânicas, e conseqüentemente ocorre profundas reformas no sistema educacional brasileiro e, nesse contexto, o ensino profissional e técnico é equiparado ao nível médio.

No processo de expansão e implementação do sistema de educação profissional foi criado o Sistema S, por meio de Decretos-lei na década de 1940, como o Decreto-lei nº 4.408 de 20/1/1942 que criou o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Decreto-lei nº 8.621 de 10/1/1946 que criou o Senac (Serviço Nacional do Comércio).

Diante deste cenário, formulou-se um sistema nacional de formação profissional, com o controle unilateral dos empresários, encarregado de formar uma força de trabalho técnica e disciplinado para o processo de industrialização em expansão e, ao mesmo tempo, nasce

uma rede pública de Escolas Técnicas Federais para formar técnicos de nível médio (Lombardi, Saviani, Nascimento, 2005).

### **1.2.3 Escolas Técnicas Federais (1959)**

No que se refere às Escolas Industriais e Técnicas, inseridas no contexto político, econômico e social, do ano de 1959, elas foram transformadas em autarquias passando a ser designadas de Escolas Técnicas Federais, por meio da Lei nº 3.552/1959 que conferiu-lhes autonomia didática, técnica, financeira, administrativa e de gestão para “a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio” (Brasil, 1959).

Nas Instituições, ou seja, nas Escolas Técnicas Federais, são criados diversos cursos técnicos, autorizando também o início da formação técnica de nível superior, posteriormente, estabelecida como as Engenharias Operacionais.

Nota-se que neste período de crescente da educação profissional nos moldes das Escolas Técnicas Federais, cresce também a dualidade estrutural no âmbito da educação. Principalmente relacionado com a prosseguimento dos estudos na universidade.

Num cenário marcado por pressões das camadas médias, internacionais, setores populares e empresariais, a estratégia governamental para conter as demandas pelo ensino superior, diante da necessidade de formar novos técnicos de nível médio, foi promover uma mudança na educação profissional e atribuir ao ensino de 2º grau o caráter de profissionalização.

[...] Sem grandes consultas à nação, pois a conjuntura política pautava-se pelo autoritarismo e cerceamento das manifestações populares, o Estado convocou um grupo de estudos, que num período bastante curto, formulou as novas diretrizes e bases da educação. Modificou-se a estrutura do ensino; [...] eliminou-se o sistema de ensino baseado em ramos profissionais [...] instituiu-se a iniciação profissional e a profissionalização em todo ensino de 1º e 2º graus, respectivamente (MACHADO, 1982, p.67-68).

Nesse contexto político e social, o governo militar substituiu a equivalência entre o ramo secundário e propedêutico pela habilitação profissional compulsória, por meio da Lei nº 5.692, de 1971 – Reforma do ensino de 1º e 2º graus. Assim, a educação profissional, cujo objetivo era “instituir a terminalidade do ensino do 2º grau para aqueles que, devido à sua condição econômica, não teriam oportunidade de cursar a escola superior” (Araújo,

2006, p.75), pretendia, na análise de Cunha (2000), estender a todo o ensino de 2º grau a articulação escola-mercado que funcionava apenas para um setor da economia e acabou por levar a uma desorganização: escolas profissionalizantes e escolas exclusivamente propedêuticas.

Assim, segundo Santos (2007), as consequências para o ensino médio, como não produzir nem a profissionalização nem a educação propedêutica, ocorreu em razão de alguns fatores, como a “falta de recursos materiais e humanos para a manutenção por parte do poder público, de uma extensa rede de escolas; a resistência dos empresários em admitir nos quadros de suas empresas os profissionais oriundos dos cursos de segundo grau” (p. 220).

Para Moura (2007) a profissionalização compulsória no 2º grau:

[...] foi fruto de uma conjugação de fatores. Por um lado, um governo autoritário com elevados índices de aceitação popular e interessado em mantê-la. Para isso, era necessário dar respostas à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, o que acarretava pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Porém, tal governo tinha o projeto de desenvolvimento nacional calcado em uma nova fase de industrialização, conhecida como o Milagre Brasileiro, que demandava por técnicos de nível médio qualificados para atender a tal crescimento. Assim, a opção política foi dar uma resposta diferente às demandas educacionais das classes populares, mas que pudesse atendê-las. Utilizou-se, então, a via da profissionalização no 2º grau, o que garantiria a inserção no mercado de trabalho, em função do milagre (p. 6).

De acordo com Santos (2007), a relação com o setor empresarial para a utilização dos técnicos formados no ensino profissional, das Escolas Técnicas Federais, era prestigiada e a “grande parcela de técnicos por ela formados, no contexto dos anos 60 e 70, eram recrutadas, quase sem restrições, pelas grandes empresas privadas ou estatais” (p. 220).

#### **1.2.4 Expansão da Educação Profissional: Criação dos CEFETS (1978)**

A globalização econômica e a reestruturação produtiva exigiu novos conhecimentos do trabalhador e novas exigências educacionais para sua formação. Mais uma vez a formação do trabalhador brasileiro esteve condicionada aos interesses do “processo de rearticulação do capital mundial, em busca da consolidação de sua hegemonia” (Martins, 2000, p.63), aliado às necessidades colocadas pelos mercados internacionais.

A Lei nº 6.545, de 1978, transformou as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS. Esta mudança conferiu àquelas instituições mais uma atribuição: a de formar engenheiros de operação e tecnólogos (Brasil, 2008). Nesse contexto os CEFETS se tornam

referencias na criação e realização de pesquisas na área técnica industrial, e oferta de cursos industriais, de graduação e pós graduação; Formação de profissionais de engenharia industrial e de tecnólogos, e de licenciatura plena; Cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização; e Criação dos cursos para formação de professores.

Este processo, que se estendeu às outras instituições da Rede Federal na década de 1990 e promoveu a verticalização da oferta, uma vez que outras instituições passaram a ofertar desde a educação básica à educação superior, a partir da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Esta lei dispôs sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e no § 1º determinou que a implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica “seria efetivada gradativamente mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica” (Brasil, 1994).

O artigo 2º da lei nº 6.545, de 1978 apresenta os seguintes objetivos dos CEFETS:

Art. 2º – Os Centros Federais de Educação Tecnológica [...] têm os seguintes objetivos: I – ministrar ensino em grau superior: a) de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos; b) de licenciatura plena e curta, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas no ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos; II – ministrar ensino de 2º grau, com vistas à formação de auxiliares e técnicos industriais; III – promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a atualização profissional na área técnica industrial; IV – realizar pesquisas na área técnica industrial, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços (BRASIL, 1978).

A Carta Constitucional de 1988 consubstanciou uma estratégia de afirmação dos direitos sociais, historicamente negligenciados pelo Estado, entre eles a educação. De forma mais enfática, passou-se a reivindicar uma política democrática para o sistema educativo que incluísse processos de gestão e autonomia escolar, ainda que o fim do regime militar não tenha significado, de imediato, uma “[...] transformação no regime capitalista brasileiro, nas relações de poder, da mesma forma que a Nova República não trouxe mudanças significativas no sistema escolar” (Fonseca, 1994, p. 81).

Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei 11.892/2008), a maior parte dos CEFET foram convertidos em Institutos Federais (IF). Três deles, porém, não fizeram a conversão: CEFET-PR, CEFET/RJ e CEFET/MG, que apesar de também fazerem parte da nova rede, pretendiam se tornar Universidades Tecnológicas Federais, sendo apenas o CEFET do Paraná que conseguiu essa

transformação/transição, se tornando a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Assim, atualmente existem apenas no Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

### 1.2.5 A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2008)

A criação dos Institutos Federais (IFs) resultou da integração ou da transformação das Escolas de Aprendizes Artífices, Escolas Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais, e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), como é ilustrado na figura 3 essa evolução da rede federal de educação no Brasil.

#### Figura 3

Linha do Tempo: Educação Profissional no Brasil

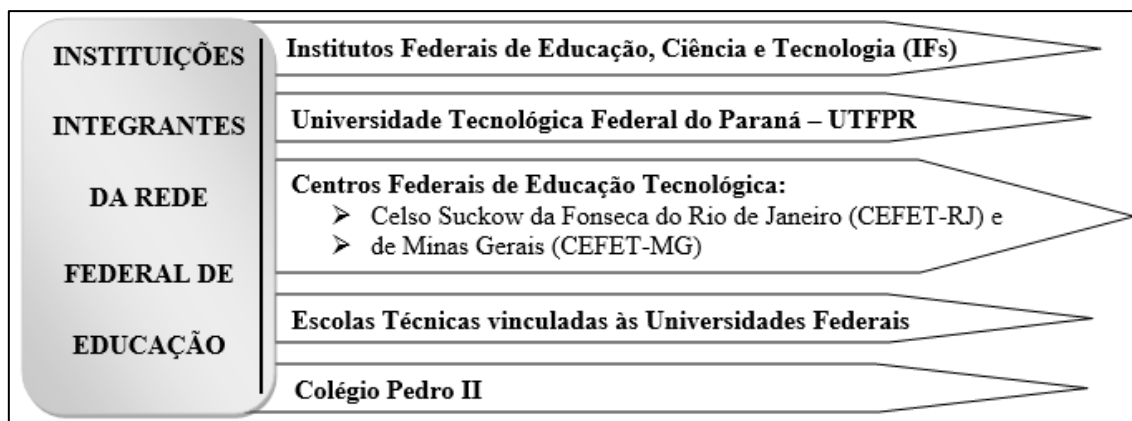


Notas: elaboração própria

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. É vinculada ao Ministério da Educação e constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 23 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. As instituições pertencentes a Rede Federal constitui natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2008). Na figura 4 é apresentada composição das entidades pertencentes a rede federal de educação no Brasil.

**Figura 4**

Constituição da Rede Federal de Educação Profissional



*Notas:* elaboração própria

Os Institutos Federais, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi com expansão, interiorização e consolidação da Rede Federal, cobrindo todo o território brasileiro; Democratização e ampliação do acesso às conquistas científicas e tecnológicas; Fomento ao desenvolvimento regional; Estímulo à permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades e, também, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, e para a educação profissional e Inclusão social e redução das desigualdades.

Os 38 Institutos Federais vieram da fusão de escolas técnicas, agrotécnicas e CEFET nos vários Estados da Federação. A UTFPR configura-se como universidade especializada. O Colégio Pedro II é instituição pluricurricular e multicampi, atua na oferta de educação básica e de licenciaturas. Os CEFET são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

As instituições da Rede Federal têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade. Na figura 5 abrange os diversos níveis da educação profissional e tecnológica, desde a educação básica à pós-graduação.

**Figura 5**  
Modalidades de ensino ofertadas na Rede Federal

	MODALIDADE	REQUISITO	DURAÇÃO	
PÓS-GRADUAÇÃO	Stricto sensu	Ensino superior concluído	2 a 4 anos	
	Lato sensu	Ensino superior concluído	1 anos	
GRADUAÇÃO	Bacharelado	Ensino médio concluído	4 anos	
	Tecnologia (Tecnólogo)	Ensino médio concluído	2 a 3 anos	
	Engenharia	Ensino médio concluído	5 anos	
LICENCIATURA	Formação de Professores	Ensino médio concluído	4 anos	
TÉCNICO	Integrado O aluno cursa a educação profissional e o ensino médio simultaneamente	Ensino fundamental concluído	3 a 4 anos	
	Subsequente Destinado ao aluno que concluiu o ensino médio	Ensino médio concluído	1 a 2 anos	
	Proeja Educação básica integrada ao ensino médio	Técnica	Ensino fundamental concluído	3 anos
		Formação Inicial e Continuada	1ª a 4ª séries do ensino fundamental concluídas	Até 2 anos
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	Tem como objetivo a qualificação profissional e elevação da escolaridade dos trabalhadores			

*Notas.* Retirado de Conif/Modalidades Ofertadas, por CONIF, (<https://portal.conif.org.br/br/rede-federal/modalidades-ofertadas-do-conif>). De domínio público.

A partir da Lei nº 11.892, os institutos federais tiveram sua organização redefinida conforme as características apresentadas em seu Art.º 6º, onde têm por finalidades e características:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades [...];
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; [...]
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino (BRASIL, 2008).

O artigo 7º da mesma lei define, entre os objetivos dos Institutos Federais “I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (Brasil, 2008).

A oferta de vagas foi definida no artigo 8º que determinou que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do cap. do art.º. 7º desta Lei.

### **1.3 Ensino Médio Integrado na modalidade da EJA/EPT (PROEJA)**

Passamos a discutir nesta seção especificidades e a constituição de uma perspectiva para a modalidade EJA, tendo como referência o PROEJA foco desta dissertação. Um aspecto bastante desafiador para esta modalidade diz respeito ao fato de que é composto por um público plural, com diferente potencial cognitivo e de aprendizagem, e que ao longo do tempo devido as variáveis circunstâncias, adquiriu a condição de excluído do ensino denominado de regular.

Nesse contexto Oliveira (1999, p. 61) considera que:

[...] a condição de excluído da escola regular implica pensar: primeiro na adequação da escola para um grupo que não é alvo original da instituição, ou seja, os currículos, os programas e os métodos de ensino, originalmente, não foram concebidos para os jovens e adultos, mas para crianças e adolescentes com trajetória regular.

Em 2005, o Governo Federal instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), por meio do qual passam a ser ofertados cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA (Decreto n. 5.478, de 24/06/2005). Porém no ano seguinte, o mesmo foi substituído pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Decreto n. 5.840, de 13/07/2006), mantendo-se a sigla PROEJA.

Essa substituição foi promovida tendo em vista atender reivindicações de profissionais da educação da Rede Federal de Ensino, de estudiosos do assunto e de gestores educacionais. Esses setores da educação solicitaram ampliar a abrangência dos vínculos entre a EJA e a educação profissional, que diz respeito à oferta de cursos, bem como os locais onde seriam oferecidos.

Assim, essas experiências, em diálogo com os pressupostos referenciais do programa, indicavam a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas (BRASIL, 2007d, p. 12).

No intuito de melhor compreender as principais mudanças ocorridas entre os decretos de 2005 e 2006, consta na Tabela 3 as principais alterações:

**Tabela 3**

Decretos da EJA/EPT (PROEJA) e suas Alterações

Programa de integração da educação profissional <u>ao ensino médio</u> na modalidade de educação de jovens e adultos  <b>(Decreto n. 5.478, de 24/06/2005)</b>	Programa <u>nacional</u> de integração da educação profissional <u>com a educação básica</u> na modalidade de educação de jovens e adultos  <b>(Decreto n. 5.840, de 13/07/2006)</b>
<b>Instituições Habilitadas:</b> - Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.	<b>Instituições Habilitadas:</b> - Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; - instituições públicas de ensino estaduais e municipais; - entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao Sistema S.
<b>Abrangência:</b> - Cursos e programas de Educação profissional integrados ao ensino médio.	<b>Abrangência:</b> - Cursos e programas de educação profissional articulados à educação básica (fundamental e médio).
<b>Forma de Oferta:</b> - Integrada	<b>Forma de Oferta:</b> - Integrada e Concomitante
<b>Carga Horária:</b> - <b>Máxima:</b> 1.600 horas para cursos de Formação Inicial e Continuada. Sendo: • Mínima de Formação Geral: 1.200 horas; • Mínima de Formação Profissional: 200 horas  - <b>Máxima:</b> 2.400 horas para Nível Médio. Sendo: • Mínima de Formação Geral: 1.200 horas; • Mínima de Formação Profissional: <i>de acordo com a respectiva habilitação profissional técnica.</i>	<b>Carga Horária:</b> - <b>Mínima:</b> 1.400 horas para cursos de Formação Inicial e Continuada. Sendo: • Mínima de Formação Geral: 1.200 horas; • Mínima de Formação Profissional: 200 horas  - <b>Mínima:</b> 2.400 horas para Nível Médio. Sendo: • Mínima de Formação Geral: 1.200 horas; • Mínima de Formação Profissional: <i>de acordo com a respectiva habilitação profissional técnica.</i>

*Notas:* elaboração própria

Diante do novo cenário e possibilidades, foi incluído e ampliadas as instituições que poderiam propor o PROEJA. Assim, além da Rede Federal de Ensino, os sistemas de ensino municipais e estaduais e as entidades privadas nacionais de serviço social aprendizagem e formação profissional, a exemplo do Senai e Senac.

De acordo com o Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006, os cursos EJA-EPT(PROEJA) podem ser oferecidos nas seguintes formas: Educação profissional técnica de nível médio articulada/integrada com o ensino médio; Formação inicial e continuada

articulada/integrada com o ensino médio; Formação inicial e continuada articulada/integrada com o ensino fundamental.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13005, de 2014 para o decênio 2014-2024, prevê a ampliação das oportunidades de acesso à educação profissional e tecnológica para jovens e trabalhadores, tendo em vista a expansão da educação profissional técnica de nível médio e a integração dos cursos técnicos e de qualificação profissional com a educação de jovens e adultos corroborando com as seguintes metas:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (BRASIL, 2014).

Foram definidas 11 estratégias com a finalidade de cumprir a meta 10, entre elas: manter e estimular os programas de formação escolar integrada à formação profissional; ampliar o número de matrículas de jovens e adultos nesses programas para elevar a escolarização dos trabalhadores; levar em conta as necessidades das populações “itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância”; ampliar a aquisição de equipamentos para as escolas públicas que trabalham com a educação integrada à formação profissional; incentivar a acessibilidade às pessoas deficientes; incentivar a diversificação curricular para atender às necessidades e características de cada público; apoiar a produção de material didático específico e a formação continuada de docentes; institucionalizar a assistência ao estudantes, para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem.

Além da Meta 10 do Plano Nacional de Educação, que prevê o mínimo de 25% das matrículas de EJA, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, possui no âmbito da rede federal, em legislação específica para os Institutos Federais, a destinação de no mínimo 10% das matrículas para os cursos de PROEJA, conforme estabelecido pelo decreto 5840/2006, além de descumprir a Lei 11.892, de 29/12/2008, que determina 50% das vagas, por ano, para “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. (BRASIL, 2008). Consta na Tabela 4, expressamente a legalidade da oferta de vagas na

modalidade da EJA, por partes das instituições educacionais, em especial às instituições da rede federal de educação profissional.

#### **Tabela 4**

Marcos legais da EJA na Rede Federal

<b>Oferta Legal da EJA na Rede Federal</b>	<b>% de Vagas</b>
✓ Decreto 5.840/2006 – criação da EJA/EPT (PROEJA)	10%
✓ Lei 11.892, de 29/12/2008 – criação dos Institutos Federais	50%
✓ Plano Nacional de Educação (PNE-2014/2024) – institui a Meta 10	25%

*Notas:* Elaboração própria

Para Moura (2006) o PROEJA objetiva a integração entre a educação básica e a formação profissional, tendo como alvo aqueles “(...) que já concluíram o Ensino Fundamental, mas que ainda não têm nem o Ensino Médio nem uma profissão técnica de nível médio” (p. 61) e com a experiência de várias décadas atuando junto ao ensino médio e técnico, a Rede Federal ainda é a maior referência nessa modalidade de ensino.

É preciso que se estabeleça uma relação entre educação profissional, ensino médio e EJA, que exigem a construção de um projeto comprometido e inovador de ensino de jovens e adultos:

O grande desafio dessa política é a construção de uma identidade própria para novos espaços educativos, inclusive de uma escola de/para jovens e adultos. Em função das especificidades dos sujeitos da EJA (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre outros), a superação das estruturas rígidas de tempo e espaço presentes na escola (Arroyo, 2004) é um aspecto fundamental (Documento Base - PROEJA, 2007, p. 42).

Mesmo com a ampliação da abrangência, a realidade das instituições nos mostra que precisamos avançar mais, devido ao insucesso da escola existente e às dificuldades com a formação e habilitação de professores na efetivação de um trabalho que venha atender as necessidades e os anseios dos alunos, levando em conta as experiências dos alunos jovens e adultos, resgatando as histórias de vida, como o próprio Documento Base – (PROEJA, 2007, p. 36) afirma “ o Programa necessita de um projeto político pedagógico para que possa atender as reais necessidades de todos os envolvidos, e oferecer respostas condizentes com a natureza da educação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida”.

Desta forma, o PROEJA proporciona para homens e mulheres a educação básica, qualificação profissional e perspectivas de continuidade dos estudos em nível superior assim como a sua inserção no mundo do trabalho, como assevera o Documento Base:

É fundamental que essa política de educação profissional e tecnológica, nos moldes aqui tratados, também seja destinada, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares, sendo esse o objetivo central desse documento base (Documento Base - PROEJA, 2007, p. 33).

Os alunos que frequentam esta modalidade de educação de jovens, adultos e idosos trazem na sua bagagem de vida e no seu histórico escolar muitas frustrações, dificuldades e medos, necessitando um olhar diferenciado, que leve em conta esta problemática. É necessário investimentos em políticas educacionais que contemple o socioeconômico, pedagógico, psicológico, e que sejam trabalhadas as habilidades e dificuldades cognitivas desses estudantes.

De acordo com Faria e Assis (2014) citado por Neiva (2018), há concordância com a autora supracitada sobre a EJA em relação a ser “(...) alvo de ações educacionais descontínuas” e que o programa possibilita “(...) uma profissão ao final do curso” (p. 124). Continua a autora Neiva (2018):

porém, isso esbarra em transformação no que diz respeito ao trabalho docente, como também da comunidade institucional, pois há uma necessidade de adequação para atendimento desse público específico, de jovens, adultos e idosos que possuem diferentes níveis de ensino aprendizagem, e que precisa ser considerado.

Dessa forma, a motivação e o estímulo para que o público da EJA permaneça e não interrompa seus estudos também vai depender da rede de profissionais que atuam diretamente ou indiretamente nesta modalidade educacional.

Para os autores Faria e Assis (2014) citado por Neiva (2018, p. 35):

Pode-se dizer que o PROEJA é uma resposta do estado brasileiro às demandas por inclusão social, consequência dos embates da sociedade, dos políticos e dos intelectuais envolvidos nessas discussões em prol da necessidade de formação de mão-de-obra especializada para o trabalho. Esse programa, doravante denominado Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos teve como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse sentido, a diversidade dos sujeitos da EJA está particularmente, de acordo com Arroyo (2007, p. 7), nessa configuração da especificidade de ser povo, de ser trabalhador,

desempregado, de ser jovem e adulto dos setores populares. Assim superando a marca da história no Brasil no que se refere à educação de jovens, adultos e idosos, caracterizada por políticas descontínuas e de formação precarizada.

Para Moll (2010, p. 131), “a ampliação de oportunidades educativas pode colaborar para o enfrentamento das profundas desigualdades existentes no Brasil, bem como para a valorização da diversidade social e cultural que nos caracteriza e enriquece como nação”.

Acerca dos desafios do/no PROEJA, Jaqueline Moll (2010, p. 136) defende que, “no âmbito das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica o desafio está em ampliar a oferta da Educação técnica de nível médio, incorporando o público da EJA e mantendo a histórica qualidade de sua formação”.

Para Cruz Sobrinho (2016), a oferta de PROEJA nos Institutos Federais, apresenta-se como o caminho para a consolidação da política pública que atua nas dimensões da Educação e do trabalho, posto que, segundo Maraschin, “nos IFs o PROEJA tem resistido em alguns locais” (MARASCHIN, 2019, p. 29). “Pela legislação e proposta dos IFs, observa-se que estes apresentam um grande desafio para a Educação profissional e tecnológica, rompendo barreiras históricas e assumindo-se como uma política pública de formação de trabalhadores” (MARASCHIN, 2019, p. 131).

Diante do exposto nesta seção, pode-se compreender que a eficácia de uma política pública de Estado para com a modalidade de jovens, adultos e idosos, depende da união dos atores/indivíduos/estudantes e implementadores, dispostos a fazerem o PROEJA consolidar-se à sua própria política reconhecendo suas especificidades.

#### **1.4 Trabalhos relacionados a permanência dos estudantes na EJA-EPT.**

No caminho da revisão exploratória da literatura, observamos que as pesquisas no campo da EJA e EJA-EPT (PROEJA), principalmente no âmbito da rede federal dos institutos federais, estão direcionadas para questões da evasão, desistência, reprovação, ensino-aprendizagem, currículo, prática pedagógica, implementação do PROEJA na rede federal, formação docente etc. São mínimos os trabalhos acadêmicos sobre a permanência escolar e casos de sucesso que deem ênfase ao protagonismo e a potencialização dos estudantes como sendo capazes de resistir e (re)escrever histórias de sucesso e conquistas. Tendo como exceções as dissertações de Katrein (2012), Ferreira, (2014), Cardoso (2016), Neiva (2018), que tem se voltado a entender as causas da permanência dos estudantes nos cursos

da EJA-EPT (PROEJA), como impacto positivo e de uma relevância social para a EJA. Na Tabela 5, podemos observar com mais detalhes os contributos dos trabalhos realizados pelas autoras supracitadas.

**Tabela 5**

Trabalhos realizados sobre permanência na EJA-EPT

Autor(a), Ano	Proposta do Estudo	Metodologia	Fatores da permanência
Katrein (2012)	Os processos de permanência dos estudantes do PROEJA do IFSul – Campus Pelotas.	Nesta pesquisa foi utilizado uma abordagem qualitativa. Foram utilizadas como instrumento de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas (que foram gravadas), análise de documentos e diário de campo. Os participantes da pesquisa foram estudantes egressos que se formaram no Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – PROEJA/IFSul - Campus Pelotas. A metodologia adotada para análise dos dados foi a análise de conteúdo.	A pesquisa mostrou que os estudantes permaneceram no PROEJA mobilizados pelo sentido que atribuíram ao retorno à escola (escolarização; profissionalização; e melhora de vida) vivenciando, no seu interior, processos de mobilização que foram identificados por três temas, entre os quais, o mais destacado foi o convívio e o apoio de colegas e professores. Apresentou ainda, o respeito aos diferentes tempos de aquisição de aprendizagens; a comunicação aberta entre estudantes e professores; e o compartilhamento de espaços e materiais, como as principais características do modelo pedagógico do PROEJA que facilitaram a permanência dos estudantes no curso.
Ferreira (2014)	Os estudantes do PROEJA do IFRN: a contribuição de seus arranjos culturais para a permanência no curso Técnico de nível médio integrado em alimentos	Uma metodologia de abordagem qualitativa. Pesquisa exploratória. Com método de investigação: pesquisa de campo. O instrumento de recolha de dados foi a entrevista semiestruturada. Os participantes da pesquisa foram estudantes egressos do curso técnico de nível médio integrado em alimentos PROEJA do IFRN campus Currais Novos. Análise dos dados foi a análise de conteúdo.	Os resultados indicam que a permanência dos estudantes no curso técnico em Alimentos pode ser fortalecida com o apoio institucional, com práticas pedagógicas e didática mais capazes de preocupar-se com os educandos em processo de aprendizagem e em sua lógica de enfrentamento das dificuldades apontadas por diversas pesquisas.

Cardoso (2016)	Permanência escolar no PROEJA: olhares dos estudantes do curso técnico em cozinha	Uma pesquisa qualitativa, com abordagem no Método História de Vida. A coleta de dados se deu através de entrevista semiestruturada. Os participantes da pesquisa foram estudantes matriculados em fase de conclusão do curso técnico de nível médio integrado em cozinha no IFAL campus Marechal Deodoro. Análise dos dados foi a análise de conteúdo de enfoque interpretativo das entrevistas.	Constatou-se que as políticas de Assistência Estudantil, aliadas ao discurso positivo de docentes a respeito dos estudantes, com postura dialógica, como condição essencial para o avanço na aprendizagem dos entrevistados, sendo realizadas ações pedagógicas no âmbito interno e externo à instituição que articularam saberes na direção da formação integral desses jovens e adultos
Neiva (2018)	Profissionalização e Educação de Jovens e Adultos (EJA): motivação e impactos da formação na vida pessoal e profissional dos alunos do Curso Técnico Integrado em Cozinha do Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia	À natureza desta pesquisa pautou-se por uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. A escolha do método é estudo de caso A coleta de dados deu-se por meio de questionários aplicados para os alunos matriculados no curso Técnico Integrado em Cozinha do Campus Goiânia (IFG). E entrevista semiestruturada para a coordenação do curso. A análise de dados realizou-se via análise de conteúdo.	A pesquisa revelou que apesar dos problemas envolvendo os alunos na modalidade EJA, eles veem nessa formação uma oportunidade de progredir na vida profissional e pessoal, por se tratar de uma instituição prestigiada.

*Notas:* Elaboração própria

Paulo Freire em sua concepção pedagógica de prática libertadora e democrática traz a reflexão do socializar-se em relação mútua de troca de saberes, e o questionamento crítico da realidade. Para Freire “(...) quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender” (1996, p.25).

Sob esta ótica, o próprio Paulo Freire, na obra “Educação como prática da liberdade” (1997), considera que o ambiente acarreta esse peso para a educação. Dessa forma, o ensino se torna mais agradável e assim garante que o aluno enxergue o ambiente escolar sem cobranças, mas com interesses no aprendizado, o que para a Educação de Jovens e Adultos é imprescindível para permanência. O trabalho com a cultura compete ser um diferencial no processo de Educação de Jovens e Adultos.

Podemos considerar que a realidade do aluno da Educação de Jovens, Adultos e Idosos é de um aluno adulto, que trabalha, tem responsabilidades na família e na sociedade em que vive, sendo assim um desafio o mesmo adentrar o sistema escolar. Estes alunos buscam na escola uma ascensão social, acolhimento, dignidade, e com eles muitas vezes vem à baixa autoestima, a fragilidade e insegurança em relação a si e ao ser um ser social. Neste aspecto a instituição escolar e educadores tem o papel neste contexto de proporcionar um ambiente favorável á realidade deste educando. Contribuindo, a adquirir o pensamento reflexivo crítico, e a sua interação enquanto ser social e atuante na sociedade em que está inserido.

É diante destas considerações apresentadas, que Freire defende uma aprendizagem libertadora, crítica reflexiva, significativa e não mecânica. Que aja a relação educador-educando, onde o educando reconheça-se como participante ativo.

### 2 Metodologia

Este capítulo consiste em demonstrar a descrição do trabalho empírico realizado na presente pesquisa de dissertação, a saber: Questão e objetivos de investigação; Estratégia da investigação; Desenho da investigação : estudo de caso (Universo da pesquisa: IFMS); Métodos, dados e procedimentos (Participantes e procedimentos éticos, Inquérito por entrevista estruturada), Modelo de Análise Qualitativa de Conteúdo.

#### 2.1 Questão e objetivos de investigação

De acordo com Correia e Mesquita (2014) a citado por Zotelli (2019), a clareza de uma questão de investigação situa-se entre a especificidade adequada e o nível correto de amplitude. Os principais conceitos a investigar devem ser identificados de forma a não serem confundidos com outros. Considerando o exposto, foi definida como questão de investigação:

- ✓ Quais fatores motivam a permanência dos estudantes matriculados no programa EJA-EPT (PROEJA) do curso em Administração do IFMS Campus Dourados e como egressos da EJA-EPT (PROEJA) do curso em Informática da antiga EAFC avaliam os impactos efetivos da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional?

Ao refletir no contexto de pesquisas, os objetivos têm como finalidade indicar o que o pesquisador pretende desenvolver, bem como direcionar a investigação para obter as respostas às questões elencadas no projeto de pesquisa. Assim, evidencia-se que o objetivo geral desta pesquisa é:

- ✓ Identificar os fatores da permanência dos estudantes no curso Técnico em Administração Integrado ao ensino médio na modalidade EJA, no IFMS- campus Dourados;
- ✓ Compreender como egressos do curso Técnico em Informática Integrado ao ensino médio na modalidade EJA, da antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC, avaliam a formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional.

No intuito de auxiliar a alcançar o objetivo geral, foram traçados objetivos específicos, os quais apresentam de forma mais delineada as ideias relacionadas ao objeto de estudo e suas particularidades. Assim, perante o objetivo geral supracitado, para fins de execução da pesquisa de investigação delimitou-se como objetivos específicos:

- ✓ Analisar os fatores motivacionais que levaram os estudantes a escolherem o curso;
- ✓ Analisar as expectativas e desafios sentidos durante a frequência do curso;
- ✓ Verificar os impactos esperados da formação técnica e integrada na vida pessoal e profissional dos estudantes matriculados no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na EJA, no IFMS Campus Dourados;
- ✓ Perceber as contribuições da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional dos egressos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na EJA, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC;
- ✓ e Propor sugestões/recomendações de melhorias para o IFMS a partir dos resultados obtidos, visando a permanência e êxito dos estudantes desta modalidade educacional.

## **2.2 Estratégia da investigação**

A busca em atingir os objetivos propostos em uma pesquisa, intrinsecamente esta relacionado à adequação da escolha de um desenho metodológico em perfeita conformidade com a pesquisa, e que a ação de pesquisar represente um ato “[...] reflexivo, sistemático, controlado e crítico que conduz à descoberta de novos fatos e das relações entre as leis que regem o aparecimento ou ausência dos mesmos” (Ander-Egg, 1978, p. 28 citado por Zotelli, 2019).

Nesse sentido, a abordagem qualitativa apresenta-se como a mais adequada para o presente trabalho, por estar relacionada aos significados dos resultados, tratando-se de uma análise intersubjetiva. Amado (2013, p. 205) afirma que “a Investigação Qualitativa tem atrás de si toda uma visão do mundo, dos sujeitos humanos e da ciência, que influencia a escolha e está presente na aplicação de qualquer técnica ou procedimento”.

A pesquisa qualitativa, também se apresenta, conforme Rauen (2013), no tratamento descritivo-discursivo das características dos fatos ou fenômenos, que vão sendo sucessivamente agrupados por critérios descritivo-discursivos, de modo que as conclusões decorrem das propriedades emergentes destes agrupamentos. Em outras palavras, as conclusões decorrem das propriedades descritas discursivamente.

Pesquisas com caráter descritivo, de acordo com Gil (2008, p.28), “(...) como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”

Em mesmo sentido, as pesquisas descritivas se mostram como medidas metodológicas em que todo o processo de consideração dos dados, da coleta à análise, é processado sem a interferência ou influência do pesquisador. O papel do pesquisador se consolida no ato de informar “[...] sobre situações, fatos, opiniões ou comportamentos que têm lugar na população estudada” (Raupp & Beuren, 2006, p. 81).

Considerando as características da pesquisa, metodologicamente, utiliza-se o método dedutivo. Que conforme Gil (2008. p. 28) “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal”.

### **2.3 Desenho da investigação: Estudo de Caso**

Considerando o contexto e a importância de consolidar políticas públicas eficazes para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos na rede federal de educação, como também por acreditar na educação como prática da emancipação social, respeitando a diversidade e peculiaridades dos sujeitos da EJA, nesse sentido considerou o Estudo de Caso como o desenho mais apropriado para alcançar os objetivos propostos da presente pesquisa, recorrendo ao inquérito por entrevista estruturada.

Em complemento, Yin (2010) descreveu o estudo de caso como um método que possibilita aos pesquisadores a retenção das características importantes dos eventos da vida real, suficientes à contribuição para o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, políticos e relacionados.

Os estudos de caso prestam-se à compreensão do aspecto universal dos fatos e dos fenômenos de interesse, em busca de identificar o que ocorre para que o objeto se estabeleça ou apresente da forma que é. Dessa forma, Zanelli (2002, p. 83) descreve que os estudos qualitativos, como os estudos de caso, buscam “[...] entender o que as pessoas aprendem ao perceberem o que acontece em seus mundos”.

Na mesma linha de visão o estudo de caso “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores” (Triviños,1987 p.125).

Nessa perspectiva, e amparado pelo arcabouço metodológico supracitado, a presente pesquisa tem condições de descobrir situações concretas vividas por estudantes, possibilitando identificar melhor os fatores que contribuíram para a permanência com sucesso no Curso Técnico em Administração Integrado ao ensino médio na modalidade EJA, no IFMS Campus Dourados.

### **2.3.1 Universo da pesquisa: IFMS**

O universo da pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). Esta é organizado em uma estrutura multicampi, localizados nos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas.

O IFMS foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, quando o Ministério da Educação (MEC) reestruturou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os Institutos Federais têm natureza jurídica de autarquia com uma estrutura multicampi. São instituições com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2008).

O IFMS é uma instituição de educação profissional, cuja missão é “promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissionais humanistas e inovadores, com vista a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional” (IFMS, 2018, p. 30).

A oferta de cursos é diversificada e vai desde a formação inicial e continuada, qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada e subsequente, graduação (tecnólogo, bacharelado e licenciatura) e pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

Em 2014, iniciam-se as atividades do Campus Dourados, com sua sede provisória em uma escola Estadual cedida pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. A mudança e o funcionamento para a sede definitiva ocorreram no primeiro semestre de 2016.

A investigação ocorreu com estudantes do curso Técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA, no IFMS-Campus Dourados. O IFMS – Campus Dourados, está localizado na cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul.

## **Figura 6**

Fachada do Campus Dourados



**Notas.** Retirado de IFMS-campus Dourados/fotos, por IFMS, <https://www.ifms.edu.br/campi/campus-dourados/sobre/fotos/fotos-do-ifms-campus-dourados>). De domínio público.

No campus Dourados o curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA/EPT(PROEJA) se tornou realidade no segundo semestre do ano de 2018.2, com a oferta de 40 vagas. No ano seguinte, no primeiro semestre de 2019.1 foi ofertada 80 novas vagas. Já em 2020.1 foram ofertadas 80 vagas. E para o ano de 2021.2 foi disponibilizada 40 vagas. O curso é desenvolvido no período noturno, com duração de seis semestres, totalizando três anos.

Na perspectiva de luta e (re)existência da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, reconhecendo a diversidade dos sujeitos educandos(as) da EJA-EPT, é preciso apresentar os efeitos positivos e resultados dessa modalidade educacional na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

## **2.4 Métodos, dados e procedimentos**

### **2.4.1 Participantes e procedimentos éticos**

Para iniciar o presente trabalho de investigação, foi preciso protocolar três solicitações de autorização, sendo a primeira solicitação no âmbito do IFMS, especificamente à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. A segunda para o presidente do ISCAP e a terceira e última solicitação foi realizada via plataforma Brasil, foi necessário anexar além de outros documentos, as duas primeiras autorizações e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido–TCLE.

Esta pesquisa obedece aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e foi cadastrada na Plataforma Brasil com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 48304821.4.0000.5160 e número do Parecer Consubstanciado do CEP 4.903.651 (anexo III).

A Plataforma Brasil é um instrumento brasileiro de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema do Comitê de Ética em Pesquisa e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa de forma unificada do Ministério da Saúde.

Além disso, todos os participantes da pesquisa tiveram acesso Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (apêndice I). Documento de valor inestimável para tornar transparente as etapas da pesquisa para os participantes. Esse termo é obrigatório e tem que ser desenvolvido de acordo com a Resolução Nº 510, de 07 de Abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde -CNS.

Nesse contexto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento de valor inestimável para tornar transparente as etapas da pesquisa para os participantes. O objetivo central do TCLE, é o respeito devido à dignidade humana, onde exige que toda pesquisa se construa com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

A partir da Resolução Nº 510/2016, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo:

I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa;

II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa;

III - a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum;

IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa;

V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver;

VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;

VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;

VIII - a informação do endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa;

IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; e

X - a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. (BRASIL, 2016).

Após realizar o protocolo na plataforma Brasil, houve duas solicitações de alterações no projeto de pesquisa e ajustes no TCLE. Feito os ajustes solicitados, logo o Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela análise e parecer, deferiu o prosseguimento da presente pesquisa.

No presente trabalho o universo desta pesquisa é constituído pelos estudantes matriculados e egressos do programa EJA-EPT(PROEJA). Para Marconi e Lakatos (2010) citado por Santos (2018) universo é o conjunto de pessoas que apresentam pelo menos uma característica em comum.

A amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano (Prodanov & Freitas, 2013, p. 96). Na presente pesquisa constitui-se a amostragem, sendo cinco estudantes matriculados e cinco estudantes egressos do programa EJA-EPT, totalizando uma amostra de dez participantes.

Nesse mesmo sentido quanto às amostras Marconi e Lakatos (2010) citado por Santos (2018) entendem que são uma parte conveniente selecionada do universo que está sendo pesquisado. Elas podem ser probabilísticas ou não probabilísticas, sendo a primeira, a que cada elemento da população tem uma chance conhecida de fazer parte da amostra, e a segunda, aquela em que a seleção depende ao menos em parte da decisão do pesquisador Mattar (1996) citado por Santos (2018).

Dessa maneira, a presente pesquisa optou por amostras não probabilísticas, pois foram considerados os parâmetros definidos pelo investigador da pesquisa, onde seleciona os membros participantes a que tem acesso pressupondo que possam representar o universo da pesquisa (Vilelas, 2009, p.145). É o caso desta pesquisa onde, trata-se de uma amostra por conveniência, a qual, conforme destaca Lopes (2017), ocorre quando se tem a possibilidade de atingir toda a população, mas retira-se a amostra de uma parte acessível.

Nesse sentido Lopes (2017, p. 36) afirma que:

Dentro das amostras não-probabilísticas, tem-se as intencionais/julgamento, onde o pesquisador usa seu julgamento para selecionar membros da população que são boas fontes de informação; por conveniência, onde seleciona os membros mais acessíveis da população; e por quota, onde o pesquisador entrevista um número pré-definido de pessoas em cada categoria.

Como já mencionado, a pesquisa de investigação possui a amostra de dez participantes, configurando dois grupos. O primeiro grupo formado por 5 (cinco) estudantes que matriculados no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA, no IFMS campus Dourados, com objetivo de evidenciar os motivos que levam a permanecer no respectivo curso e o que esperam com a formação na vida pessoal e profissional.

Já o segundo grupo é formado por 5 (cinco) egressos pioneiros do curso técnico em Informática integrado ao ensino médio na modalidade EJA, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, tendo como objetivo central avaliar e potencializar como caso de sucesso a formação, na vida pessoal e profissional. A escolha desse segundo grupo de sujeitos se deve ao fato de já terem completado o ciclo escolar no referido programa proporcionando, assim, qualidade sobre os dados a serem coletados, de forma que pudessem oferecer uma melhor aproximação na compreensão dos fatos. Atrelado a isso, encontramos a possibilidade desses sujeitos estarem desenvolvendo atividades profissionais inerentes ou não, a sua formação profissional.

A busca de contato junto aos cinco egressos se concretizou, primeiramente, por estes terem sido colegas de classe deste pesquisador, quando frequentaram o programa EJA-EPT, na então implantação do programa no ano de 2006 na EAFC. Situação que favoreceu a busca pelos nomes dos estudantes egressos. A princípio, as buscas foram direcionadas nas redes sociais e posteriormente aconteceu através de contatos telefônicos, devido o primeiro egresso contactado ter auxiliado nos demais contatos e assim foi formalizado o convite aos egressos.

Já o levantamento dos cinco estudantes em fase de conclusão, que permanecem no curso no IFMS-campus Dourados, a coordenadora do curso Prof. Mary Fernanda de Sousa de Melo, gentilmente colaborou com as indicações dos estudantes, conquistando também êxito nessa etapa.

Os participantes desta pesquisa corroboram com a importância e preocupação em garantir, que aqueles que não tiveram o acesso à educação básica na idade própria a continuidade aos estudos, principalmente, no atual cenário de diminuição e retiradas de direitos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Portanto permanecemos na posição de luta e resistência na busca de uma proposta eficiente de política pública de Estado para essa modalidade de educação.

#### **2.4.2 Inquérito por entrevista estruturada**

O instrumento utilizado para a recolha de dados foi a entrevista estruturada via formulário eletrônico do google, predominantemente, por perguntas abertas, formulado e organizado em categorias, onde os participantes são incentivados a partilhar vivências pessoais e profissionais, numa narrativa estruturada.

Priorizou-se esse método de coleta de dados, considerando o momento crítico que estamos vivenciando, devido a pandemia do novo coronavírus Covid-19, respeitando todas as recomendações sanitárias e o distanciamento social, bem como a forma de acesso aos participantes. Em circunstâncias ideais, ter-se-ia adotado a entrevista semiestruturada como método de recolha de dados, pois beneficiaria a profundidade das vivências narradas. A escolha do inquérito por entrevista estruturada foi assim, baseada numa solução de compromisso entre profundidade de informação, acesso aos participantes e equidade/uniformidade na recolha dos dados.

A escolha da técnica de recolha de dados se pautaram em autoras como Ruão (2008, p. 60), que a respeito da entrevista corrobora Yin (2001) ao afirmar que ela se constitui em um dos procedimentos que também se vincula ao Estudo de Caso, por fornecer informações de elevada qualidade “além de ser um dos meios mais ricos de diagnóstico das dinâmicas dos conceitos abordados”. Para auxiliar na composição das informações, a entrevista é importante fonte para abordar os mais variados casos, sendo possível, por meio dessa técnica, identificar as diferentes maneiras de se perceber e descrever os fenômenos existentes.

Souza (2015) realça que a pesquisa social tem utilizado de forma intensa a entrevista porque possibilita a coleta de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e “é uma técnica muito eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano” (Gil citado por Souza, 2015, p. 50).

Justifica-se essa escolha considerando principalmente as particularidades sociais e especificidade de vida, profissional e socioeconômica dos estudantes e egressos. Principalmente ao primeiro grupo, estando em fase de conclusão de curso, onde se dedicam e superam os desafios da educação na pandemia. Pois para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos continuar e prosseguir nos estudos nunca foi uma trajetória de tranquilidade, sempre houve desafios, como: a desigualdade social, preconceito institucional com a modalidade, distanciamento territorial casa x escola, família, trabalho e somada com a pandemia do Covid-19.

Considerando este cenário e como não é intenção criar desconforto, incômodo aos participantes e principalmente gastos financeiros, decidimos por respeitar a autonomia, disponibilidade do espaço e tempo, no intuito de melhor colhermos as informações que consideramos importantíssimas para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Diante do contexto, a entrevista estruturada foi pensada com perguntas de fácil compreensão, acessível e principalmente com inteira disposição do pesquisador para auxiliá-los no que fosse necessário. Foram considerados os perfis dos participantes, por isso da necessidade de duas entrevistas estruturada (estudantes e egressos), principalmente nas perguntas das categorias de análises compostos pelos Fatores Motivacionais; Expectativas e Desafios Durante o Curso; Impactos da Formação na Vida Profissional e Impactos da Formação na Vida Pessoal.

#### **Tabela 6**

Instrumentos de recolha de dados por perfil de participante

<b>Perfil do participante</b>	<b>Entrevista</b>	<b>Objetivo geral</b>
Estudantes matriculados	Entrevista estruturada 1	Entrevista dirigida a estudantes matriculados para identificar os fatores da permanência dos estudantes no curso Técnico em Administração Integrado ao ensino médio na modalidade EJA, no IFMS- campus Dourados
Estudantes egressos	Entrevista estruturada 2	Perceber as contribuições da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional dos egressos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na EJA, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC

A elaboração do roteiro da entrevista estruturada é da autoria deste pesquisador, todavia ressaltamos que algumas ideias também surgiram como consequência da revisão da literatura efetuada, a qual permitiu encontrar estudos semelhantes relativamente à estrutura da entrevista, em especial as categorias das questões, como é apresentada na dissertação de Neiva (2018), que por sua vez se alicerçou em Sónia Vieira (2009).

Em relação à constituição das entrevistas estruturadas (apêndice II e III), estes têm igualmente início com uma nota introdutória, na qual se encontram os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa e sobre o pesquisador. Antes de responderem a entrevista, os participantes que concordassem em fazer parte da coleta de dados deste estudo tiveram acesso ao link a íntegra do TCLE (apêndice I).

Ainda, antes de responderem a entrevista, fizeram a correspondente marcação na questão inicial “Você concorda em participar voluntariamente desta pesquisa?”, em que o participante possui duas opções de marcação “Sim ou Não”. No caso de marcar a primeira opção que é “Sim”, seria dada permissão para a próxima seção, com início do preenchimento da entrevista estruturada via formulário eletrônico e, caso ele marcasse a segunda opção que é “Não” a entrevista seria automaticamente direcionado para nota introdutória.

Logo, o pesquisador apresentou a garantia de que todos os participantes que preencheram a primeira opção deste requisito (“Você concorda em participar voluntariamente desta pesquisa”) estavam de acordo em participar de forma voluntária da pesquisa, sendo que não havia possibilidade, da maneira como foi construído a entrevista estruturada, de se obter respostas sem antes concordar em participar voluntariamente da pesquisa.

Portanto, assim que o participante marcou a primeira opção (Sim), a entrevista se inicia, com questões majoritariamente abertas, organizadas em sete seções de análise. A primeira afere a nota introdutória, com informações da pesquisa e do pesquisador. A segunda seção consta questões sobre aspectos que caracterizam os participantes, totalizando 7 (sete) perguntas fechadas. A terceira seção diz respeito à opinião dos participantes sobre os motivos que os fizeram a buscar o curso técnico de nível médio em Administração na forma integrada na modalidade EJA, o que contabiliza 4 (quatro) perguntas abertas. Seguida da quarta seção que corresponde as Expectativas e Desafios durante o curso, formada por 3 (três) perguntas abertas. Já a quinta seção busca os Impactos da Formação na Vida Profissional atual, com 3 (três) perguntas abertas. A sexta seção de análise, é

avaliar os Impactos da Formação na Vida Pessoal, totalizando 3 (três) perguntas abertas. A última seção da entrevista estruturada é de caráter opcional e se refere as considerações finais, espaço para os participantes acrescentar alguma informação ou ideia que possa ajudar a compreender melhor sua história e trajetória escolar no curso.

Mediante o exposto, o objetivo principal foi conceber uma entrevista compreensível e acessível a todos os participantes, pelo que se buscou uma linguagem simples e clara, situação completada com as instruções dadas. Isso aconteceu porque tivemos em conta principalmente a diversidade cultural, tecnológica, socioeconómica etc, dos participantes.

Em resumo, apresentamos a Tabela 7 com os grupos de questões apresentados anteriormente e seus respectivos objetivos.

**Tabela 7**

Organização e operacionalização da coleta de dados – Entrevista dos estudantes matriculados

Objetivos de investigação	Dimensões/blocos	Questões
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Analisar os fatores motivacionais que levaram os estudantes a escolherem o curso</li> </ul>	Fatores Motivacionais;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Por favor, conte-nos um pouco da sua história: porque decidiu ingressar no curso Técnico Integrado em Administração? O que procurava para si e para a sua vida?</li> <li>2. Por quanto tempo esteve fora da sala de aula?</li> <li>3. Aponte alguns motivos que o (a) levaram a parar de estudar?</li> <li>4. De uma forma geral, quais os motivos que o (a) fizeram voltar aos estudos?</li> </ol>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Analisar as expectativas e desafios sentidos durante a frequência do curso</li> </ul>	Expectativas e Desafios Durante o Curso;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais as principais dificuldades enfrentadas durante curso, a nível pessoal, familiar, logístico, financeiro, etc.?</li> <li>2. Até o momento, como avalia o curso? Tem correspondido às suas expectativas?</li> <li>3. Você pensou em desistir do curso em algum momento? Porquê ?</li> </ol>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Verificar os impactos esperados da formação técnica e integrada na vida pessoal e profissional dos <b>(estudantes matriculados)</b> no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na EJA;</li> </ul>	Impactos da Formação na Vida Profissional Atual;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qual é sua profissão atualmente? Está relacionada com o curso?</li> <li>2. Quais são as suas expectativas profissionais após o término do curso Técnico Integrado em Administração?</li> <li>3. Espera que o curso mude/melhore a sua vida profissional ou que surjam outras oportunidades profissionais?</li> </ol>
	Impactos da Formação na Vida Pessoal;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acredita que o ingresso e frequência no curso do IFMS, provocou algum tipo de mudanças ou impactos na sua vida pessoal e social? Exemplo: forma como se vê a si mesmo(a) e como os outros o(a) vêm; o seu relacionamento com sua família e amigos; a sua autoestima; ou outros aspectos.</li> <li>2. Ao finalizar o curso Técnico Integrado em Administração pretende continuar os estudos, por exemplo ingressar em um curso de graduação (ensino superior) Porquê?</li> <li>3. Sente que a permanência no curso tem sido um caminho de oportunidades e sucesso para você? Porquê?</li> </ol>

Notas: Elaboração própria

**Tabela 8**

Organização e operacionalização da recolha de dado – Entrevista dos estudantes egressos

Objetivos de investigação	Dimensões/blocos	Questões
<p>✓ Analisar os fatores motivacionais que levaram os estudantes a escolherem o curso</p>	<p>Fatores Motivacionais;</p>	<p>1. Por favor, conte-nos um pouco da sua história: porque decidiu ingressar no curso Técnico Integrado em Informática? O que procurava para si e para a sua vida?                  2. Por quanto tempo esteve fora da sala de aula?                  3. Aponte alguns motivos que o (a) levaram a parar de estudar?                  4. De uma forma geral, quais os motivos que o (a) fizeram voltar aos estudos?</p>
<p>✓ Analisar as expectativas e desafios sentidos durante a frequência do curso</p>	<p>Expectativas e Desafios Durante o Curso;</p>	<p>1. Quais as principais dificuldades enfrentadas durante curso, a nível pessoal, familiar, logístico, financeiro, etc.?                  2. Como você avalia o curso? Correspondeu às suas expectativas?                  3. Você pensou em desistir do curso em algum momento? Por que ?</p>
<p>✓ Perceber os impactos efetivos da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional dos <b>estudantes egressos</b> do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na EJA, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC;</p>	<p>Impactos da Formação na Vida Profissional Atual;</p>	<p>1. Qual é sua profissão atualmente? Está relacionada com o curso concluído?                  2. Por favor, fale-nos um pouco acerca do impacto do curso na sua vida profissional?                  3. O curso contribuiu com seu progresso profissional ou possibilitou outras oportunidades profissionais?</p>
	<p>Impactos da Formação na Vida Pessoal;</p>	<p>1. Acredita que o ingresso, permanência e conclusão do curso, provocou algum tipo de mudanças ou impactos na sua vida pessoal e social? Exemplo: forma como se vê a si mesmo(a) e como os outros o(a) vêem; o seu relacionamento com sua família e amigos; a sua autoestima; ou outros aspectos.                  2. Após concluir o curso Técnico Integrado em Informática continuou os estudos, por exemplo ingressou em um curso de graduação (ensino superior) Porquê?                  3. Sente que a conclusão do curso contribuiu para seu desenvolvimento e sucesso pessoal?</p>

Notas: Elaboração própria

Essas categorias e seções de análises contribuem para qualificação das mensagens e informações dos sujeitos de investigação. Atingindo assim a compreensão dos objetivos da pesquisa, que é mensurar seus anseios ao ingressar na instituição, como também compreender suas expectativas, desafios enfrentados, conquista pessoais e profissionais durante e após o curso. Diante da possibilidade de analogia, de duas turmas distintas em tempo e espaço, se torna oportunidade de observar as perspectiva e resultados dos sujeitos protagonistas da EJA-EPT(PROEJA), evidenciando as particularidades, diversidade no mais amplo sentido, diferenças e semelhança dos educandos no percurso formativo nessa modalidade de educação.

Dessa maneira, a entrevista estruturada com perguntas abertas, foi criada em versão digital na plataforma do formulário *Google Forms*<sup>10</sup> e revisto por profissionais da educação, servidores e estudantes.

Foi sugerido melhorias como: modificações na linguagem, estrutura, sequência das afirmações. Nessa fase, solicitou-se, ainda, a opinião quanto à clareza de cada afirmativa, erros gramaticais, coerência e sequência lógica das questões; e indicação sobre algo importante que não havia sido abordado ou não fazia sentido, bem como sobre o tempo despendido para respondê-lo.

Depois de adaptado as sugestões de alterações, foi considerada viável aplicação da entrevista estruturada. Assim, com saudação e mensagem de apresentação do pesquisador, foi enviado o link da entrevista via formulário *Google Forms* aos 10 participantes da pesquisa, por meio de mensagem individual de Whatsapp, com prazo de duas semanas para resposta.

Após o registo e armazenamento das respostas dos participantes da pesquisa, inicia-se na seção a etapa de análise dos resultados/conteúdos.

### **2.4.3 Modelo de Análise Qualitativa de Conteúdo**

A partir dos dados coletados via inquérito de entrevista estruturada foi realizada análise textual discursiva. Assim, fluiu a análise de conteúdo, propriamente a análise do discurso, considerando o levantamento dos aspectos fundamentais que permitam responder aos objetivos de investigação. Agregando os aspetos referidos pelos participantes em

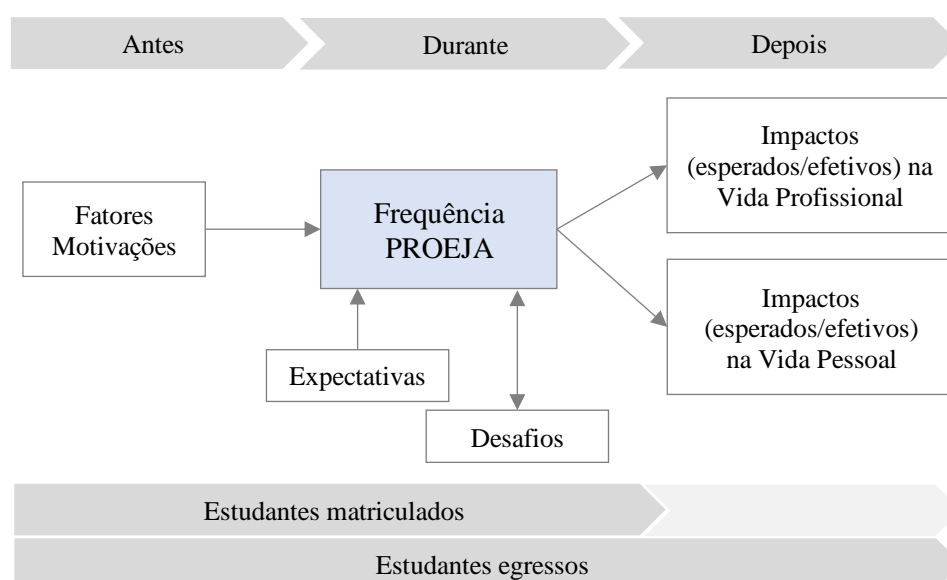
---

<sup>10</sup> O Google Forms é um aplicativo para criar inquéritos e questionários online e enviá-los a outras pessoas. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1mulhQSOSu1EgsN1ldrp9RkuPHTE39UvtJmKuX3M6Jhs/edit>.

categorias (temas) e através de transcrições de discurso verbatim que permitam salientar as suas vivências, organizadas em subtemas. Efetivamente, a análise discursiva ou narrativa é uma abordagem à eliciação e análise de dados que é sensível ao sentido de sequência temporal que as pessoas, como fornecedores de relatos pessoais (muitas vezes sob a forma de histórias) sobre acontecimentos que as afetaram, detetam nas suas vidas e episódios circundantes e imprimem nos seus relatos (Bryman, 2016). As narrativas são posteriormente consolidadas nas dimensões temáticas e subtemáticas do nosso modelo de análise (Figura 7), numa abordagem quer integrada, quer comparativa, de relatos, que constituem o corpo de conhecimento que procuramos.

**Figura 7**

Modelo de Análise de conteúdo



*Notas:* Elaboração Própria

O modelo de análise é constituído e apresentado por uma sequência temporal das evidências recolhidas via inquérito da entrevista estruturada, através de três momentos (Antes, Durante e Depois). Momentos estes que são traduzidas, decodificadas para a realidade vivenciada pelos estudantes da educação profissional integrada na modalidade EJA, como o ingresso, a permanência e a conclusão do curso. Sobretudo histórias pessoais, carregado de esperanças, desejos e perspectivas futuras, seja elas pessoais ou profissionais, são criadas e estão intrinsecamente ligadas.

Acesso, permanência e sucesso escolar são faces da construção de um direito que ainda engatinha na sociedade brasileira, conforme Paiva (2011) citado por (Katrein 2012, p.65).

O primeiro momento que surge é o “Antes”, representa a escolha de um curso que seja promissor para o crescimento pessoal e ou profissional, além de adquirir conhecimentos para a vida. O estudante ao escolher o curso, alguns fatores motivacionais prevalecem para essa escolha, seja com objetivo de desenvolvimento pessoal ou profissional, retorno ao percurso escolar, melhoria dos fatores financeiros, busca de mudanças na vida familiar, dentre outros.

O segundo momento é apresentado como “Durante”, concentra a ação do sujeito-estudante estar frequentando o curso, nesse sentido evidencia os aspectos dos desafios e expectativas durante o percurso escolar. Ao referir as expectativas, remete ao sentimento de satisfação e oportunidade do estudante ingressar no curso. Para além do entusiasmo e do pensamento positivo frente ao ensino-aprendizagem que contribui para seu bem estar. Por outro lado, existe os desafios em permanecer no curso, haja vista que predominantemente os estudantes são trabalhadores e trabalhadoras, dificultando conciliar a vida profissional, estudantil e familiar. E, ainda precisam cumprir com o desempenho acadêmico no período noturno, dificultando a permanência no curso.

Passamos para o último momento marcado como “Depois”, caracteriza-se como os estudantes avaliam a sua formação, seu itinerário formativo no curso. Esta etapa aborda, as perspectivas depois da conclusão do curso, ou seja, quais impactos esperados (para estudantes matriculados) e ou transformações, impactos efetivos, que o curso proporcionou na vida acadêmica, pessoal e profissional (para estudantes egressos).

Como é possível notar na parte inferior da figura 7, possui duas barras. A primeira mais clara, configura os estudantes matriculados e que refere-se aos impactos esperados. Já a segunda barra mais escura representa fatores, expectativas, desafios e impactos efetivos (já vivenciados) pelos estudantes egressos.

Para tanto, mais do que o acesso, é imprescindível a permanência com sucesso dos estudantes das camadas populares na escola pública, ou seja, é preciso entrar, permanecer e concluir o percurso escolar. Onde o sistema educacional reconheça as especificidades do público da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, possibilitando as condições necessárias para o desenvolvimento do ensino aprendizagem desta modalidade educacional.

### 3 Resultados

Este capítulo dedica-se à apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa empírica, através da aplicação do inquérito por entrevista estruturada, com uma amostra de dez participantes, sendo cinco estudantes matriculados no âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS, Campus Dourados, no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA e cinco estudantes egressos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na modalidade EJA, da antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – EAFC, hoje IFMT.

Demonstra-se ainda o procedimento utilizado na análise dos dados, bem como a sua análise propriamente dita, por meio da análise textual discursiva, comparando os resultados obtidos com os conceitos e ideias/trabalhos abordados na revisão da literatura que corroboram com a temática.

Com os dados obtidos na entrevista procedemos à análise de temas das perguntas, sendo que as respostas foram lidas, analisadas e agrupadas por categorias, com o intuito de se criar categorias com significados semelhantes que facilitassem retirar inferências para os objetivos elencados inicialmente.

No sentido de estruturar a análise das informações recolhidas, para melhor apresentar e discutir os principais resultados decorrentes da pesquisa, procurou-se analisar algumas categorias/dimensões conforme a estrutura da entrevista aplicado aos participantes e que corresponde inicialmente com a Caracterização do perfil dos participantes, logo em seguida são analisadas as categorias, como: (I) Fatores motivacionais; (II) Expectativas e Desafios Durante o Curso; (III) Impactos da Formação na Vida Profissional; (IV) Impactos da Formação na Vida Pessoal.

Para melhor apresentar a análise dos resultados, atribuímos códigos aos participantes. Sendo, para os Participantes Matriculados (PM1, 2, 3, 4, 5), e para os Participantes Egressos (PE1, 2, 3, 4, 5). Acrescentando também as letras M/F para (masculino/feminino), C/S para (casado/solteiro), D para (Divorciado) e UE para (união estável). Assim, as letras e números escolhidos mantêm o anonimato dos pesquisados.

### 3.1 Caracterização dos participantes matriculados

Primeiramente é importante ressaltar que a totalidade dos participantes aceitaram participar voluntariamente da pesquisa.

Como síntese da caracterização demográfica dos participantes matriculados, apresentamos a Tabela 9.

**Tabela 9**

Caracterização demográfica dos participantes matriculados

Indicador	Participante	n	%
Sexo	Feminino	3	60%
	Masculino	2	40%
Idade	46 e 55 anos	2	40%
	26 e 35 anos	2	40%
	36 e 45 anos	1	20%
Estado Civil	casados(as)	2	40%
	solteiros(as)	2	40%
	união estável	1	20%
Salário Mensal	recebem até 1 salário mínimo;	2	40%
	recebem acima de 1 até 2 salários mínimos;	2	40%
	recebem acima de 2 até 3 salário mínimo	1	20%
Cidade de Nascimento	origem da cidade de Dourados/MS	4	80%
	cidade de Guarulhos/SP	1	20%
Local de Moradia	moram na cidade (zona urbana)	5	100%
Cidade de Moradia	residem no município de Dourados, sede do IFMS	5	100%

O perfil dos cinco participantes que estão matriculados no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA, do IFMS, Campus Dourados, pode ser caracterizado da seguinte forma: é constituído na sua maioria por mulheres, sendo três (60%) e dois homens (40%). Em relação a faixa etária, varia de 26 a 55 anos, sendo dois (40%) com idade entre 46 a 55 anos, mais dois (40%) com a idade entre 26 a 35 anos E um (20%) na faixa etária de 36 a 45. O público pesquisado é constituído por dois (40%) inquiridos casados, dois (40%) são solteiros(as) e um (20%) possui União Estável. Conforme os dados recolhidos a faixa salarial varia de 1 a 3 salários mínimos, sendo que dois (40%) dos participantes recebem até 1 salário mínimo, outros dois participantes (40%), recebem acima de 1 até 2 salários mínimos e um participante

(20%), concentra a faixa salarial acima de 2 até 3 salários mínimos. Os dados revelam que 80% ou seja quatro participantes, tem a cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, como local de origem, localidade que também se situa o IFMS, Campus Dourados que oferta o curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA. E apenas 20%, um participante é proveniente da cidade de Guarulhos no estado de São Paulo. Outro dado importante, demonstra que a totalidade dos pesquisados moram na zona urbana, ou seja, na cidade. Tendo maior acessibilidade as políticas públicas, em especial as educacionais. Considerando às populações dos municípios vizinhos, nas chamadas áreas de abrangência que o IFMS, Campus Dourados atende, e que possibilita oferta de cursos, os dados da pesquisa evidenciam que atualmente a totalidade dos participantes matriculados moram na própria cidade de Dourados, local de oferta do curso e sede do Campus.

### 3.2 Caracterização dos participantes egressos

Os participantes egressos também, em sua totalidade aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Apresentamos a caracterização demográfica dos participantes egressos na Tabela 10.

**Tabela 10**

Caracterização demográfica dos participantes egressos

Indicador	Participante	n	%
Sexo	Feminino	3	60%
	Masculino	2	40%
Idade	36 e 45 anos	3	60%
	46 e 55 anos	1	20%
	entre 26 e 35 anos	1	20%
Estado Civil	casados(as)	3	60%
	divorciado (as)	1	20%
	união estável	1	20%
Salário Mensal	recebem acima de 3 até 5 salário mínimo	2	40%
	recebem acima de 1 até 2 salário mínimo;	2	40%
	não assalariado	1	20%
Cidade de Nascimento	Governador Valadares/MG	1	20%
	Votorantim/SP	1	20%
	Cáceres/MT	1	20%
	Correntina/BA	1	20%
	Rio de Janeiro/RJ	1	20%

Local de Moradia	moram na cidade (zona urbana)	5	100%
Cidade de Moradia	Cáceres/MT	2	40%
	Curvelândia-MT	1	20%
	Colíder/MT	1	20%
	Cuiabá - MT	1	20%

O perfil dos cinco participantes egressos do curso técnico em Informática integrado ao ensino médio na modalidade EJA, da antiga EAFC, hoje IFMT, pode ser representado da seguinte maneira: a amostra dos participantes é constituída na sua maioria por mulheres sendo três representando (60%) e dois homens com (40%). A faixa etária dos pesquisados varia de 26 a 55 anos, o que é justificado pelo fato de ser uma turma de EJA, que se caracteriza pela defasagem entre idade e nível de escolarização. Sendo que a maioria se encontra entre 36 e 45 anos, com percentual de (60%), seguido de (20%) dos participantes com idade entre 45 a 55 e outros (20%) entre 26 a 35 anos. Em relação ao estado civil, a maioria dos participantes são casados(as), sendo três (60%), logo 20% possui união estável e 20% é divorciado(a). A faixa salarial é distribuída em 40% para quem recebe acima de 3 até 5 salários mínimos, outros 40% concentra para quem recebe acima de 1 até 2 salários mínimos e 20% não é assalariado. A cidade de origem dos egressos é heterogênea, sendo apenas 20% da cidade de Cáceres onde situa o atual e a sede do IFMT, Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo, estado do Mato Grosso. Percebe-se, dos que migraram, 20% é do Rio de Janeiro – RJ, 20% é de Votorantim – SP, 20% é de Correntina – BA e outros 20% é de Governador Valadares – MG. Predominantemente os pesquisados moram na zona urbana. Os dados também revelam que a maioria dos egressos atualmente não residem na cidade onde realizou o curso, na cidade de Cáceres/MT. Três egressos migraram para outras cidades no estado de Mato Grosso, sendo elas, Cuiabá, Cuverlândia e Colíder e apenas dois permanecem na cidade de Cáceres, onde o curso foi ofertado.

### **3.3 Categoria: Fatores Motivacionais**

#### **3.3.1 Participantes Matriculados (PM)**

Nesta secção analisamos os fatores motivacionais que levaram os participantes a escolherem o curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA, no IFMS, Campus Dourados. Diante da dimensão que compõem essa categoria, possibilita construir subsídios que corresponda ao objetivo desta categoria, conforme apresentado na Tabela 7.

Através dos dados demonstrados na dimensão da entrevista constata-se ainda que os participantes inquiridos estiveram afastados do ambiente escolar por um período entre oito até vinte e quatro anos, ao passo que a maioria ficou por mais de 10 anos fora da sala de aula. Como podemos observar detalhadamente os dados na Tabela 11.

**Tabela 11**  
Respostas para “tempo que esteve fora da sala de aula”

Participante matriculados	Resposta	Período temporal
PM1 – M/S	Por cima uns 15 anos	Entre 8 e 24 anos
PM2 – F/C	8 anos	
PM3 – F/S	Mais ou menos 8 anos ou 9	
PM4 – M/C	24 anos	
PM5 – F/UE	21 anos	

Como apontam os dados recolhidos, apresentamos na Tabela 12 fatores que levam os participantes interromperem o percurso escolar.

**Tabela 12**  
Respostas para “Motivos para parar de estudar”

Participante matriculados	Resposta	Fatores
PM1 – M/S	<i>“(…)Olha tenho 40 anos na minha época de escola não tínhamos tanta oportunidade de cursos(…)”</i>	- Oferta educativa reduzida
PM2 – F/C	<i>“Estudar a distância, e não tem incentivo da minha Família”</i>	- Dificuldade em estudar a distância; - Falta de apoio familiar
PM3 – F/S	<i>“Bom parei de estudar porque era uma adolescente rebelde(…)”</i>	- Falta de objetivos com os estudos
PM4 – M/C	<i>“Falta de vontade”</i>	- Falta de predisposição
PM5 – F/UE	<i>“(…)casei tive uma filha(…)”</i>	- Restrições familiares

Passamos para a apresentação dos dados, presente na Tabela 13, que apontam fatores para os inquiridos voltarem aos estudos.

**Tabela 13**  
Respostas para “Motivos para o retorno aos estudos”

Participante matriculados	Resposta	Fatores
---------------------------	----------	---------

PM1 – M/S	<i>“Devido as exigências que o mercado atual está exigindo”</i>	- Empregabilidade <sup>11</sup>
PM2 – F/C	<i>“uma oportunidade no mercado de trabalho”</i>	- Empregabilidade
PM3 – F/S	<i>“Responsabilidade, pois com filha nos braços como iria arrumar emprego sem nem ao menos ter ensino médio (...)”</i>	- Empregabilidade - Autonomia financeira <sup>12</sup>
PM4 – M/C	<i>“Realizar o desejo de familiares e amigos(...)a cada dia foi brotando e crescendo dentro de mim o desejo de adquirir um pouco mais conhecimento”</i>	- Expectativas de amigos e/ou familiares - Desenvolvimento pessoal <sup>13</sup>
PM5 – F/UE	<i>“A procura de melhores oportunidades de trabalho”</i>	- Empregabilidade

O desejo de retornar ao ambiente escolar, com objetivo de finalizar o percurso escolar, também estava presente a oportunidade de capacitar-se para o mercado de trabalho, é nesse sentido que os participantes buscaram o curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA-EPT, do IFMS Campus Dourados. Como podemos observar a Tabela 14.

**Tabela 14**

Resposta para “Motivos para cursar o curso Técnico Integrado em Administração EJA-EPT”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Fatores</b>
PM1 – M/S	<i>“Bom decidi recorrer a instituição do IFMS porque o mercado de trabalho está bastante competitivo em busca de conhecimento e até uma vaga no mercado de trabalho.”</i>	- Capacitação profissional - Empregabilidade
PM2 – F/C	<i>“Eu optei por estudar Administração porque gostaria de ter uma oportunidade nessa área, e hoje atuo na área e estou muito feliz de ter feito essa escolha.”</i>	- Satisfação pessoal <sup>14</sup> - Capacitação profissional <sup>15</sup>

<sup>11</sup> Empregabilidade refere-se aos atributos de uma pessoa que a tornam capaz de obter e manter emprego (Forrier e Sels (2013)).

<sup>12</sup> Autonomia financeira é a capacidade de uma pessoa para fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus capitais próprios. Quando a pessoa procura melhorar a sua situação financeira através da formação e um emprego melhor (Conti (2019))

<sup>13</sup> Desenvolvimento pessoal é uma área que visa a melhorar a qualidade de vida e a desenvolver as habilidades pessoais de cada pessoa, contribuindo com a construção do conhecimento humano e a realização de sonhos e aspirações (Lassance e Sarriera (2009)).

<sup>14</sup> Satisfação pessoal corresponde a alcançar determinado objetivo e nele se sentir confortável e feliz (Nassar e Azevedo (2016)).

<sup>15</sup> Capacitação profissional é o conjunto de iniciativas (cursos, treinamentos) que ajudam os colaboradores a desenvolverem suas habilidades profissionais (Castro e Borges-Andrade (2004)).

PM3 – F/S	<i>“Bom primeiramente foi uma amiga minha que me disse que tinha curso gratuito e era de administração(...)”</i>	- Recomendação de amigos e/ou familiares
PM4 – M/C	<i>“Decidi ingressar no curso técnico Integrado em Administração para realizar a vontade de familiares e amigos (...)Aos 50 anos ainda busco agregar um pouco mais de conhecimento (...)”</i>	- Recomendação de amigos e/ou familiares
PM5 – F/UE	<i>“Eu queria terminar o ensino médio e o IFMS além de me proporcionar a realização desse sonho ainda oferecia a possibilidade de ter mais uma qualificação. Procuo cada vez mais me qualifica e com isso ter mais chance de um emprego melhor”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Capacitação profissional - Empregabilidade

Referimos na tabela 15 os indicadores dos fatores motivacionais, revelados pelos dados obtidos na entrevista estruturada aplicado aos participantes matriculados.

**Tabela 15**

Principais fatores motivacionais dos participantes matriculados

<b>Categoria: Fatores Motivacionais</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Motivos para parar de estudar	Oferta educativa reduzida	1
	Dificuldade em à distância	1
	Falta de apoio familiar	1
	Falta de objetivos com os estudos	1
	Falta de predisposição	1
	Restrições familiares	1
Motivos para o retorno aos estudos	Empregabilidade	4
	Autonomia financeira	1
	Expectativas de amigos e/ou familiares	1
	Desenvolvimento pessoal	1
Motivos para ingressar no curso Técnico Integrado em Administração EJA-EPT	Capacitação profissional	3
	Empregabilidade	2
	Recomendações de amigos e/ou familiares	2
	Satisfação pessoal	1
	Desenvolvimento pessoal	1

### 3.3.2 Participantes Egressos (PE)

Apresentamos também os fatores motivacionais dos estudantes egressos por escolherem o curso técnico em informática integrado ao ensino médio na modalidade EJA, na então EAFC, hoje IFMT, Campus Cáceres prof. Olegário Baldo. A Tabela 16 apresenta dados dos participantes egressos quanto ao tempo que estiveram fora do ambiente escolar.

**Tabela 16**

Respostas para “tempo que esteve fora da sala de aula”

Participante egressos	Resposta	Período temporal
PE1 – F/D	29 anos	Entre 0 e 29 anos
PE2 – F/UE	3 anos	
PE3 - M/C	Não estive	
PE4 – M/C	Por seis anos	
PE5 – F/C	A mais ou menos 10 anos	

Nesse contexto, observa-se através da Tabela 17 fundamentos pelos quais os participantes egressos cessaram os estudos, sendo:

**Tabela 17**

Respostas para “motivos para parar de estudar”

Participante egressos	Resposta	Fatores
PE1 – F/D	<i>“O casamento e filhos”</i>	- Restrições familiares
PE2 – F/UE	<i>“Qualificação e Aprendizagem”</i>	- Não aplicável
PE3 - M/C	<i>“Nunca parei”</i>	- Não aplicável
PE4 – M/C	<i>“Distância da escola até minha residência (...). Um outro fator, condições financeiras (...)”</i>	- Limitações de mobilidade - Limitações financeiras
PE5 – F/C	<i>“Conhecimento, formação profissional”</i>	- Não aplicável

Notas: Elaboração Própria

É possível constatar na Tabela 18 as assertivas dos inquiridos com relação ao regresso a conhecimento.

**Tabela 18**

Respostas para “Motivos para o retorno aos estudos”

Participante egressos	Resposta	Fatores
PE1 – F/D	<i>“Trabalhar”</i>	- Empregabilidade

PE2 – F/UE	<i>“Dar um futuro melhor pra minha filha”</i>	- Autonomia financeira
PE3 - M/C	<i>“Procura de formação técnica.”</i>	- Desenvolvimento pessoal
PE4 – M/C	<i>“(…) tive conhecimento sobre os cursos técnicos oferecidos na EAFC, que atendia meu anseio de obter conhecimento sobre tecnologias”</i>	- Desenvolvimento pessoal
PE5 – F/C	<i>“Formação profissional”</i>	- Capacitação profissional

Quanto ao ensejo de retornar e prosseguir no percurso escolar, como demonstra a Tabela 19, predominantemente é demonstrando que os participantes egressos buscavam a profissionalização e pelo interesse na área técnica vinculado a informática e tecnologias.

**Tabela 19**

Resposta para “Motivos para cursar o curso Técnico Integrado em informática EJA-EPT”

<b>Participante egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Fatores</b>
PE1 – F/D	<i>“O Curso Técnico Integrado em Informática me permitiu cursar o ensino médio e o técnico ao mesmo tempo. Assim optar pelo curso técnico me levou a concluir a educação básica com um currículo diferenciado e a preparação necessária para ingressar no mercado de trabalho”.</i>	- Capacitação profissional - Empregabilidade - Conveniência da dupla formação
PE2 – F/UE	<i>“Em busca de aprendizagem e qualificação profissional”</i>	- Capacitação profissional - Empregabilidade
PE3 - M/C	<i>“Curso de formação técnica”</i>	- Desenvolvimento pessoal
PE4 – M/C	<i>“O ingresso ao curso foi visando obter conhecimento sobre informática(…). Um outro ponto foi por ter cursado o ensino médio em escola pública desprovida de tecnologias, isso despertou o interesse em suprir essa demanda que era um diferencial no mercado de trabalho”</i>	- Capacitação profissional - Empregabilidade
PE5 – F/C	<i>“Oportunidade de ingressar em curso técnico a nível federal já com ensino médio”</i>	- Desenvolvimento pessoal

Notas: Elaboração Própria

Apresentamos na Tabela 20 os indicadores, Motivos para parar de estudar, Motivos para o retorno aos estudos, Motivos para ingressar no curso Técnico Integrado em informática EJA-EPT, dos participantes egressos.

**Tabela 20**

Principais fatores motivacionais dos participantes egressos

<b>Categoria: Fatores Motivacionais</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Motivos para parar de estudar	- Restrições familiares;	1
	- Não aplicável;	3
	- Limitações de mobilidade	1
	- Limitações Financeiras	1
Motivos para o retorno aos estudos	- Empregabilidade;	1
	- Autonomia financeira;	1
	- Desenvolvimento pessoal;	2
	- Capacitação profissional	1
Motivos para ingressar no curso Técnico Integrado em informática EJA-EPT	- Empregabilidade	3
	- Capacitação profissional;	3
	- Conveniência da dupla formação	1
	- Desenvolvimento pessoal;	2

Passamos a apresentar na Tabela 21, pontos divergentes ou semelhantes dos fatores motivacionais entre os participantes matriculados e egressos.

**Tabela 21**

Fatores Motivacionais: Diferença e Semelhança dos participantes (PM e PE)

<b>Indicadores</b>	<b>Participantes Matriculados</b>	<b>N</b>	<b>Participantes Egressos</b>	<b>N</b>
Motivos para parar de estudar	- Oferta educativa reduzida	1	- Restrições familiares	1
	- Dificuldade em à distância	1	- Não aplicável	3
	- Falta de apoio familiar	1	- Limitações de mobilidade	1
	- Falta de objetivos com os estudos	1	- Limitações Financeiras	1
	- Falta de predisposição	1		
	- Restrições familiares	1		
Motivos para o retorno aos estudos	- Empregabilidade	4	- Empregabilidade	1
	- Autonomia financeira	1	- Autonomia financeira;	1
	- Expectativas de amigos e/ou familiares	1	- Desenvolvimento pessoal	2
	- Desenvolvimento pessoal	1	- Capacitação profissional	1
Motivos para ingressar no curso	- Capacitação profissional	3	- Empregabilidade	3
	- Empregabilidade	2	- Capacitação profissional;	3
	- Recomendações de amigos e/ou familiares	2	- Conveniência da dupla formação	1
	- Satisfação pessoal	1	- Desenvolvimento pessoal;	2
	- Desenvolvimento pessoal	1		

Diante dos dados apresentados, podemos inferir semelhanças e diferença entre os participantes matriculados e egressos. No indicador *Motivos para parar de estudar*, o fator mais frequente foi: restrições familiares (N=2) referido por duas mulheres. Já as diferenças dos PM foram: Dificuldade em estudar a distância; Falta de apoio familiar; Falta de objetivos com os estudos e Falta de predisposição. Para os PE os códigos diferentes são: Limitações de mobilidade e Limitações Financeiras.

Logo no indicador *Motivos para o retorno aos estudos*, os códigos mais frequentes foram: empregabilidade (N=5) sendo referido por três mulheres e dois homens; autonomia financeira (N=2) sendo um homem e uma mulher, e desenvolvimento pessoal (N=3) sendo um homem e duas mulheres. Quanto a diferença consta apenas para (PM) sendo a Expectativas de amigos e/ou familiares e para (PE) a capacitação profissional.

Já para os *Motivos para ingressar no curso*, observamos que os fatores mais frequentes foram: capacitação profissional (N=6) com quatro mulheres e dois homens desenvolvimento pessoal (N=3), sendo duas mulheres e um homem; Empregabilidade (N=5), sendo três mulheres e dois homens; Recomendação de amigos e/ou familiares (N=2), sendo um homem e uma mulher e Conveniência da dupla formação (duas vezes), sendo de duas mulheres. Em relação a diferença, nota-se apenas para (PM), constando a Satisfação pessoal e Conveniência da dupla formação (PE).

### 3.4 Categoria: Expectativas e Desafios Durante o Curso

#### 3.4.1 Participantes Matriculados

Vivências de expectativas e dificuldade que os pesquisados descrevem na dimensão dessa categoria de análise, apresentada na Tabela 22.

**Tabela 22**

Resposta para “dificuldades/desafios enfrentadas durante curso”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Dificuldades/Desafios</b>
PM1 – M/S	<i>“Mais financeiro mesmo”</i>	- Limitações financeiras
PM2 – F/C	<i>“Minha maior dificuldade está sendo estudar a distância, porque eu não tenho disciplina para estudar em casa”</i>	- Dificuldade de adaptação ao ensino remoto - Falta de disciplina
PM3 – F/S	<i>“Dificuldade acho que só mesmo por questão de chegar em casa as 18:00, e ter que tomar banho e já ir</i>	- Equilíbrio trabalho-escola-família

	<i>pro curso e não dá muita atenção para minhas filhas”</i>	
PM4 – M/C	<i>“A principal dificuldade foi conciliar trabalho, tempo com a família e amigos com os estudos. Em muitos foi necessário abrir mão de alguns deles”</i>	- Equilíbrio trabalho-escola-família
PM5 – F/UE	<i>“O cansaço do dia a dia mais estamos vencendo”</i>	- Cansaço

Considerando as especificidades e peculiaridades da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, alguns desafios surgem no percurso escolar que acarreta a desistência, como é possível verificar na Tabela 23 alguns indicativos.

**Tabela 23**

Resposta para “pensou em desistir do curso”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Dificuldades/Desafios</b>
PM1 – M/S	<i>“Sim, mas passou rápido lembrei do meu abjetivo, devido a correria do dia a dia, eu saia direto do pet onde trabalhava para o IFMS, aí foi me desgastando”</i>	- Cansaço
PM2 – F/C	<i>“Sim, quando começou os estudos EAD”</i>	- Dificuldade de adaptação ao ensino remoto
PM3 – F/S	<i>“Sim, muitas vezes cansaço desanimo correria do dia a dia mais graça deus não desistir não”</i>	- Cansaço - Desânimo
PM4 – M/C	<i>“No início da pandemia, quando as aulas presenciais foram suspensas. Também quando iniciou as aulas EAD foi um tanto quanto complicado adaptar a essa mudança”</i>	- Dificuldade de adaptação ao ensino remoto
PM5 – F/UE	<i>“Jamais”</i>	- Foco e determinação

Em relação as expectativas, os pesquisados em sua totalidade destacam positividade em frequentar o curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA, no IFMS, campus Dourados, como é possível perceber na Tabela 24 algumas evidências.

**Tabela 24**

Resposta para “O curso tem correspondido às suas expectativas”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Expectativas</b>
PM1 – M/S	<i>“Sim e muito, o estudo é a uma grande herança que ninguém pode nos roubar”</i>	- Valoração pessoal
PM2 – F/C	<i>“Eu gosto muito do Curso, tem me ajudado muito como pessoa e como profissional”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Valoração pessoal
PM3 – F/S	<i>“Sim muito curso me ajudou a melhorar em vários aspectos, como a maneira de se expressar com as pessoas, termos agilidade em informática”</i>	- Desenvolvimento pessoal
PM4 – M/C	<i>“Sim! Quando comecei o curso tinha uma visão muito limitada de administração, a medida em que estudo essa visão tem ampliado de maneira considerável”</i>	- Desenvolvimento pessoal
PM5 – F/UE	<i>“Ótimo, mais do que eu esperava”</i>	- Satisfação pessoal

Na Tabela seguinte é demonstrada a síntese das expectativas e desafios dos participantes matriculados.

**Tabela 25**

Principais Expectativas e Desafios durante o Curso – Participante Matriculados

<b>Categoria: Expectativas e Desafios durante o Curso</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Dificuldades/desafios enfrentadas durante o curso	- Limitações financeiras	1
	- Dificuldade de adaptação ao ensino remoto	1
	- Falta de disciplina	1
	- Equilíbrio trabalho-escola-família	2
	- Cansaço	1
Pensou em desistir do curso	- Cansaço	2
	- Dificuldade de adaptação ao ensino remoto	2
	- Desânimo	1
	- Foco e determinação	1
O curso tem correspondido às suas expectativas	- Valoração pessoal	2
	- Desenvolvimento pessoal	3
	- Satisfação pessoal	1

### 3.4.2 Participantes Egressos

Os participantes egressos descrevem também suas expectativas e desafios durante a frequência do curso, conforme mostra a Tabela 26.

**Tabela 26**

Resposta para “dificuldades/desafios enfrentadas durante curso”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Dificuldades/Desafios</b>
PE1 – F/D	<i>“Dificuldade no aprendizado”</i>	- Dificuldade de aprendizagem
PE2 – F/UE	<i>“Questão de transporte no 1 ano foi complicado”</i>	- Limitações de Mobilidade
PE3 - M/C	<i>“Deslocamento, pois a linha de ônibus tinha a mesma distância da minha residência ao instituto”</i>	- Limitações de Mobilidade
PE4 – M/C	<i>“A principal dificuldade foi a nível familiar pois mudei da cidade de Canabrava do Norte-MT para Cáceres-MT(...). Quanto o quesito financeiro ficou parado, ou melhor, convertia minhas férias escolar para trabalhar e juntar dinheiro para manter durante o período letivo(...). No quesito logística não houve desafio(...)</i>	- Restrições Familiares - Limitação Financeira
PE5 – F/C	<i>“Jornada de trabalho, distância”</i>	- Cansaço

Nota-se na Tabela 27, registros dos pesquisados sobre a desistência durante o percurso escolar.

**Tabela 27**

Resposta para “pensou em desistir do curso”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Dificuldades/Desafios</b>
PE1 – F/D	<i>“Como mencionei a dificuldade no aprendizado”</i>	- Dificuldade de aprendizagem
PE2 – F/UE	<i>“Sim no 1º ano devido a questão de transporte(...)”</i>	- Limitações de Mobilidade
PE3 - M/C	<i>“Sim, o ensino técnico foi muito pouco”</i>	- Oferta educativa reduzida
PE4 – M/C	<i>“Sim, O primeiro semestre foi o período mais crítico, devido as mudanças de cidade(...)</i>	- Dificuldade de adaptação Pessoal
PE5 – F/C	<i>Sim, devido ao cansaço.</i>	- Cansaço

Consequente na Tabela 28, apresenta-se as expectativas dos participantes egressos em relação ao curso.

**Tabela 28**

Resposta para “O curso tem correspondido às suas expectativas”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Expectativas</b>
PE1 – F/D	<i>“Excelente, sim”</i>	- Valoração pessoal
PE2 – F/UE	<i>“O curso abriu horizontes e após ele fiz duas graduações uma pós e outro técnico”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Valoração pessoal
PE3 - M/C	<i>“Não correspondeu, pois ficamos apenas na formação educacional e o técnico foi muito pouco”</i>	- Oferta educativa técnica reduzida
PE4 – M/C	<i>“Ótimo curso. Quando comecei o curso eu nunca tinha visto um computador pessoalmente, após a formação entendia quanto a parte de software, programação e manutenção da máquina, além do enriquecimento pessoal que adquirir ao longo do curso”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Valoração pessoal - Satisfação pessoal
PE5 – F/C	<i>“Muito bom, sim”</i>	- Satisfação pessoal

Na Tabela 29, passa a constar as principais expectativas e desafios durante o curso, considerando os participantes egressos.

**Tabela 29**

Principais Expectativas e Desafios durante o Curso – Participante egressos

<b>Categoria: Expectativas e Desafios durante o Curso</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Dificuldades/desafios enfrentadas durante curso	- Dificuldade de aprendizagem	1
	- Limitações de Mobilidade	2
	- Restrições Familiares	1
	- Limitação Financeira	1
	- Cansaço	1
Pensou em desistir do curso	- Dificuldade de aprendizagem	1
	- Limitações de Mobilidade	1
	- Oferta educativa reduzida	1
	- Dificuldade de adaptação Pessoal	1
	- Cansaço	1
O curso tem correspondido às suas expectativas	- Valoração pessoal	3
	- Desenvolvimento pessoal	2

	- Oferta educativa técnica reduzida	1
	- Satisfação pessoal	2

Na Tabela seguinte é possível observar os fatores de mais frequência entre os participantes Matriculados e Egressos.

**Tabela 30**

Expectativas e Desafios durante o Curso: Diferença e Semelhança dos participantes (PM e PE)

<b>Indicadores</b>	<b>Participantes Matriculados</b>	<b>N</b>	<b>Fatores dos Participantes Egressos</b>	<b>N</b>
Dificuldades/ desafios enfrentadas durante curso	- Limitações financeiras	1	- Dificuldade de aprendizagem	1
	- Dificuldade de adaptação ao ensino remoto	1	- Limitações de Mobilidade	2
	- Falta de disciplina	1	- Restrições Familiares	1
	- Equilíbrio trabalho-escola-família	1	- Limitação Financeira	1
	- Cansaço	1	- Cansaço	1
Pensou em desistir do curso	- Cansaço	2	- Dificuldade de aprendizagem	1
	- Dificuldade de adaptação ao ensino remoto	2	- Limitações de Mobilidade	1
	- Desânimo	1	- Oferta educativa reduzida	1
	- Foco e - Determinação	1	- Dificuldade de adaptação Pessoal	1
		1	- Cansaço	1
O curso tem correspondido às suas expectativas	- Valoração pessoal	2	- Valoração pessoal	3
	- Desenvolvimento pessoal	3	- Desenvolvimento pessoal	2
	- Satisfação pessoal	1	- Oferta educativa técnica reduzida	1
			- Satisfação pessoal	2

Podemos inferir que no indicador de *Dificuldades/desafios enfrentadas durante curso*, houve frequência nos seguintes termos: Limitações financeiras (N=2) referidas por dois homens; Equilíbrio trabalho-escola-família (N=2), por um homem e uma mulher; Cansaço (N=2) por duas mulheres, e Limitações de Mobilidade (N=2) por um homem e uma mulher. Considerando os participantes matriculados, as diferenças notam-se em: Dificuldade de adaptação ao ensino remoto e Falta de disciplina, referida por duas mulheres. Já para participantes egressos consta a diferença em: Dificuldade de aprendizagem referida por uma mulher e Restrições Familiares, por um homem.

Considerando o indicador, *Pensou em desistir do curso*, os fatores mais referidos foram: Cansaço (N=3), por duas mulheres e um homem, e Dificuldade de adaptação ao ensino remoto (N=2), por um homem e uma mulher. Já as diferenças constam em: Foco e determinação, por uma mulher (PM), e as diferenças para participantes egressos pode ser

observada, como: (dificuldade de aprendizagem, Limitações de Mobilidade, Oferta educativa técnica reduzida e Dificuldade de adaptação Pessoal).

Quanto ao indicador, *O curso tem correspondido às suas expectativas*, os códigos de mais frequências foram: Valoração pessoal (N=5), referido por três mulheres e dois homens; Desenvolvimento pessoal (N=5), referido por três mulheres e dois homens; e Satisfação pessoal (N=3), referido por duas mulheres e um homem. Considerado como fator de diferença, consta apenas, Oferta educativa técnica reduzida (PE3-M), que apenas foi referido por um participante matriculado.

### 3.5 Categoria: Impactos da Formação na Vida Profissional Atual

#### 3.5.1 Participantes Matriculados

A Tabela 31 demonstra a situação profissional atual dos participantes matriculados.

**Tabela 31**

Resposta para “Qual é sua profissão atualmente? Está relacionada com o curso?”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Situação profissional atual</b>
PM1 – M/S	<i>“Atualmente estou afastado Aux. Doença”</i>	- Atividade profissional não relacionada com o curso
PM2 – F/C	<i>“Hoje estou como Aux. de Escritório, mais nas minhas horas vagas eu faço a parte administrativa e financeira da empresa do meu esposo”</i>	- Atividade profissional relacionada com o curso
PM3 – F/S	<i>“Não, sou auxiliar de manutenção e apoio (higienização)”</i>	- Atividade profissional não relacionada com o curso
PM4 – M/C	<i>“Auxiliar Administrativo. Sim.”</i>	- Atividade profissional relacionada com o curso
PM5 – F/UE	<i>“Servente em uma escola, ainda não pois ainda não consegui um emprego na área do curso”</i>	- Atividade profissional não relacionada com o curso

Logo, os dados da pesquisa apresentam o impacto esperado da formação profissional dos participantes matriculados, conforme consta na Tabela 32.

**Tabela 32**

Resposta para “Espera que o curso mude/melhore a sua vida profissional ou que surjam outras oportunidades profissionais?”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impacto esperado de reconversão profissional</b>
PM1 – M/S	“Sim”	- Reconversão profissional
PM2 – F/C	“Sim claro é o que eu mais espero e já vejo mudança em mim com esse curso”	- Reconversão profissional - Desenvolvimento pessoal
PM3 – F/S	“Sim, que surjam muitas outras oportunidades”	- Reconversão profissional
PM4 – M/C	“Sim! Todo o conhecimento que for tomado para fazer o bem, renova a esperança de melhorias no propósito de vida em vários aspectos”	- Reconversão profissional - Desenvolvimento pessoal - Valoração pessoal
PM5 – F/UE	“Sim”	- Reconversão profissional

Verificamos que a maioria dos entrevistados não se encontra ainda a desempenhar atividade profissional na área de formação do curso (Tabela 31), pelo que todos têm expectativas de reconversão profissional (Tabela 32). Os participantes referem ainda a importância do desenvolvimento pessoal e da sua Valoração pessoal na reconversão profissional. Na Tabela 33, detalhamos as suas expectativas futuras, após o término do curso.

**Tabela 33**

Resposta para “Quais são as suas expectativas profissionais após o término do curso Técnico Integrado em Administração?”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impacto esperado do curso</b>
PM1 – M/S	“(…)distribuí currículo, estou preparado para concorrer uma vaga no mercado de trabalho”	- Empregabilidade
PM2 – F/C	“Gostaria muito de continuar estudando na área Administrativa financeira, porém presencial”	- Prosseguimento dos estudos
PM3 – F/S	“Trabalhar nesta área, e poder exercer cada aula que eu tive com muita sabedoria”	- Empregabilidade - Satisfação pessoal
PM4 – M/C	“Colocar em prática o que aprendemos durante o curso e continuar estudando”	- Empregabilidade - Prosseguimento dos estudos
PM5 – F/UE	“Fazer um curso superior”	- Prosseguimento dos estudos

Apresentamos na Tabela 34, os principais impactos da formação na vida profissional dos participantes matriculados.

**Tabela 34**

Principais Impactos da Formação na Vida Profissional Atual – Participante matriculados

<b>Categoria: Impactos da Formação na Vida Profissional Atual</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Expectativa de reconversão profissional	Reconversão profissional	5
	Desenvolvimento pessoal	2
	Valoração pessoal	1
Expectativas após o término do curso Técnico Integrado em Administração	Empregabilidade	3
	Prosseguimento dos estudos	3
	Satisfação pessoal	1

### 3.5.2 Participantes Egressos

Passamos a apresentar os dados dos participantes egressos, como apresenta a Tabela 35, a situação profissional atualmente.

**Tabela 35**

Resposta para “Qual é sua profissão atualmente? Está relacionada com o curso concluído?”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Situação profissional atual</b>
PE1 – F/D	<i>“Costureira. Não”</i>	- Atividade profissional não relacionada com o curso
PE2 – F/UE	<i>“Técnico administrativo educacional (...)”</i>	- Atividade profissional não relacionada com o curso
PE3 - M/C	<i>“Professor de Ciências da Computação”</i>	- Atividade profissional relacionada com o curso
PE4 – M/C	<i>“Engenheiro Florestal (...). De certa forma sim, pois utilizo GPS geodésico, Drones e programas que necessita de um conhecimento avançado de informática para desfrutar todo potencial do software”</i>	- Atividade profissional relacionada com o curso
PE5 – F/C	<i>“Não, mas o curso me ajudou muito quanto ao trabalhar com sistema. Atualmente trabalho como mensageira”</i>	- Atividade profissional não relacionada com o curso

Na Tabela 36 é possível perceber o impacto do curso na vida dos participantes egressos.

**Tabela 36**

Resposta para “Por favor, fale-nos um pouco acerca do impacto do curso na sua vida profissional”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impactos</b>
PE1 – F/D	<i>“O curso apesar das dificuldades me ajudou a ingressar na universidade”</i>	- Oportunidade de formação superior
PE2 – F/UE	<i>“Me ajuda em conhecimento em sistemas”</i>	- Desenvolvimento pessoal
PE3 - M/C	<i>“O curso me deu a oportunidade de cursar licenciatura em química e me qualificar para o dia a dia”</i>	- Capacitação profissional - Oportunidade de formação superior - Empregabilidade
PE4 – M/C	<i>“O curso serviu de suporte para permitir eu alcançar o progresso profissional. Ex: após o curso eu ingressei na faculdade e devido o conhecimento adquirido no curso consegui trabalho diferenciado como projetista em escritório de engenharia civil(...)”</i>	- Capacitação profissional - Oportunidade de formação superior - Empregabilidade
PE5 – F/C	<i>“Pesquisar modelagem etc.”</i>	- Valoração pessoal

Nota-se que a maioria dos pesquisados egressos não desempenham atividade profissional na área de formação do curso (Tabela 35), mas, pelo que todos têm acerca do impacto da formação, a oportunidade de formação superior (Tabela 36). Os participantes referem ainda a importância a capacitação profissional, empregabilidade e a valoração pessoal com a efetiva formação. Consequente na Tabela 37, apresentamos as contribuições advindas da com o término do curso.

**Tabela 37**

Resposta para “O curso contribuiu com seu progresso profissional ou possibilitou outras oportunidades profissionais?”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impactos</b>
PE1 – F/D	<i>Possibilitou que eu conseguisse entrar para a universidade.</i>	- Oportunidade de formação superior
PE2 – F/UE	<i>Sim</i>	- Empregabilidade
PE3 - M/C	<i>Sim o curso abriu novos horizontes</i>	- Empregabilidade
PE4 – M/C	<i>“O Curso Técnico em informática no meu ponto de vista, é um</i>	- Capacitação profissional - Empregabilidade

	<i>progresso profissional para qualquer área(...)</i> ”	
PE5 – F/C	<i>“Contribuiu com as pesquisas sobre costuras”</i>	- Desenvolvimento pessoal

Apresentamos na Tabela 38 a síntese dos impactos da formação profissional dos participantes egressos.

**Tabela 38**

Principais Impactos da Formação na Vida Profissional – Participante egressos

<b>Categoria: Impactos da Formação na Vida Profissional</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Por favor, fale-nos um pouco acerca do impacto do curso na sua vida”	- Oportunidade de formação superior	3
	- Desenvolvimento pessoal	1
	- Capacitação profissional	2
	- Empregabilidade	2
	- Valoração pessoal	1
O curso contribuiu com seu progresso profissional ou possibilitou outras oportunidades profissionais?”	- Oportunidade de formação superior	1
	- Empregabilidade	3
	- Capacitação profissional	1
	- Desenvolvimento pessoal	1

Passamos para a Tabela 39, para a referirmos das diferenças e semelhanças sobre os impactos da formação profissional, tanto dos participantes matriculados como dos participantes egressos.

**Tabela 39**

Impactos da Formação Profissional: Diferença e Semelhança dos participantes (PM e PE)

<b>Indicadores</b>	<b>Participantes Matriculados</b>	<b>N</b>	<b>Participantes Egressos</b>	<b>N</b>
Atividade profissional relacionada com o curso	- Atividade profissional relacionada com o curso	2	- Atividade profissional relacionada com o curso	2
	- Atividade profissional não relacionada com o curso	3	- Atividade profissional não relacionada com o curso	3
Impacto esperado (matriculados) e efetivo (egressos) de reconversão profissional	- Reconversão profissional	5	- Oportunidade de formação superior	1
	- Desenvolvimento pessoal	2	- Empregabilidade	3
	- Valoração pessoal	1	- Capacitação profissional	1
			- Desenvolvimento pessoal	1
Impacto esperado (matriculados) e	- Empregabilidade	3	- Oportunidade de formação superior	3

efetivo (egressos) do curso na vida profissional	- Prosseguimento dos estudos	3	- Desenvolvimento pessoal	1
	- Satisfação pessoal	1	- Capacitação profissional	2
			- Empregabilidade	2
			- Valoração pessoal	1

Podemos observar na Tabela acima, que os participantes matriculados, representado por (N=2) desenvolvem suas atividades profissionais diretamente relacionada com o curso e (N=3) não está relacionada com o curso. Situação que se repete aos participantes egressos, sendo (N=2) se relaciona ao curso e (N=3) não relaciona as atividades profissionais ao curso. A frequência de respostas dadas aos impactos esperados na vida profissional, pelos participantes matriculados são: (N=5) Reconversão profissional, seguida por Desenvolvimento pessoal (N=2). Já para os participantes egressos os impactos efetivos na vida profissional, tem em maioria as respostas dadas para Empregabilidade (N=3). Passamos para os impactos esperados na vida profissional, dos participantes matriculados, tendo maior frequência de palavras consta em: Empregabilidade (N=3), seguida da mesma frequência, o Prosseguimento de estudos (N=3). Logo para os participantes egressos, os impactos efetivos na vida profissional, nota-se maior frequência em: Oportunidade de formação superior (N=3), seguida de Capacitação profissional (N=2) e Empregabilidade (N=2).

### 3.6 Categoria: Impactos da Formação na Vida Pessoal

#### 3.6.1 Participantes Matriculados

A Tabela 40 apresenta impactos do curso na vida pessoal dos participantes matriculados, em especial sobre o ingresso e frequência. Para os impactos esperados, os participantes matriculados

#### Tabela 40

Resposta para “Ingresso e frequência no curso provocou Mudanças ou impactos na vida pessoal?”

Participante matriculados	Resposta	Impactos na Vida Pessoal
PM1 – M/S	<i>“Sim, com certeza nós mesmo fazemos uma auto avaliação do nosso perfil, valores éticos pessoal melhorou muito(…)”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Satisfação pessoal
PM2 – F/C	<i>“Sim, eu mudei bastante convivendo com o IFMS, (...) tenho minha</i>	- Desenvolvimento pessoal

	<i>cabeça aberta para estudos e quero continuar nesse caminho”</i>	
PM3 – F/S	<i>“Bom a mudança foi mesmo somente de chegar em casa e só tempo de tomar banho mesmo sem da muita atenção as minhas filhas(...)”</i>	- Equilíbrio trabalho-escola-família
PM4 – M/C	<i>“Sim. Melhora o relacionamento interpessoal. Apesar de concordar com o pensamento de Sócrates: “Só sei que nada sei”, pois quando penso que sei alguma coisa é que percebo que não sei nada, mesmo assim o pouquinho de conhecimento nos liberta do cárcere da ignorância”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Satisfação pessoal
PM5 – F/UE	<i>“Sim, a forma de ver minha capacidade”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Valoração pessoal

Já a Tabela 41 ofecere dados referentes à permanência dos estudantes no curso, configurando como uma oportunidade e sucesso no percurso escolar.

**Tabela 41**

Resposta para “A permanência no curso tem sido um caminho de oportunidades e sucesso para você?”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impactos na Vida Pessoal</b>
PM1 – M/S	<i>“Sim, o curso me deu uma grande carga de nitrogênio que eu estava precisando, com todos os incentivos dos grandes professores que a instituição do IFMS tem(...)”</i>	- Capacitação profissional - Desenvolvimento pessoal
PM2 – F/C	<i>“Sim claro, tem sido muito bom em minha vida profissional”.</i>	- Capacitação pessoal - Empregabilidade
PM3 – F/S	<i>“Sim, pois hoje trabalho na limpeza, e sou funcionária pública contratada e com as aulas comecei a ajuda pessoal da recepção(...)”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Satisfação pessoal
PM4 – M/C	<i>“As oportunidades surgirão, é preciso estar preparado para o momento em que elas aparecerem. Contudo o sucesso é consequência de todo o esforço aplicado naquilo que se deseja”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Capacitação pessoal
PM5 – F/UE	<i>“Sim, por ter mudado minha maneira de ser e de ver as coisas e ainda sair do comodismo”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Valoração pessoal

Observamos que os inquiridos ao ingressar e frequentar o curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na modalidade EJA, têm observado impactos positivos na trajetória de vida pessoal (Tabela 40), pelo que também observa a permanência no curso tem contribuído para essa transformação de vida pessoal (Tabela 41). Os participantes referem ainda a importância do prosseguimento dos estudos e da oportunidade de formação superior. Na Tabela 42, detalhamos as suas expectativas futuras, ao final do curso.

**Tabela 42**

Resposta para “Ao finalizar o curso pretende continuar os estudos?”

<b>Participante matriculados</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impactos na Vida Pessoal</b>
PM1 – M/S	<i>“Sim, pretendo cursar RH me identifiquei muito com a disciplina de gestão de pessoas”</i>	- Prosseguimento dos estudos - Oportunidade de formação superior
PM2 – F/C	<i>“Sim pretendo, porque quero ter um nível superior, ou farei outro curso técnico. Ainda estou decidindo”</i>	- Prosseguimento dos estudos - Oportunidade de formação superior
PM3 – F/S	<i>“Sim, com certeza quero fazer RH pois quero me aprofunda nestas áreas fiquei muito apaixonada”</i>	- Prosseguimento dos estudos - Oportunidade de formação superior
PM4 – M/C	<i>“Sim! Porque me faz sentir produtivo e renova a esperança para contribuir com uma sociedade melhor. Todavia, tudo está nas mãos de Deus, pois sem ele nada posso fazer”</i>	- Prosseguimento dos estudos
PM5 – F/UE	<i>“Sim”</i>	- Prosseguimento dos estudos

Podemos observar que a totalidade dos participantes pretende dar continuidade à sua formação, sendo que alguns referem o ensino superior. A Tabela 43, apresenta a síntese dos impactos da formação na vida pessoal dos participantes matriculados.

**Tabela 43**

Principais Impactos da Formação na Vida Pessoal – Participante matriculados

<b>Categoria: Impactos da Formação na Vida Pessoal</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Fatores</b>	<b>N</b>
Ingresso e frequência no curso provocaram Mudanças ou impactos na vida pessoal?	- Desenvolvimento pessoal	4
	- Satisfação pessoal	2

	- Equilíbrio trabalho-escola-família	1
	- Valoração pessoal	1
A permanência no curso tem sido um caminho de oportunidades e sucesso para você?	- Capacitação profissional	1
	- Desenvolvimento pessoal	4
	- Capacitação pessoal	2
	- Satisfação pessoal	1
	- Valoração pessoal	1
	- Empregabilidade	1
Ao finalizar o curso pretende continuar os estudos?	- Prosseguimento dos estudos	5
	- Oportunidade de formação superior	3

### 3.6.2 Participantes Egressos

Passamos a apresentar na Tabela 44, os impactos na vida pessoal dos participantes egressos, frente ao ingresso e permanência no curso.

**Tabela 44**

Resposta para “O ingresso, permanência e conclusão do curso, provocou algum tipo de mudanças ou impactos na sua vida pessoal?”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impactos na Vida Pessoal</b>
PE1 – F/D	<i>“Grandes mudanças na minha autoestima, e poder a ajudar o meu neto no ensino remoto”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Satisfação pessoal
PE2 – F/UE	<i>“Sim a permanência até o fim do curso fez de nós família pois apenas 07 alunos concluíram e temos orgulho disso cada qual com suas limitações mais fomos nos ajudando e apoiando”</i>	- Valoração pessoal - Equilíbrio trabalho-escola-família
PE3 - M/C	<i>“O ingresso e conclusão do curso ampliou minha visão para a necessidade de estudar mais e que somente a educação oportuniza melhoras”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Capacitação pessoal
PE4 – M/C	<i>“Sim, durante o curso não só construir o conhecimento sobre informática, apreciei mudanças extraordinário sobre relacionamento, trabalho em equipe, absorver um problema como forma de desafio, preparar pra novas mudanças”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Valoração pessoal

PE5 – F/C	<i>“Sim, mesmo que não atue na área, o curso conta muito no currículo”</i>	- Desenvolvimento pessoal - Empregabilidade
-----------	--	--

Em relação ao prosseguimento dos estudos, a Tabela 45 apresenta alguns fatores evidenciados pelos participantes egressos.

**Tabela 45**

Resposta para “Ao finalizar o curso continuou os estudos?”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impactos na Vida Pessoal</b>
PE1 – F/D	<i>“Vontade de aprender mais”</i>	- Prosseguimento dos estudos
PE2 – F/UE	<i>“Sim fiz pedagogia e química e acabei me especializando em gestão escolar (...)”</i>	- Prosseguimento dos estudos - Oportunidade de formação superior
PE3 – M/C	<i>“Sim, pois o interesse em aprender foi ampliado e para consolidar a profissão o ensino superior é o caminho”</i>	- Oportunidade de formação superior
PE4 – M/C	<i>“Sim, após a conclusão do curso percebi que necessitava de curso superior para atingir ao nível hierárquico elevado dentro de uma organização(...)”</i>	- Oportunidade de formação superior - Prosseguimento dos estudos
PE5 – F/C	<i>“Sim, atualmente curso Pedagogia”</i>	- Prosseguimento dos estudos - Oportunidade de formação superior

Consequente a Tabela 46 aponta impactos da formação na vida pessoal dos participantes egressos.

**Tabela 46**

Resposta para “A conclusão do curso contribuiu para seu desenvolvimento e sucesso pessoal?”

<b>Participantes egressos</b>	<b>Resposta</b>	<b>Impactos na Vida Pessoal</b>
PE1 – F/D	<i>“Muito”</i>	- Sucesso pessoal corresponde com o término do curso
PE2 – F/UE	<i>“Sim o curso contribuiu para o desenvolvimento pessoal e os benefícios de conseguir um desenvolvimento pessoal a autovalorização, melhor qualidade de vida, conseqüentemente, atingir a realização pessoal máxima”</i>	- Sucesso pessoal corresponde com o término do curso - Valoração pessoal - Realização pessoal - Qualidade de vida - Autoestima

PE3 - M/C	“Sim”	- Sucesso pessoal corresponde com o término do curso
PE4 – M/C	“Sim, foi a base de uma longa jornada”	- Sucesso pessoal corresponde com o término do curso
PE5 – F/C	“Sim”	- Sucesso pessoal corresponde com o término do curso

Exibimos na Tabela 47 a síntese dos impactos na vida pessoal dos participantes egressos.

**Tabela 47**

Principais Impactos da Formação na Vida Pessoal – Participantes egressos

<b>Categoria: Impactos da Formação na Vida Pessoal</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Fatores</b>	<b>N</b>
“O ingresso, permanência e conclusão do curso, provocou algum tipo de mudanças ou impactos na sua vida pessoal?”	- Desenvolvimento pessoal	4
	- Valoração pessoal	2
	- Capacitação pessoal	1
	- Equilíbrio trabalho-escola-família	1
	- Empregabilidade	1
	- Satisfação pessoal	1
“Ao finalizar o curso continuou os estudos?”	- Prosseguimento dos estudos	4
	- Oportunidade de formação superior	4

Registramos na Tabela 48 as diferenças e semelhanças dos impactos na formação pessoal dos participantes matriculados e egressos.

**Tabela 48**

Impactos na Formação Pessoal: Diferença e Semelhança dos participantes (PM e PE)

<b>Indicadores</b>	<b>Participantes Matriculados</b>	<b>N</b>	<b>Participantes Egressos</b>	<b>N</b>
Mudanças ou impactos na sua vida pessoal	- Desenvolvimento pessoal	4	- Desenvolvimento pessoal	4
	- Satisfação pessoal	2	- Satisfação pessoal	1
	- Equilíbrio trabalho-escola-família	1	- Valoração pessoal	2
	- Satisfação pessoal	1	- Equilíbrio trabalho-escola-família	1
	- Valoração pessoal	1	- Capacitação pessoal	1
			- Empregabilidade	1
Impacto esperado (matriculados) e efetivo (egressos) de formação profissional	- Desenvolvimento pessoal	4	- Prosseguimento dos estudos	4
	- Capacitação pessoal	2	- Oportunidade de formação superior	4
	- Satisfação pessoal	1		
	- Valoração pessoal	1		

Impacto esperado (matriculados) e efetivo (egressos) sucesso pessoal	- Prosseguimento dos estudos	5	- Sucesso pessoal corresponde com o término do curso	5
	- Oportunidade de formação superior	3	- Valoração pessoal	1
			- Realização pessoal	1
			- Qualidade de vida	1
			- Autoestima	1

Podemos observar na Tabela acima, que as Mudanças ou impactos na vida pessoal dos participantes matriculados, tem destaque nas respostas dadas na maioria em: Desenvolvimento pessoal (N=4), seguida de Satisfação pessoal (N=2). Para os participantes egressos a maior frequência é: Desenvolvimento pessoal (N=4) e Valoração pessoal (N=2). A frequência de respostas dadas aos impactos esperados na formação profissional, pelos participantes matriculados são: Desenvolvimento pessoal (N=4), seguida por Capacitação pessoal (N=2). Já para os participantes egressos os impactos efetivos na formação profissional, tem em maioria as respostas dadas para Prosseguimento dos estudos (N=4) e Oportunidade de formação superior (N=4). Passamos para os impactos esperados para o sucesso pessoal, dos participantes matriculados, tendo maior frequência de palavras consta em: Prosseguimento dos estudos (N=5), seguida da Oportunidade de formação superior (N=3). Logo para os participantes egressos, os impactos efetivos no sucesso pessoal, nota-se em sua totalidade a frequência em: Sucesso pessoal corresponde com o término do curso (N=5).

### 3.7 Narrativas das vivências dos participantes

As lembranças guardadas em nossa memória vão construindo a nossa história, nos tornando singulares pelas experiências e mesmo que vivamos as mesmas situações de outras pessoas, sempre haverá diferenças nas percepções, pois somos seres únicos e com identidades próprias. Nesse sentido as Tabelas 49 e 50, apresentam um pouco das histórias dos participantes da presente pesquisa, que partilham o que procuravam para sua vida quando ingressaram no curso.

**Tabela 49**

Aspetos essenciais das histórias dos participantes matriculados

<b>Participantes Matriculados</b>	<b>Narrativas</b>	<b>Aspetos essenciais</b>
PM1 – M/S	<i>“Só tenho a agradecer, passado é passado, bora vida nova agora só desfrutar do aprendizado”</i>	- Gratidão - Satisfação - Aspirações futuras
PM2 – F/C	<i>“Gostaria de pedir a vocês, que pensasse em alguma forma da gente voltar para a escola. Pelo menos 2 vezes por semana. É muito ruim estudar a distancia”</i>	- Não adaptação ensino remoto
PM3 – F/S	<i>“Bom minha história não é da melhores uma menina que passou por muitas coisas ruins e que nao queria saber de nada até que engravidou e acordou pra realidade correu atrás estudou trabalhou durante 10 anos em uma casa como empregada doméstica, de lá fez processo seletivo da prefeitura e foi contratada por 2 anos a trabalhar 30 horas, e com sonho de sair da limpeza e trabalhar numa sala com ar condicionado e trabalhar bem chiq como são as mulheres onde eu trabalho e por fim hoje essa menina se tornou uma mulher de opinião ajuda sempre noque for preciso sempre esta presente virou mae solteira de 2 meninas e as crias sozinha apaixonada pela vida que tem por dira que ela foi um dia e essa e pouco da minha história. Espero que tenha gostado”</i>	- Superação
PM4 – M/C	<i>“No momento não”</i>	- Sem resposta
PM5 – F/UE	<i>“Não mais tenho muito a agradecer”</i>	- Gratidão

Passamos para a Tabela 50 que aborda os aspetos essenciais das histórias dos participantes egressos.

**Tabela 50**

Aspetos essenciais das histórias dos participantes egressos

<b>Participantes Matriculados</b>	<b>Narrativas</b>	<b>Aspetos essenciais</b>
PE1 – F/D	<i>“Quando surgiu a oportunidade de estudar não perdi tempo, pois o aprender é para toda vida”</i>	- Prosseguimento dos estudos - Desenvolvimento pessoal - Autoestima
PE2 – F/UE	<i>“Acredito que não podemos desistir a vida é cheia de altos e baixos e não foi e nem será dias fáceis mais iremos vencer(...)”</i>	- Foco e Determinação - Desenvolvimento - Autoestima

PE3 - M/C	<p><i>“Fiz o curso EJA já possuindo nível médio a fim de possuir o ensino técnico, contudo o ensino técnico foi deficiente, mesmo assim consegui entrar na faculdade e me formar em Ciências da Computação. Atualmente curso Letras na mesma universidade com expectativa de conclusão do curso ainda este ano de 2021”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prosseguimento dos estudos</li> <li>- Oferta educativa técnica deficiente</li> </ul>
PE4 – M/C	<p><i>“A minha trajetória se torna atípica, por ter mudado da zona rural, local aonde não existia nem energia elétrica, com uma cultura simples e ingressei em um curso de informática, em uma escola que fornecia vários cursos ligados a atividade rural que já dominava (pecuária e agricultura), porém iniciei uma carreira em busca de desafio. Um outro ponto, foi com 19 anos tomar atitude de deixar a família em busca de um sonho de conhecer as tecnologias e obter curso de graduação. Mas por fim, sou grato por essa oportunidade, que dela consegui trabalhar e manter a graduação, facilitou para conseguir ótimos resultados em concurso públicos na questões de informáticas proporcionando hoje eu trabalhar concursado em uma sociedade de economia renomada no ramo de energia elétrica. E despertar o interesse nos estudos, me tornando, Técnico em Informática e Engenheiro Florestal e em 2022 também Engenheiro Civil”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restruturação do projeto de vida</li> <li>- Autoestima</li> <li>- Desenvolvimento pessoal</li> <li>- Oportunidade de formação superior</li> <li>- Capacitação profissional</li> <li>- Satisfação pessoal</li> <li>- Gratidão</li> </ul>
PE5 – F/C	<p><i>“Não”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sem resposta</li> </ul>

Os estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, trazem bagagens repletas de aprendizagens, experiências e vivências, tudo o que passaram em suas trajetórias são momentos ricos de conhecimentos. Estes sujeitos, que no percurso da vida construíram e constroem suas aprendizagens nas relações de família, de trabalho e no mundo. A aprendizagem é uma necessidade do ser humano e ocorre independente da escola, a educação se dá ao longo da vida. E os participantes desta pesquisa não são diferentes

dessa narrativa, pois são os sujeitos protagonistas dessa história de possibilidades, de desejos, de superação, de conquistas pessoais e profissionais, para si ou para sua família. Nesse contexto, é necessário que o aluno seja reconhecido, na condição de estudante trabalhador, que tem envolvimento como provedor de uma família e que precisa conciliar o seu trabalho com o seu tempo de estudo, que geralmente ocorre no período noturno. Assim, o período de estudo também acaba sendo um trabalho que demanda esforço e sacrifício. E que as instituições educacionais sejam espaços de inclusão, de acolhimento e de respeito a diversidade cultural dos sujeitos que buscam a EJA para prosseguir seu percurso escolar e concretizar um sonho.

O presente trabalho agiu com primazia com os inquiridos na importância de compartilharem seus relatos de vida e experiências, que potencializa as ações que o programa EJA-EPT prima, que é uma educação pública, de qualidade, integrada e humanista. Verificamos os impactos do EJA-EPT na sua vida pessoal, profissional e familiar. Diante desse contexto, percebe-se que houve repercussões que atingem um patamar de positividade (evidenciando os impactos positivos e ora negativos) dos participantes matriculados e egressos, em diversos níveis: a formação esperada e efetivada pelo programa EJA-EPT (PROEJA), como também contribuições no âmbito profissional, de desenvolvimento profissional, de oportunidade de formação superior, e, de nível pessoal, como a satisfação e orgulho próprios, bem como o reposicionamentos dos indivíduos nos estratos sociais da sociedade. Recordamos Brasil (2008a), que refere que esse programa trouxe benefícios à sociedade porque instigou o nascimento da democracia, a conquista dos direitos políticos e sociais dos indivíduos, num panorama amplo de valoração de jovens e adultos, frequentemente sujeitos a segregação.

#### **4 Discussão de Resultados**

Nossa dissertação foi desenvolvida com intuito de investigar quais fatores motivam a permanência dos estudantes matriculados no programa EJA-EPT (PROEJA) e como egressos do programa avaliam os impactos efetivos da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional. Teve por base o estudo de caso de metodologia qualitativa, com recolha de dados por inquérito da entrevista estruturada, e as informações coletadas são apresentadas através da síntese conclusiva das análises textuais discursivas. Pesquisa realizada na unidade do IFMS Campus Dourados, instituição federal de ensino, estabelecido no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Considerando a diversidade de dados recolhidos, via entrevista estruturada, discutimos os principais resultados em torno das dimensões centrais, oriundas das questões iniciais, discutidas no âmbito desta pesquisa: Analisar os fatores motivacionais que levaram os estudantes a escolherem o curso; Analisar as expectativas e desafios sentidos durante a frequência do curso; Verificar os impactos esperados da formação técnica e integrada na vida pessoal e profissional dos estudantes matriculados no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na EJA, no IFMS Campus Dourados; Perceber as contribuições da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional dos egressos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na EJA, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC; e Propor sugestões/recomendações de melhorias para o IFMS a partir dos resultados obtidos, visando a permanência e êxito dos estudantes desta modalidade educacional.

Relativamente aos **fatores motivacionais que levaram os estudantes a escolherem o curso**, o interesse dos participantes matriculados, dá-se pela necessidade de aperfeiçoamento para melhorar as condições de vida.

Para compreender essa dimensão é preciso mencionar os quatro indicadores que constituíram essa mesma dimensão no presente trabalho. O primeiro refere-se *ao tempo que os estudantes estiveram fora sala de aula*, e esse período temporal compreendeu entre 8 e 24 anos para os participante matriculados e entre 0 e 29 anos para os participantes egressos. O segundo indicador pauta-se sobre os *motivos que levaram os participantes matriculados a cessarem os estudos*, demonstrado pelos dados da pesquisa nota-se: Oferta educativa reduzida, Dificuldade em à distância, Falta de apoio familiar, Falta de objetivos com os estudos, Falta de predisposição, Restrições familiares. Já os motivos apresentados pelos participantes egressos, consta: Restrições familiares, Limitações de mobilidade e Limitações Financeiras. Um fato que chama a atenção é os fatores extraescolares dizem respeito à pressão que o trabalho exerce sobre as condições dos estudantes trabalhadores, particularidade da EJA, o que implica em limitações para conciliar trabalho, escola e família, repercutindo na desistência da trajetória escolar e conseqüentemente do sonho de concretizar seus estudos.

Caminhando ao encontro do indicador supracitado, com objetivo de minimizar a desistência desses estudantes, Cardoso (2016), que compõem o quadro relacionado com a temática desta dissertação, evidencia indicativos para evitar a desistências dos estudantes, destacando o papel fundamental das políticas de assistência estudantil aliada

a ação positiva do docente a respeito dos estudante como condição para o avanço da aprendizagem e somada com outras ações pedagógicas internas e externas à instituição, torna-se um mecanismo motivacional, contemplando a formação integral desses jovens, adultos e idosos.

O terceiro indicador relaciona aos *Motivos para o retorno aos estudos*, ficando evidente para os participantes matriculados que a empregabilidade é fator motivador para o regresso escolar. Já para os participantes egressos, o desenvolvimento pessoal é o motivo maior para retornar aos estudos. Todas essas inferências vão ao encontro do que defendemos no quadro teórico desta dissertação, em especial na Tabela 5, que dispõe sobre trabalhos realizados sobre permanência na EJA-EPT, onde consta o trabalho de dissertação de autoria de Katrein (2012), em sua pesquisa mostrou que os estudantes permaneceram no PROEJA mobilizados pelo sentido que atribuíram ao retorno à escola (escolarização; profissionalização; e melhora de vida).

Consequente, o último indicador que caracteriza os *Motivos para ingressar no curso*, para os participantes matriculados consiste em capacitação profissional, empregabilidade e recomendações de amigos e/ou familiares. Considerando os participantes egressos, estes apontam como motivos para ingresso no curso, empregabilidade, a capacitação profissional e o desenvolvimento pessoal. Motivados pelo desejo ou pela necessidade de crescimento profissional, para se qualificar para o exercício de suas atividades, emprego ou serviço, a fim de garantir seu espaço e progredir profissionalmente. Esse é um processo já salientado por Coelho (2008) citado por Neiva (2018, p.75) sobre o novo contexto social, em que o adulto de hoje percebe a necessidade de voltar à sala de aula para buscar melhor qualificação e para se renovar profissionalmente. No entanto, a premência do trabalho dificulta a inserção e inclusão educacional dos sujeitos da EJA, pois invariavelmente a maioria da população brasileira em sua fase adulta tem que trabalhar para produzir a sua existência, como também familiar.

Analizamos também as **expectativas e desafios sentidos durante a frequência do curso**, com a configuração de três indicadores. Sendo o primeiro, *Dificuldades/desafios enfrentadas durante curso*, que, para os participantes matriculados cumpre destacar, as limitações financeiras, a dificuldade de adaptação ao ensino remoto, a falta de disciplina, dificuldade de equilíbrio trabalho-escola-família, e cansaço. Já para os participantes

egressos, diante das informações coletadas destaca-se, a dificuldade de aprendizagem, as limitações de mobilidade, as restrições familiares, as limitações Financeiras e o cansaço.

Já no que tange o segundo indicador, *motivos para desistir do curso*, para participantes matriculados é referido com maior frequência, o cansaço, a dificuldade de adaptação ao ensino remoto, o desânimo e a falta de foco e determinação. Para egressos, salientamos a dificuldade de aprendizagem, as limitações de mobilidade, a oferta educativa reduzida, as dificuldades de adaptação pessoal e o cansaço. No entanto, no indicador, *O curso tem correspondido às expectativas*, os estudantes matriculados salientam aspectos como a sua valorização pessoal, o seu desenvolvimento pessoal e o aumento da satisfação pessoal. Para os egressos destaca-se também o desenvolvimento pessoal e a satisfação pessoal, embora seja referida uma oferta educativa técnica reduzida.

Verificamos também os **impactos esperados da formação técnica e integrada na vida pessoal e profissional dos estudantes matriculados**. Essa dimensão se divide em Impactos da Formação na Vida Profissional e Impactos da Formação na Vida Pessoal. A primeira é composta por três indicadores. Conforme os resultados obtidos o primeiro indicador refere-se à *Situação profissional*. Nesse sentido os dados revelam que a maioria dos participantes matriculados (N=3) não desenvolvem atividade profissional relacionado ao curso e apenas N=2 desenvolvem atividade profissional relacionada com o curso. Já o segundo indicador, caracterizado como, *Impacto esperado de reconversão profissional*, o número de menções sobre o aspecto de Reconversão profissional é expressivo (N=5), seguido do Desenvolvimento pessoal (N=2) e Valoração pessoal (N=1).

O terceiro indicador, *Impacto esperado do curso*, destaca-se a Empregabilidade (N=3), logo Prosseguimento dos estudos (N=3) e Satisfação pessoal (N=1). Já a segunda parte Impactos da Formação na Vida Pessoal, consta três indicadores, sendo *Impactos do curso na vida pessoal?* consta nos dados da pesquisa que o Desenvolvimento pessoal (N=4) é em maioria, seguido de Satisfação pessoal (N=2). O segundo indicador, *Oportunidades proporcionadas pelo curso* traz o Desenvolvimento pessoal como destaque em frequência (N=4), conseguinte da Capacitação pessoal (N=2). Já por fim o indicador, *intenção de prosseguir os estudos* apresenta em sua maioria Prosseguimento dos estudos (N=5), seguida de Oportunidade de formação superior (N=3).

Finalmente, percebemos as **contribuições da formação, na vida pessoal e profissional dos egressos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na EJA, na**

**antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – EAFC.** Esta dimensão também se divide em: Impactos da Formação na Vida Profissional e Impactos da Formação na Vida Pessoal. A primeira possui três indicadores. Sendo o primeiro aborda a, *Situação profissional*, que corresponde (N=3) de egressos que não desenvolvem atividade profissional relacionado ao curso e apenas N=2 que desenvolvem atividade profissional relacionada com o curso. O segundo indicador reflete o *impacto do curso na vida*, que de acordo com os dados, corresponde a Oportunidade de formação superior (N=3), Capacitação profissional (N=2), Empregabilidade (N=2), Desenvolvimento pessoal (N=1) e Valoração pessoal (N=1).

O terceiro indicador, *Impacto esperado do curso*, compreende em sua maioria a Empregabilidade (N=3), Oportunidade de formação superior (N=1), Capacitação profissional (N=1) e Desenvolvimento pessoal. Já a segunda parte, Impactos da Formação na Vida Pessoal, constitui-se de três indicadores, sendo *impactos do ingresso, permanência e conclusão do curso na sua vida pessoal?* Nota-se que (N=4) dos pesquisados apontam o desenvolvimento pessoal como mudança e ou impactos ao término do curso, seguido de Valoração pessoal (N=2). Logo o indicador, *intenção de continuar os estudos* destaca-se em sua maioria Oportunidade de formação superior (N=4), como também em Prosseguimento dos estudos com maioria (N=4).

Em especial esse indicador, *contributos da conclusão do curso para o sucesso pessoal*, em sua maioria considera que o sucesso pessoal corresponde com o término do curso (N=5).

Corroborando nesse contexto, trazemos a luz o trabalho de Neiva (2018) relacionada no quadro teórico, Tabela 5, desta dissertação, que no resultado da sua investigação revelou que apesar dos problemas envolvendo os alunos na modalidade EJA, eles veem nessa formação uma oportunidade de progredir na vida profissional e pessoal, por se tratar de uma instituição prestigiada.

Com base no conhecimento adquirido na nossa análise, e respondendo ao quesito de propor sugestões/recomendações de melhorias para o IFMS, na perspectiva de promover condições de permanência e êxito ao público da EJA-EPT, nesse sentido consideramos que é necessário:

- Criação da Coordenação Geral da EJA/EPT (Proeja) na Reitoria – IFMS, para consolidar políticas públicas eficazes desta modalidade, fomentar e implementar ofertas de cursos

nas unidades da instituição, considerando a EJA nas suas diversas possibilidades e necessidades, pois para a permanência e sucesso de estudantes no programa, necessita de uma instituição alicerçada e comprometida com a Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

- Fomentar a transformação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) em Política Pública de Estado, tornando permanente a responsabilidade da Rede Federal em ofertar cursos integrados da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT), uma vez que, como verificamos, os impactos positivos são de amplo alcance beneficiando a vida profissional e pessoal dos matriculados e egressos, permitindo uma formação integrada e humanista.

- Reconhecer a EJA/EPT (Proeja) como modalidade educativa obrigatória na Rede Federal, garantindo continuidade de oferta e a manutenção da estrutura de funcionamento dos cursos, possibilitando aos Jovens, Adultos e Idosos o prosseguimento nos estudos e oportunidade de formação superior. Pois, diante dos dados apontados pela presente pesquisa, o programa EJA-EPT demonstrou potencialidade para qualificação profissional e educação da EJA.

- Consolidar programas de assistência estudantis, seja para aquisição de equipamentos tecnológicos educacionais, como fomentar tutoria de “estudantes monitores” para auxiliar os estudantes da EJA nas utilização das tecnologias digitais, auxiliando os que não tem bom ajustamento ao ensino a distância e familiaridade com os recursos tecnológicos.

- Desenvolvimento de um relatório amplo de impactos positivos do programa em todas as instituições da rede federal, compartilhando e evidenciando experiências, com objetivo de demonstrar ao governo e instituições os riscos associados à marginalização do programa.

E por fim, considerando que o público da EJA é constituído por trabalhadores(as), adultos(as) que em maioria constituem família(filhos(as)) e para minimizar a desistência dos estudantes, sugere-se a criação de um espaço kids nas unidades do IFMS que ofertam cursos da EJA-EPT.

Neste capítulo são abordadas as considerações finais sobre a presente pesquisa, a contribuição deste estudo como relevância social, para o meio acadêmico, em especial para a comunidade do IFMS. Também apresentamos algumas recomendações à gestão máxima institucional, além das limitações deste trabalho e sugestões de investigações futuras.

### **5 Conclusão**

O caminho que trilhamos nesta dissertação se deu num constante movimento de ler e reler, escrever e reescrever e no decorrer do tempo foi tomando forma e adquirindo sentidos. Inicialmente, deu-se a busca pelos fundamentos da pesquisa, depois o encontro com os sujeitos através das suas narrativas, em seguida a compreensão de seus sentidos e significados e, neste momento, a síntese do que foi possível compreender a partir da dinâmica do estudo. Configurando, por fim, uma etapa e algumas inquietações, as quais podem levar a novos estudos.

Historicamente, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos esteve relegada a um plano secundário nas políticas públicas em educação, sendo efetivada, principalmente, por meio de programas e de projetos de caráter transitório e compensatório, sem dar conta das especificidades desta modalidade educacional. É diante desse contexto que durante o I Encontro Nacional da EJA na Rede Federal, que ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2018 em Goiânia, no Instituto Federal de Goiás (IFG), nasce o marco político de proposição para alterar a nomenclatura PROEJA para EJA integrada a Educação Profissional e Tecnológica EJA/EPT (Proeja) na legislação e nos documentos internos das instituições que compõem a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. O objetivo central desse marco de proposição é transformar o programa de governo para política pública educacional de Estado.

Por outro lado, a educação profissional, encarregava-se da formação de mão de obra para o mercado de trabalho, num processo de aquisição de habilidades operacionais, desvinculadas da formação humana, e caracterizada pelo atrelamento com o setor econômico, dirigida à camada mais pobre da população.

No início do século XXI, em meio a um novo contexto político no Brasil, que culminou com a ascensão de um governo popular, juntamente com a mobilização de defensores da EJA, foi criado, via decreto em 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA. Esse, apesar de ser mais um programa, apresentou uma proposta diferenciada ao integrar a formação humana à formação profissional.

Destaca-se, alguns dos principais marcos evolutivos do ensino tecnológico no Brasil, a educação de jovens e adultos integrada a Educação Profissional e Tecnológica EJA/EPT (Proeja). Foi importante fazer um resgate histórico e um estudo da evolução legal da Rede Federal de Ensino, desde o início da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, as quais são consideradas marco inicial do ensino tecnológico no Brasil. Em 1937, passou para Escolas Liceus Profissionais inicia-se a certificação do processo de profissionalização, até mesmo para quem não havia cursado em instituição oficial, com prestação de exames. Em 1942 os Liceus passaram a chamar de Escolas Industrial e Técnicas A criação das Escolas Técnicas Federais ocorre no ano 1959 ofertando cursos profissionalizantes noturnos com certificação para trabalhadores na Rede Federal de Ensino. A Lei nº 6.545, de 1978, transformou as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS, estendeu essa expansão às outras instituições da Rede Federal na década de 1990. Já a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ocorreu com a criação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em síntese a criação dos Institutos Federais (IFs) resultou da integração ou da transformação das Escolas de Aprendizes Artífices, Escolas Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais, e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's).

A missão dos Institutos Federais consiste em atender, através de várias modalidades e oportunidades diversificadas de cursos, a uma demanda por formação em vários níveis de ensino, com particular foco na educação profissional e educação para jovens, adultos e idosos, trabalhadores e trabalhadoras.

Neste trabalho buscou-se identificar, como objetivo principal, os fatores da Permanência dos estudantes matriculados e como os egressos avaliam os impactos da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional. Delimitou-se como objetivos específicos: Analisar os fatores motivacionais que levaram os estudantes a escolherem o curso; Analisar as expectativas e desafios sentidos durante a frequência do curso; Verificar os

impactos esperados da formação técnica e integrada na vida pessoal e profissional dos estudantes matriculados no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio na EJA; Perceber os impactos efetivos da formação, como caso de sucesso, na vida pessoal e profissional dos estudantes egressos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio na EJA, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC; e Propor sugestões/recomendações no âmbito do IFMS, em promover ações, discussões sobre a função da Rede Federal enquanto instituição pública, o direito à educação e os públicos que deve atender reconhecer a EJA/EPT (Proeja) como modalidade educativa obrigatória na Rede Federal, garantindo continuidade de oferta e estrutura de funcionamento compatível com o perfil profissional que os cursos estiverem vinculados.

Nota-se que, além da formação profissional, o curso proporciona uma formação humana, social e política dos educandos da EJA-EPT, tornando-os capazes de concretizar seus projetos pessoais e profissionais. Passados quinze anos da implementação do programa, verificamos que os estudantes matriculados e egressos se inseriram na sociedade e no mercado de trabalho, como profissionais técnicos ou que dão ainda continuidade à trajetória escolar, alcançando o ensino superior.

De entre os motivos que levaram os participantes a abandonarem os estudos, salientamos a oferta educativa reduzida, as dificuldades de deslocação, as limitações financeiras e familiares, mas também alguma falta de predisposição e ausência de objetivos pessoais. Verificamos que os indivíduos regressam aos estudos com o objetivo de melhorar essencialmente a sua capacitação profissional e empregabilidade, assim como investir no seu desenvolvimento pessoal, e que o fazem, por vezes, por recomendação/incentivo dos amigos e/ou familiares. Identificamos ainda que as motivações relacionadas à empregabilidade são motivadas por transformações ocorridas no mercado de trabalho (ex.: competitividade), que exigem maiores qualificações de entrada.

Os maiores desafios que identificamos na frequência da formação são os relacionados ao equilíbrio trabalho-escola-família e as deslocações para a escola, embora os participantes tenham referido equacionar a sua permanência por sentirem cansaço, terem dificuldades de aprendizagem e, no contexto pandémico (estudantes matriculados) não se terem adaptado bem ao ensino remoto. No entanto, de forma geral, a formação tem correspondido às suas expectativas, e tanto os participantes matriculados, como os egressos, referem frequentemente as oportunidades de

desenvolvimento pessoal, a valoração e a satisfação pessoal, numa sensação geral de empoderamento.

Apesar de a maioria dos participantes matriculados não estar, no momento, a exercer atividade profissional na área do curso, a reconversão profissional é o impacto mais relevante que esperam do seu percurso de formação, naturalmente, e as oportunidades efetivas de reconversão profissional são reportadas, como casos de sucesso, pelos participantes egressos. Esses dados confirmam o sucesso do programa EJA. Além disso, tanto os participantes matriculados, como os egressos, vêm no programa EJA uma plataforma de acesso ao ensino superior, da qual pretendem usufruir

Os impactos da frequência do programa se estendem também à dimensão pessoal da vida dos participantes, que revelam um renovado empoderamento, como referimos, e uma sensação de valor próprio e satisfação consigo mesmo acrescido. Efetivamente, é referido o impacto positivo na noção própria de sucesso pessoal, o que nos parece determinante para o perfil típico do estudante/egresso EJA. Não podemos deixar de referir a componente emancipatória e de dignificação pessoal que identificamos na nossa análise, sobretudo porque, como referimos na revisão da literatura, há um imaginário social que concebe alunos da EJA como pessoas incompletas, que perderam etapas de escolaridades em suas vidas e que, por isso, esperam caridade e benevolência da esfera pública para corrigirem esse erro, ou para redimirem essa culpa.

Ressaltamos ainda a importância da EJA-EPT a partir das vivências de dez pesquisados, que pode parecer inexpressiva em aspetos numéricos, mas se robustece em relevância ao apreender e ao compreender os sentidos e os significados que tiveram no contexto de vida de cada um, de suas famílias e, provavelmente, das comunidades em que se inserem. Tais vivências puderam ser (re)visitadas e (re)significadas nas narrativas e refletem a grande importância do curso nos diversos aspetos da vida destes sujeitos, inclusive, na continuação dos estudos, a exemplo, a trajetória no ensino superior ou na atuação profissional.

Diante desse cenário, apontamos um conjunto de recomendações e iniciativas, na discussão de resultados, de entre as quais salientamos a necessidade urgente de reconhecimento da EJA/EPT (Proeja) como modalidade educativa obrigatória na Rede Federal, garantindo a continuidade da oferta e a manutenção da estrutura de funcionamento dos cursos, possibilitando aos Jovens, Adultos e Idosos o prosseguimento

nos estudos e oportunidade de formação superior. Permitir a depreciação do programa constitui um ato antidemocrático, que atenta contra os direitos fundamentais de educação consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e é um passo na direção do declínio persistente do progresso e desenvolvimento dos cidadãos do Brasil.

## **6 Contribuições e impactos esperados**

Os resultados deste trabalho não podem ser considerados conclusivos e nem generalizados em função das limitações próprias de um Estudo de Caso e do escopo amostral, além das limitações que referimos na recolha de dados através da entrevista estruturada, no formato do formulário eletrônico do google forms. No entanto, esta pesquisa interessa a toda comunidade interna e externa do IFMS, principalmente a gestão máxima da instituição, que implementa as ações e políticas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Nesse sentido nosso estudo vem contribuir para o fortalecimento e manutenção da inclusão destes sujeitos na Educação Básica à Rede Federal, visando fundamentalmente recolocar a EJA/EPT (Proeja) como ação prioritária na concepção da formação integrada omnilateral, na qual trabalho, ciência, técnica, tecnologia e cultura contribuam para a educação por completo dos sujeitos da EJA, considerando-os em todas as dimensões de realização da vida. Considerando que a pesquisa buscou trilhar novos caminhos para investigar o público da EJA, evidenciando fatores da permanência dos estudantes da EJA-EPT, vertente essa pouco explorada nas pesquisas acadêmicas, contribuindo de forma significativa para a comunidade acadêmica que discute a temática.

Com os resultados desta investigação os impactos esperados são relevantes, no imediato, com a oportunidade de melhoria em ações de permanência dos estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, seja para a atual Direção Geral da unidade pesquisa (IFMS Campus Dourados), como para a Reitoria do IFMS, órgão máximo de gestão da instituição em análise, uma vez que, tendo conhecimento das categorias/dimensões em que os estudantes pesquisados relevam os fatores que os fazem permanecerem no curso, poderá atuar, na medida do possível, com o objetivo de aumentar os níveis de atenção no âmbito pedagógico e com investimentos necessários para a manutenção desta modalidade educacional.

## **7 Limitações (ou fragilidades)**

Não seria possível passar sem identificar as principais limitações do presente trabalho.

A primeira limitação é relativa ao instrumento de recolha de dados, visto que apenas foi possível aplicar a entrevista estruturada de forma eletrônica, considerando as especificidades dos participantes, principalmente pela excepcionalidade, do agravamento da pandemia do Covid-19 no Brasil, no ano 2021, respeitando as restrições sanitárias, em destaque o distanciamento social.

A segunda limitação verificada está relacionada a delimitação de tempo dos pesquisados para responder a entrevista, pois são estudantes trabalhadores e em maioria são pais e mães, que possuem uma rotina exaustiva de trabalho, estudos e família (características dos estudantes da EJA). Diante dos fatos este pesquisador respeitou o tempo necessário e oportuno dos pesquisados para responderem a entrevista, sem aligeiramento.

A terceira limitação refere-se à escassez de pesquisas relacionadas a temática desta investigação “fatores de permanência”, diferentemente da abundância de pesquisas sobre evasão ou desistências no campo da EJA.

## **8 Recomendações para trabalhos futuros**

Diante da incerteza quanto ao futuro da EJA e EJA-EPT (PROEJA), onde o governo federal atualmente tem cortados recursos e investimentos para a manutenção dessa modalidade educacional, este estudo juntamente com outros que tratam do tema, constituem-se em dados científicos que reforçam a necessidade de continuidade e aprimoramento do programa em todo o Brasil, como referência de educação pública e de qualidade. Ao finalizar essa pesquisa, surgiram novos questionamentos, que instigam outras investigações análogas a esta. Sugere-se, assim, como recomendações/sugestões para trabalhos futuros:

I - Outros investigadores podem complementar este estudo, com investigações com amostras mais expressivas, incluindo todas as unidades do IFMS;

II - alargar esta investigação quanto à utilização dos instrumentos de recolha de dados, incluindo entrevistas a coordenação de curso e aos docentes que atuam na EJA-EPT, de modo a triangular esses dados com os resultados obtidos no inquérito aplicado aos estudantes participantes;

III - implementar estudos de investigação longitudinais, para avaliar a evolução dos fatores motivacionais ao longo do tempo, dentro da realidade da instituição, o IFMS.

IV – Sugerir pesquisa sobre Egressos do programa EJA-EPT, do IFMS inseridos no Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Arroyo, M. G. (2007). Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica.
- Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18 jan. 2021
- Brasil. (2007). Documento Base - programa de integração da educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF: SETEC. Recuperado de: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf). Acesso em: 18 jan. 2021
- Brasil. (2014). Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014b Recuperado de: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano\\_nacional\\_d\\_e\\_educacao/plano\\_nacional\\_de\\_educacao\\_pne\\_2014\\_2024\\_linha\\_de\\_base.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_d_e_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf). Acesso em: 18 jan. 2021
- Brasil. (2000). Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº. 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio, Recuperado de: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf). Acesso em: 18 fev. 2021
- Brasil. (2008) Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática. — Brasília: UNESCO, 2008a. Retirado de: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162640\\_por/PDF/162640por.pdf.multi](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162640_por/PDF/162640por.pdf.multi) > Acesso em: 17 fev. 2021.
- Brasil. (2009). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFITEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG. Retirado de: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/10024-confitea-6-secadi> >. Acesso em: 18 abr. 2021.
- Brasil. (2008) Documento Base Nacional preparatório a VI CONFITEA. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/10024-confitea-6-secadi> > Acesso em 12 de mar. de 2021.
- Brasil. (2008). Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Documento Base Nacional. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, p. 1-8. Retirado de: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea\\_docbase.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf) >. Acesso em: 18 mar. 2021.

- Brasil. (2004). Decreto nº 5.154, de 23 de julho. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF. Retirado de: <http://www.planalto.gov.br> . Acesso em: 09 de mar. de 2021.
- Brasil.(2003). Proposta de Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/DF. Retirado de: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf).
- Brasil. (2008) Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Histórico da Educação Profissional. Centenário da Educação Profissional. Brasília/DF. Retirado de:< <http://www.portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 09 de mar. de 2021.
- Brasil. (1994). Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Retirado de: <http://www.planalto.gov.br> . Acesso em: 09 de jun. de 2021.
- Brasil. (1909). Decreto nº 7.566, de 17 de setembro. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Retirado de: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 09 de mar. de 2021.
- Brasil.(2008). Ministério da Educação. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências Brasília: MEC. Retirado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 18 de mar. de 2021.
- Brasil. (1978). Lei nº 6.545, de 30 de junho. Dispõe sobre a transformação das EscolasTécnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em CentrosFederais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> . Acesso em: 09 de mar. de 2021.
- Brasil. (2021). Conif. Rede Federal. Modalidades Ofertadas. Retirado de: < <https://portal.conif.org.br/br/rede-federal/modalidades-ofertadas-do-conif> >. Acessado em 08 de jun. de 2021.
- Barreiro, J. (1980). Educação Popular e Conscientização (Tradução de Carlos Rodrigues Brandão). Rio de Janeiro: Vozes.
- Buss, L. I. Marcos Legais e Trajetória Histórica da Educação no Brasil. In: Educação Profissional e de Jovens e Adultos no Contexto da Educação Brasileira – Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), 2011.

- Bryman, A. (2016). *Social research methods*. Oxford university press.
- Cardoso, V. F. (2016). *Permanência escolar no Proeja: olhares dos estudantes do curso Técnico em Cozinha*.
- Carvalho, m. (2010). *Primeiras letras: alfabetização de jovens e adultos em espaços populares (1a ed.)*. São paulo: ática.
- Castro, P. M. R. D., & Borges-Andrade, J. E. (2004). Identificação das necessidades de capacitação profissional: o caso dos assistentes administrativos da Universidade de Brasília. *Revista de Administração da USP*, 39(1), 96-108.
- Cunha, L. A. (2000). O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 89-107.
- Cintra, M. C. (2004). O processo de aprendizado do ofício de alfaiate em Florianópolis (1913-1968).
- Comerlato, D. Educação de Jovens e adultos, letramento e formação de professores. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 29, n. 2, 2004.
- Conti, J. M. (2019). *A autonomia financeira*. Editora Blucher
- Di Pierro, M. C., Joia, O., & RIBEIRO, V. (2001). Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos Cedes*, 21, 58-77..
- Di Pierro, M. C., Joia, O., & RIBEIRO, V. (2001). Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos Cedes*, 21, 58-77.
- Dantas, A. C. D. L. (2005). Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro: tecendo novas práticas políticas na esfera pública. *Monografia (Graduação em Pedagogia)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj)*.
- DANTAS, A. D. L. (2009). *Fóruns de educação de jovens e adultos: movimentos em defesa de direitos e políticas públicas para a educação de jovens e adultos. Texto para exame de projeto de dissertação apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói*.
- Ferreira, R. G. (2014). *Os estudantes do PROEJA no IFRN: a contribuição de seus arranjos culturais para a permanência no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Alimentos*.
- Fonseca, D. M. (1994). *Administração educacional um compromisso democrático*. Papirus.
- Forrier, A., Sels, L. (2003). "The concept employability: a complex mosaic" (PDF). *International Journal of Human Resources Development and Management*. 3 (2): 102–124. CiteSeerX 10.1.1.553.5006. doi:10.1504/IJHRDM.2003.002414

- Cruz, M. M. S. (2008). FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura), 166p. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade, 13(13).
- GOMES, L. C. G. (2006). Cem anos de ensino profissional técnico em Campos dos Goytacazes: a escola de aprendizes artífices. Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios. Campos dos Goytacazes-RJ: Essentia Editora.
- Gil, a. C. (2007). Como elaborar projetos de pesquisa 4 ed. Editora AAtlas SA.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Ediitora Atlas SA.
- Sérgio, H., & Di Pierro, M. C. (2000). Escolarização de jovens e adultos. Revista brasileira de educação, 108-130.
- Haddad, S. (2000). O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998.
- IFMS. (2018). Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Recuperado de: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2021.
- Ireland, T. D. (2014). 4. A agenda CONFINTEA: um trabalho em andamento. & CH SPEZIA (org), Educação de adultos em retrospectiva, 60, 57-75. Retirado de: <  
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230540/PDF/230540por.pdf.mu>  
[lti](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230540/PDF/230540por.pdf.mu)>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- Katrein, B. H. S. (2012). Os processos de permanência dos estudantes do PROEJA do IFSul Campus Pelotas (Master's thesis, Universidade Federal de Pelotas).
- Lassance, M. C., & Sarriera, J. C. (2009). Carreira e saliência dos papéis: Integrando o desenvolvimento pessoal e profissional. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 10(2), 15-31.
- Lombardi, J. C., Saviani, D., & Nascimento, M. I. M. (2005). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Autores Associados.
- Lopes, E. C. (2017). Responsabilidade social em uma empresa fabricante de eletrodomésticos: um estudo de caso (Bachelor's thesis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná).
- Ludke, M., & André, M. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Em Aberto, 5(31).
- Manfredi, S. M. (2002). Trabalho, profissão e escolarização: revisitando conceitos. Manfredi, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez.

- Martins, M. F. (2000). Ensino técnico e globalização. Cidadania ou.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. Técnicas de Pesquisa, 2 edição revista e ampliada. São paulo, Editora Atlas-1990.
- Mendes, F. A. S (2020). Histórias que Merecem ser Contadas. Vivências e experiências que inspiram. Câmpus Floresta, IF Sertão. p.74-76. Sapucaia do Sul. RS, V. 7, N. 1.
- Moura, D. H. (2006). EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim, 16. Retirado de: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim\\_salto16.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf) Acesso em 02.mai. de 2021.
- Moura, D. H. (2007). Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, 2, 4-30.. Retirado de: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/11/110>. Acesso em: 09 de out. de 2020.
- Moll, J. (2010). PROEJA e democratização da educação básica. MOLL, Jaqueline (col). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed.
- Nassar, A. P., & Azevedo, L. C. P. D. (2016). Fatores associados à satisfação profissional e pessoal em intensivistas adultos brasileiros. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, 28, 107-113.
- Neiva, M. M. B. (2018). Profissionalização e educação de jovens e adultos (EJA): motivação e impactos da formação na vida pessoal e profissional dos alunos do curso técnico integrado de cozinha do Instituto Federal de Goiás-Campus Goiânia (Doctoral dissertation).. Retirado de: [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/13085/1/Marilena\\_Neiva\\_MAA\\_2018.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/13085/1/Marilena_Neiva_MAA_2018.pdf). Acesso em 13 de abri. de 2021.
- Prodanov, C. C., & De Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale.
- Rauen, F. J. (2013). Roteiros de iniciação à pesquisa. Palhoça: Unisul.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 76-97.
- Romanelli, O. D. O. (2011). História da educação no Brasil-1930/1973. In História da educação no Brasil-1930/1973 (pp. 267-267).
- Ruão C. P. T. A. (2008). A Comunicação Organizacional e os Fenômenos de Identidade: a aventura comunicativa da formação da Universidade do Minho, 1974-2006. Tese de Doutorado, Doutorado em Ciências da

- Comunicação Teorias da Comunicação e da Informação, Universidade do Minho, Portugal.
- Santos, N. D. P. (2018). O papel dos eventos institucionais na identidade, imagem e reputação do IFG-Campus Goiânia (Doctoral dissertation).
- Soek, a. P. (2010). Fundamento e metodologia da educação de jovens e adultos. Curitiba: fael.
- Scortegagna, P. A., & da Silva Oliveira, R. D. C. (2006). Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, 5(2).
- da Silva, N. N. (2009). Educação de Jovens e Adultos: alguns desafios em torno do direito à educação. *Paidéia*. Retirado de: <<http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/951/722>>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- Souza Santos, B. (2002). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Souza, A. M. M. de (2015). Eventos Organizacionais: A Sustentabilidade como fator de Inovação. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Comunicação e Inovação, Programa de Mestrado em Comunicação, Universidade de São Caetano do Sul, Brasil.
- Lopes, E. M. T., Veiga, C. G., & De Faria, L. M. (2007). 500 anos de educação no Brasil (Vol. 6). Autêntica Editora.
- Ventura, J. P. (2008). Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira.
- Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386.
- Vilelas, J. (2009). Investigação. O processo de construção do conhecimento. Lisboa: Edições Sílabo.
- Yin, R. K. (2010). Estudo de caso: planejamento e métodos. Bookman, editora.
- Yin, R. K. (2001). Estudo de Caso – Planejamento e Métodos. (2ª edição). [PDF]. São Paulo: Editora Artmed S. A. CDU 301.085. ISBN 85-7307-852-9.
- Zanelli, J. C. (2002). Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 7(spe), 79-88.
- Zotelli, A. M. M. M. (2019). A Assessoria Secretarial em Instituições Públicas no Brasil a partir do Estudo de Caso do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) (Doctoral dissertation).



## Apêndice I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convido o (a) Senhor(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **O PROGRAMA EJA-EPT (PROEJA): PERMANÊNCIA E CASOS DE SUCESSO**, sob responsabilidade do pesquisador Eliton da Silva, com a orientação da Professora Doutora Luciana Oliveira (ISCAP) e Coorientação do Professor Doutor Jose Wilton Fonseca da Silva (IFMS). Recebi as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldade e sem dúvidas os seguintes aspectos da pesquisa supracitada:

- A participação é voluntária e que participarei da seguinte etapa da pesquisa: realização de entrevista estruturada via formulário eletrônico, onde as informações obtidas serão analisadas, interpretadas e expostas no formato de Dissertação de Mestrado, a ser apresentada ao programa de Mestrado em Assessoria de Administração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) – Portugal.
- A pesquisa será estruturada da seguinte forma: revisão de literatura dos documentos oficiais sobre a EJA-EPT (PROEJA); estudo de base legal e dos fundamentos teóricos; desenvolvimento de entrevista com estudantes da primeira turma e que encontram-se em fase de conclusão do curso técnico Integrado em Administração na modalidade da EJA-EPT (PROEJA), IFMS-campus Dourados e entrevista com Egressos, também, da primeira turma do curso técnico Integrado em Informática da antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, atual IFMT-Campus Cáceres Prof. Olegário Baldo, com objetivo de verificar a fatores da permanência e os casos de sucesso, e por fim realizar a análise dos dados coletados e elaboração da dissertação de mestrado.
- Que a importância desta pesquisa é identificar os fatores que favorecem a Permanência dos estudantes no curso Técnico Integrado em Administração (IFMS) e potencializar os casos de sucesso dos Egressos do curso técnico Integrado em Informática (IFMT), ambos cursos na modalidade da EJA-EPT (PROEJA).
- Que os incômodos que poderei sentir com minha participação são os seguintes: timidez e desconforto diante da exposição pessoal ou lembrar-me de algum fato ocorrido no meu percurso de escolarização que possa causar emoção.
- Que os possíveis riscos nesta pesquisa são: desconforto físico e ou emocional em relação ao tempo da entrevista, incômodo em responder algumas perguntas, como

\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa

Eliton da Silva  
Pesquisador Responsável

- também há possibilidade do/a entrevistado/a não terem conhecimentos sobre o tema da pesquisa e se sentir apreensivo, receoso ou constrangido.
- Com o intuito de minimizar tais situações (riscos), os participantes poderão a qualquer momento entrar em contato com o coordenador da pesquisa para assistência necessária e mais explicações sobre como as informações serão utilizadas dentro da pesquisa e será garantida a liberdade aos entrevistados se recusar a participar e ou, interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo.
- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando da pesquisa e que também, eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isto me traga qualquer penalidade ou prejuízo. Tenho plena ciência que **não** terei nenhuma despesa e também **não** receberei nenhuma valor/remuneração.
- Que eu serei indenizado pelos danos que venha a sofrer decorrente participação na pesquisa.
- Que serei ressarcido por qualquer despesa financeira com minha participação na pesquisa.
- Que os benefícios que deverei esperar com minha participação são: contribuir para a produção do conhecimento e sobre tudo, a potencialização da permanência e casos de sucesso dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA) no contexto educacional.
- Que as informações conseguidas através da minha participação só será para fins da presente pesquisa, e exceto divulgadas entre os profissionais estudiosos do assunto.
- Que receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido via e-mail.
- E para qualquer outros esclarecimentos poderá entrar em contato com o responsável pela pesquisa, Srº Eliton da Silva, seja pelo contato telefônico ((67) 9. 9640-2067 e/ou pelo e-mail: [eliton.silva@ifms.edu.br](mailto:eliton.silva@ifms.edu.br) / [eliton-silva@hotmail.com](mailto:eliton-silva@hotmail.com).
- Esta pesquisa foi submetida na Plataforma Brasil, para análise e aprovação pelo Comitê de Ética, em conformidade com a resolução a CNS nº. 510/16

Finalmente, tendo compreendido/a perfeitamente tudo o que me foi informado sobre minha participação na mencionada pesquisa e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dela participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO(A) OU OBRIGADO(A).

---

**Participante da Pesquisa**

Eliton da Silva  
**Pesquisador Responsável**

## Apêndice II – Entrevista aplicada aos estudantes matriculados no curso EJA-EPT

23/09/2021 15:43

"O PROGRAMA EJA-EPT (PROEJA): PERMANÊNCIA E CASOS DE SUCESSO"

### "O PROGRAMA EJA-EPT (PROEJA): PERMANÊNCIA E CASOS DE SUCESSO"

Olá, tudo bem!

Primeiramente quero agradecer sua primeira contribuição nesta pesquisa - seu ato voluntário de abrir o link do formulário, muito obrigado =) !

Meu nome é Eliton da Silva, sou Técnico Administrativo do IFMS-Campus Dourados, lotado no setor da CEREL [secretaria escolar].

Sou Mestrando do Programa de Mestrado Assessoria em Administração, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, sob Orientação da Profa. Doutora Luciana Oliveira (ISCAP) e Coorientação do Prof. Doutor Jose Wilton Fonseca da Silva (IFMS).

A temática da minha pesquisa envolve você estudante do curso Técnico Integrado em Administração EJA-EPT do IFMS-campus Dourados.

Nesse sentido você está sendo convidado(a) a participar da minha pesquisa intitulada: O PROGRAMA EJA-EPT (PROEJA): PERMANÊNCIA E CASOS DE SUCESSO.

Sua participação é totalmente voluntária e de fundamental importância para esta pesquisa.

O objetivo da aplicação deste questionário é analisar os fatores que contribuíram para sua permanência no curso, bem como verificar os impactos esperados da formação técnica e integrada na vida pessoal e profissional.

Importante informar que a presente pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e foi Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Da Grande Dourados / UFGD-MS sob processo nº CAAE: 48304821.4.0000.5160.

Você levará apenas alguns minutos para responder e contribuirá de forma significativa para a pesquisa em desenvolvimento.

Após finalizar a presente pesquisa, os resultados estarão à sua disposição, como também de toda a comunidade do IFMS.

Você está recebendo um link que consta um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, que contém informações esclarecedoras sobre a pesquisa.

> > > <https://drive.google.com/file/d/1-tApLTbRL0x-4X9zDvNTtHy5sd5XBVGJ/view?usp=sharing> < < <

\*Obrigatório

<https://docs.google.com/forms/d/1GHQWmrGDhlZupousJY81Phyp5myd93vZxYV7r-yVfjg/edit>

1/8

1. E-mail \*

---

2. Você concorda em participar voluntariamente desta pesquisa? \*

*Marcar apenas uma oval.*

SIM

NÃO

#### PERFIL DO ESTUDANTE

3. 1 - Sexo: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

Prefiro não responder

4. 2 - Idade: \*

*Marcar apenas uma oval.*

até 18

18-25

26-35

36-45

46-55

56-65

mais de 65 anos

## 5. 3 - Estado\_Civil: \*

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)
- União Estável
- Outro

## 6. 4 - Salário\_Mensal (SM): \*

Marcar apenas uma oval.

- até 1 sm
- acima de 1 até 2 sm
- acima de 2 até 3 sm
- acima de 3 até 5 sm
- acima de 5 até 7 sm
- acima de 7 sm
- não assalariado

## 7. 5 - Cidade / UF \_ de \_ Nascimento: \*

---

## 8. 6 - Local\_de\_Moradia: \*

Marcar apenas uma oval.

- Zona Urbana
- Zona Rural

9. 7 - Cidade de Moradia: \*

Marcar apenas uma oval.

- Caarapó
- Deodápolis
- Douradina
- Dourados
- Fátima do Sul
- Glória de Dourados
- Itaporã
- Jateí
- Maracaju
- Rio Brilhante
- Vicentina

I - CATEGORIA DE ANÁLISE: Fatores Motivacionais

10. 1. Por favor, conte-nos um pouco da sua história: porque decidiu ingressar no curso Técnico Integrado em Administração? O que procurava para si e para a sua vida? \*

---

---

---

---

---

11. 2. Por quanto tempo esteve fora da sala de aula? \*

---

---

---

---

---

12. 3. Aponte alguns motivos que o (a) levaram a parar de estudar? \*

---

---

---

---

---

13. 4. De uma forma geral, quais os motivos que o (a) fizeram voltar aos estudos? \*

---

---

---

---

---

**II - CATEGORIA DE ANÁLISE: Expectativas e Desafios Durante o Curso**

14. 1. Quais as principais dificuldades enfrentadas durante curso, a nível pessoal, familiar, logístico, financeiro, etc.? \*

---

---

---

---

---

15. 2. Até o momento, como avalia o curso? Tem correspondido às suas expectativas? \*

---

---

---

---

---

16. 3. Você pensou em desistir do curso em algum momento? Por que ? \*

---

---

---

---

---

**III - CATEGORIA DE ANÁLISE: Impactos da Formação na Vida Profissional Atual.**

17. 1. Qual é sua profissão atualmente? Está relacionada com o curso? \*

---

---

---

---

---

18. 2. Quais são as suas expectativas profissionais após o término do curso Técnico Integrado em Administração? \*

---

---

---

---

---

19. 3. Espera que o curso mude/melhore a sua vida profissional ou que surjam outras oportunidades profissionais? \*

---

---

---

---

---

**IV - CATEGORIA DE ANÁLISE: Impactos da Formação na Vida Pessoal**

20. 1. Acredita que o ingresso e frequência no curso do IFMS, provocou algum tipo de mudanças ou impactos na sua vida pessoal e social? Exemplo: forma como se vê a si mesmo(a) e como os outros o(a) vêm; o seu relacionamento com sua família e amigos; a sua autoestima; ou outros aspectos. \*

---

---

---

---

---

21. 2. Ao finalizar o curso Técnico Integrado em Administração pretende continuar os estudos, por exemplo ingressar em um curso de graduação (ensino superior) Porquê? \*

---

---

---

---

---

22. 3. Sente que a permanência no curso tem sido um caminho de oportunidades e sucesso para você? Porquê? \*

---

---

---

---

---

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

e por Fim...

23. Gostaria de acrescentar alguma informação ou ideia que nos possa ajudar a compreender melhor a sua história e trajetória no curso?

---

---

---

---

---

Agradeço imensamente a sua disponibilidade em contribuir para esta pesquisa. Muito Obrigado 😊  
Gratidão!

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## Apêndice III – Entrevista aplicada aos estudantes egressos EJA-EPT

23/09/2021 15:45

Pesquisa de Mestrado : Egressos da EJA-EPT (EAFC/IFMT 2006-2008)

### Pesquisa de Mestrado : Egressos da EJA-EPT (EAFC/IFMT 2006-2008)

Olá, tudo bem!

Primeiramente quero agradecer sua primeira contribuição nesta pesquisa - seu ato voluntário de abrir o link do formulário, muito obrigado =) !

Meu nome é Eliton da Silva, sou Técnico Administrativo do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul IFMS-campus Dourados, lotado no setor da CEREL [secretaria escolar].

Sou Mestrando do Programa de Mestrado Assessoria em Administração, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, sob Orientação da Profa. Doutora Luciana Oliveira (ISCAP) e Coorientação do Prof. Doutor Jose Wilton Fonseca da Silva (IFMS).

A temática da minha pesquisa envolve você egresso do curso Técnico Integrado em Informática EJA-EPT(PROEJA) da antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAFC, hoje IFMT- campus Cáceres prof. Olegário Baldo.

Nesse sentido você está sendo convidado(a) a participar da minha pesquisa intitulada: O PROGRAMA EJA-EPT (PROEJA): PERMANÊNCIA E CASOS DE SUCESSO.

Sua participação é totalmente voluntária e de fundamental importância para esta pesquisa.

O objetivo da aplicação deste questionário é captar os fatores que contribuíram para sua permanência e conclusão no curso, bem como as transformações na vida pessoal e profissional após concluir a formação técnica e integrada do curso em Informática do PROGRAMA EJA-EPT.

Importante informar que a presente pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil e foi Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Da Grande Dourados / UFGD-MS sob processo nº CAAE: 48304821.4.0000.5160.

Você levará apenas alguns minutos para responder e contribuirá de forma significativa para a pesquisa em desenvolvimento.

Após finalizar a presente pesquisa, os resultados estarão à sua disposição.

Você está recebendo um link que consta um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, que contém informações esclarecedoras sobre a pesquisa.

> > > <https://drive.google.com/file/d/1-tApLTbRL0x-4X9zDvNTtHy5sd5XBVGJ/view?usp=sharing> < < <

**\*Obrigatório**

<https://docs.google.com/forms/d/1ai32xaw4DfcxylAM5mGXmvi5JUIMkHLUwSTKGk-eYs/edit>

1/8

1. E-mail \*

\_\_\_\_\_

2. Você concorda em participar voluntariamente desta pesquisa? \*

*Marcar apenas uma oval.*

SIM

NÃO

### PERFIL DO ESTUDANTE

3. 1 - S e x o: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

Prefiro não responder

4. 2 - I d a d e: \*

*Marcar apenas uma oval.*

até 18

18-25

26-35

36-45

46-55

56-65

mais de 65 anos

## 5. 3 - Estado\_Civil:\*

*Marcar apenas uma oval.*

- Solteiro(a)  
 Casado(a)  
 Divorciado(a)  
 Viúvo(a)  
 União Estável  
 Outro

## 6. 4 - Salário\_Mensal (SM):\*

*Marcar apenas uma oval.*

- até 1 sm  
 acima de 1 até 2 sm  
 acima de 2 até 3 sm  
 acima de 3 até 5 sm  
 acima de 5 até 7 sm  
 acima de 7 sm  
 não assalariado

## 7. 5 - Cidade/UF\_de\_Nascimento:\*

\_\_\_\_\_

## 8. 6 - Local\_de\_Moradia:\*

*Marcar apenas uma oval.*

- Zona Urbana  
 Zona Rural

9. 7 - Cidade/UF\_de\_Moradia: \*

---

---

---

---

---

10. 8 - É a mesma cidade de moradia onde realizou o curso? \*

*Marcar apenas uma oval.*

SIM !

Não !

#### I - CATEGORIA DE ANÁLISE: Fatores Motivacionais

11. 1. Por favor, conte-nos um pouco da sua história: porque decidiu ingressar no curso Técnico Integrado em Informática? O que procurava para si e para a sua vida? \*

---

---

---

---

---

12. 2. Por quanto tempo esteve fora da sala de aula? \*

---

---

---

---

---

13. 3. Aponte alguns motivos que o (a) levaram a parar de estudar? \*

---

---

---

---

---

14. 4. De uma forma geral, quais os motivos que o (a) fizeram voltar aos estudos? \*

---

---

---

---

---

**II - CATEGORIA DE ANÁLISE: Expectativas e Desafios Durante o Curso**

15. 1. Quais as principais dificuldades enfrentadas durante curso, a nível pessoal, familiar, logístico, financeiro, etc.? \*

---

---

---

---

---

16. 2. Como você avalia o curso? Correspondeu às suas expectativas? \*

---

---

---

---

---

17. 3. Você pensou em desistir do curso em algum momento? Por que ? \*

---

---

---

---

---

**III - CATEGORIA DE ANÁLISE: Impactos da Formação na Vida Profissional**

18. 1. Qual é sua profissão atualmente? Está relacionada com o curso concluído? \*

---

---

---

---

---

19. 2. Por favor, fale-nos um pouco acerca do impacto do curso na sua vida profissional? \*

---

---

---

---

---

20. 3. O curso contribuiu com seu progresso profissional ou possibilitou outras oportunidades profissionais? \*

---

---

---

---

---

**IV - CATEGORIA DE ANÁLISE: Impactos da Formação na Vida Pessoal**

21. 1. Acredita que o ingresso, permanência e conclusão do curso, provocou algum tipo de mudanças ou impactos na sua vida pessoal e social? Exemplo: forma como se vê a si mesmo(a) e como os outros o(a) vêem; o seu relacionamento com sua família e amigos; a sua autoestima; ou outros aspectos. \*

---

---

---

---

---

22. 2. Após concluir o curso Técnico Integrado em Informática continuou os estudos, por exemplo ingressou em um curso de graduação (ensino superior) Porquê? \*

---

---

---

---

---

23. 3. Sente que a conclusão do curso contribuiu para seu desenvolvimento e sucesso pessoal? \*

---

---

---

---

---

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

e por Fim...

24. Gostaria de acrescentar alguma informação ou ideia que nos possa ajudar a compreender melhor a sua história e trajetória no curso?

---

---

---

---

---

**Agradeço imensamente a sua disponibilidade em contribuir para esta pesquisa.  
Muito Obrigado 😊 Gratidão!**

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários



# Anexo I – Autorização do ISCAP para realizar a pesquisa

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP			
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: O PROGRAMA EJA-EPT(PROEJA): PERMANÊNCIA E CASOS DE SUCESSO			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 10			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ELITON DA SILVA			
6. CPF: 019.072.191-02	7. Endereço (Rua, n.º): GENERAL CASTELO BRANCO 1/1024 JARDIM FLORIDA II casa 2 DOURADOS MATO GROSSO DO SUL 79822140		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 67996402067	10. Outro Telefone:	11. Email: eliton-silva@hotmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>28 / 04 / 2021</u>		<u>Eliton da Silva</u> Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Instituto Politécnico do Porto	13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	
15. Telefone: 35 (12) 2905-0000	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Fernando José Malheiro Magalhães</u>	CPF:	Assinado por: <u>FERNANDO JOSÉ MALHEIRO DE MAGALHÃES</u>	
Cargo/Função: <u>Presidente do ISCAP</u>	Num. de Identificação: B1065543491 Data: 2021.04.29 11:31:46+01'00'		
Data: <u>29 / 04 / 2021</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

## Anexo II – Autorização do IFMS para realizar a pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Decisão 10/2021 - COPEF/DIREP/DIREP/PROPI/RT/IFMS  
Processo nº: [23347.004430.2021-18](#)

Campo Grande, 21 de maio de 2021

Referência: **Autorização para realização de pesquisa - Eliton da Silva.**

Vistos,

1. A Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação em exercício do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os documentos que instruem o presente processo:

- a) considerando a apresentação do [Projeto de pesquisa](#), onde se expõe os motivos da pesquisa, a metodologia, os dados que serão analisados, a entrevista que será aplicada, entre outras informações pertinentes;
- b) considerando o [parecer favorável](#) do Campus Dourados para realização da pesquisa; e
- d) considerando que a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação orienta que caso a pesquisa envolva acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, deve-se atentar ao disposto na Lei 13.123, de 20 de maio de 2015, cadastrando esta no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - Sisgen - por meio do endereço <https://sisgen.gov.br/paginas/login.aspx>; **RESOLVE:**

2. **AUTORIZAR** a aplicação da entrevista para a pesquisa intitulada "**O PROGRAMA EJA-EPT (PROEJA): PERMANÊNCIA E CASOS DE SUCESSO**", solicitada pelo pesquisador Eliton da Silva, desde que previamente **apreciada e aprovada** pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, via Plataforma Brasil.

3. **SOLICITAR** que após a conclusão da pesquisa, o pesquisador encaminhe os resultados à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e à Direção-Geral do Campus Dourados como forma de devolutiva.

Ivilaíne Pereira Delguingaro  
Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação em exercício  
(Port. 528/2021)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ivilaíne Pereira Delguingaro, PRO-REITOR - SUBSTITUTO - PROPI**, em 21/05/2021 16:13:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/05/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 199253  
Código de Autenticação: a7038964f5



## Anexo III – Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP



UFGD - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA GRANDE  
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 4.903.651

pesquisa em si e não para os participantes da pesquisa.

PENDÊNCIA ATENDIDA

3 Acrescentar itens Critério de Inclusão e Critério de Exclusão nas Informações Básicas da Pesquisa

PENDÊNCIA ATENDIDA

4. Prezado pesquisador recomendamos a leitura da Resolução CNS n. 510/16, pois seu protocolo se enquadra nesta resolução.

PENDÊNCIA ATENDIDA

"Não há óbices éticos".

### Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP/UFGD, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer n. 4.872.084.

Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

- \* o pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;
- \* O pesquisador deve apresentar relatório parcial e final ao Sistema CEP/CONEP.

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1744395.pdf	31/07/2021 00:34:54		Aceito
Outros	Formulario_para_Responder_a_um_Parecer.pdf	31/07/2021 00:31:50	ELITON DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_TCLE.pdf	31/07/2021 00:28:02	ELITON DA SILVA	Aceito
Outros	Demonstrativo_de_existencia_de_infraestrutura_necessaria.pdf	16/06/2021 14:03:48	ELITON DA SILVA	Aceito
Outros	Orcamento_Financeiro.pdf	16/06/2021 13:49:06	ELITON DA SILVA	Aceito
Outros	Resolucao_de_Aprovacao_do_Projeto.pdf	16/06/2021 13:38:33	ELITON DA SILVA	Aceito

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

CEP: 79.825-070

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA GRANDE  
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 4.903.651

Outros	Declaracao_de_Compromisso_Resultados_da_Pesquisa.pdf	16/06/2021 13:35:31	ELITON DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_.pdf	16/06/2021 13:17:41	ELITON DA SILVA	Aceito
Declaração de concordância	AUTORIZACAO_DE_PESQUISA_IFMS.pdf	21/05/2021 18:34:21	ELITON DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pesquisa_de_Investigacao_Eliton.pdf	13/05/2021 11:37:30	ELITON DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Pesquisa_Eliton_Assinada.pdf	13/05/2021 11:31:55	ELITON DA SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

DOURADOS, 13 de Agosto de 2021

---

**Assinado por:**  
**Leonardo Ribeiro Martins**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua João Rosa Góes, 1761

**Bairro:** Vila Progresso

**CEP:** 79.825-070

**UF:** MS **Município:** DOURADOS

**Telefone:** (67)3410-2853

**E-mail:** cep@ufgd.edu.br

Página 07 de 07